

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MAURO ANTÔNIO DO NASCIMENTO

SEXUALIDADE E TABUS SEXUAIS: DESEJO, FORMAÇÃO E CICATRIZES

SÃO CARLOS-SP
2024

MAURO ANTÔNIO DO NASCIMENTO

SEXUALIDADE E TABUS SEXUAIS: DESEJO, FORMAÇÃO E CICATRIZES

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Álvaro Soares Zuin

São Carlos-SP
2024

Nascimento, Mauro Antônio do

Sexualidade e tabus sexuais: desejo, formação e cicatrizes / Mauro Antônio do Nascimento -- 2024. 188f.

Tese de Doutorado - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Antônio Álvaro Soares Zuin

Banca Examinadora: Antônio Álvaro Soares Zuin, Ana Carolina Soliva Soria, Ari Fernando Maia, Luiz Roberto Gomes, Rodrigo Antônio de Paiva Duarte

Bibliografia

1. Psicanálise. 2. Sexualidade ampliada. 3. Tabus. I. Nascimento, Mauro Antônio do. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação

Folha de aprovação

Defesa de Tese de Doutorado do candidato Mauro Antônio do Nascimento, realizada em 05/02/2024.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Antônio Álvaro Soares Zuin (UFSCar)

Profa. Dra. Ana Carolina Soliva Soria (UFSCar)

Prof. Dr. Ari Fernando Maia (UNESP)

Prof. Dr. Luiz Roberto Gomes (UFSCar)

Prof. Dr. Rodrigo Antônio de Paiva Duarte (UFMG)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação.

AGRADECIMENTOS

À minha filha Marina, a quem dedico esta tese. O nosso amor e, me inspirando aqui em Saint-Exupéry, me fez ser eternamente responsável por você e, assim, esse amor me faz permanecer nas trincheiras dos que lutam por um mundo melhor.

Ao meu pai, Pedro, in memória. À minha mãe, Olívia. Ao meu irmão, Marco e à minha irmã Márcia e às minhas sobrinhas.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Antônio Álvaro Soares Zuin, pela orientação e pelas valiosas contribuições para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos professores Dra. Adriana Mattar Maamari (UFSCar), Dra. Ana Carolina Soliva Soria, (UFSCar), Dr. Ari Fernando Maia (UNESP), Dr. Belarmino Cesar Guimarães da Costa (UNIMEP), Dr. Luiz Roberto Gomes (UFSCar) e Dr. Rodrigo Antônio de Paiva Duarte (UFMG), por aceitarem o convite para participarem da minha Banca de Defesa.

Aos meus Professores do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos/UFSCar pelo compromisso com a educação pública, gratuita e de qualidade.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo importante papel de fomento à pós-graduação *stricto sensu* no Brasil.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo/IFSP pelo Programa de Capacitação e Qualificação que me permitiu o afastamento integral para cursar o doutorado e desenvolver esta pesquisa.

A todos os meus amigos.

Obrigado!

[...] passado, presente, futuro se alinham como um cordão percorrido pelo desejo.

Sigmund Freud

RESUMO

Esta pesquisa buscou compreender *a priori* o desejo sexual e *a posteriori* os tabus. Nesta trajetória evidenciou-se o conceito de sexualidade ampliada, que, segundo Laplanche (2018), foi a principal descoberta da psicanálise. Ao aproximar esse conceito do “Eros do divino Platão”, Freud desvelou os diferentes destinos das pulsões. As evidências, encontradas ao longo deste trabalho de pesquisa, foram então analisadas à luz das concepções da Teoria Crítica da Sociedade. Identificou-se, desse modo, que *Eros* é um princípio formativo, porém, constatou-se, nos desdobramentos deste trabalho analítico, que os tabus sexuais se tornaram princípios de deformação dos indivíduos. Portanto, para uma melhor compreensão dos tabus, optou-se por conceituar os tabus fundamentais como primários e os tabus sexuais como secundários. Esta distinção é crucial, pois os tabus fundamentais tornaram-se princípios civilizatórios e a repressão que advém dos tabus primários é necessária, como considerou Freud, para a existência civilizatória. Contudo, os tabus sexuais, ao ampliarem as restrições sexuais, desencadearam um processo de regressão à barbárie. Com efeito, os atos de extrema violência transformaram o cotidiano humano em um cenário de horror. Buscou-se então, com fundamento na teoria freudiana, compreender a gênese da violência. Assim, ao se analisar *Eros* e suas forças antitéticas, encontrou-se uma teoria consistente para a compreensão da condição humana. Desse modo, ao se reportar à análise do conceito de falsa projeção ou “projeção pática”, realizada por Theodor Adorno e Max Horkheimer, foram evidenciados os mecanismos psíquicos de desqualificação do outro em sua condição humana e, por conseguinte, possibilitou-se a identificação dos recursos mobilizados pelos fascistas para aniquilar as diferenças.

Palavras-chave: Psicanálise. *Eros*. Sexualidade ampliada. Tabus fundamentais. Tabus sexuais.

ABSTRACT

This research sought to understand *a priori* sexual desire and *a posteriori* taboos. In this trajectory, the concept of enlarged sexuality was evidenced, which, according to Laplanche (2018), was the main discovery of psychoanalysis. By bringing this concept closer to the "Eros of the divine Plato", Freud revealed the different destinies of the drives. The evidence, found throughout this research work, was then analyzed in the light of the conceptions of the Critical Theory of Society. It was identified, in this way, that *Eros* is a formative principle, however, it was verified, in the unfolding of this analytical work, that sexual taboos have become principles of deformation of individuals. Therefore, for a better understanding of taboos, we chose to conceptualize the fundamental taboos as primary and the sexual taboos as secondary. This distinction is crucial, because the fundamental taboos have become civilizing principles and the repression that comes from the primary taboos is necessary, as Freud considered, for civilizational existence. However, by expanding sexual restrictions, sexual taboos triggered a process of regression to barbarism. In fact, the acts of extreme violence have transformed human daily life into a scene of horror. Based on Freudian theory, we sought to understand the genesis of violence. Thus, by analyzing *Eros* and its antithetical forces, a consistent theory for understanding the human condition was found. Thus, when referring to the analysis of the concept of false projection or "pathic projection", carried out by Theodor Adorno and Max Horkheimer, the psychic mechanisms of disqualification of the other in their human condition were evidenced and, therefore, it was possible to identify the resources mobilized by fascists to annihilate differences.

Keywords: Psychoanalysis. *Eros*. Enlarged sexuality. Fundamental taboos. Sexual taboos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1: Marlene Dietrich e Emil Jannings em O Anjo Azul	118
Imagem 2: O Anjo com o cálice da agonia, de Aleijadinho (Antônio Francisco Lisboa).....	132
Imagem 3: Psique reanimada pelo beijo do Amor (Eros), de Antonio Canova	133
Imagem 4: Jair Bolsonaro durante entrevista ao Jornal Nacional da TV Globo	151
Imagem 5: Sócrates afastando Alcibíades do vício (1861), de Pedro Américo.....	161

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. CONCEPÇÃO FREUDIANA DE SEXUALIDADE	20
2. O CONCEITO DE TABU NA TEORIA FREUDIANA	70
3. A CONCEPÇÃO DE THEODOR ADORNO ACERCA DOS TABUS.....	101
4. INTERDITOS SEXUAIS, EDUCAÇÃO E POLÍTICA.....	138
O OLHAR	173
REFERÊNCIAS.....	179

INTRODUÇÃO

Envolta em uma névoa densa, *Eros* manifesta-se em toda a sua potência para a estruturação da vida em um processo que aglutina unidades menores, simples, em organismos complexos. Desse modo, como argumentou Freud (2023b, p. 50), “*Eros* busca o objetivo de, agregando cada vez mais amplamente a substância viva dispersa em partículas, tornar mais complexa a vida, nisso conservando-a, naturalmente.” Com efeito, em seu processo de sublimação, essa força, que se manifesta, em primeira instância, na natureza, transformou um dos organismos vivos que habita este globo em um ser de cultura. Os antigos gregos compreenderam essa força como uma manifestação divina. E, nos versos de Hesíodo (1995), *Eros* foi conceituado como um dos quatro deuses primordiais da religião dos gregos da antiguidade, o mais belo entre os deuses imortais. Nesse ínterim, das concepções míticas às filosóficas, a humanidade busca, há séculos, compreender essa força. E, de Platão a Freud, avançou-se muito para essa compreensão. As obras *O Banquete*, de Platão (2005a), e os *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, de Sigmund Freud (2020a), serão, sobretudo no capítulo 1, os fios condutores desta investigação acerca da natureza de *Eros* e das instâncias culturais que se edificaram como antítese dessa força natural. Nessa trajetória mítica, filosófica e psicanalítica, insere-se o objeto de pesquisa desta tese que encontrou no conceito de sexualidade ampliada de Freud o seu núcleo central. E, como argumentou Laplanche (2018), a sexualidade ampliada foi a grande descoberta da psicanálise. Desse modo, para uma melhor compreensão deste conceito, Freud (2020a) o aproximou do “*Eros* do divino Platão.” Assim, de uma predisposição polimórfica perversa, a sexualidade se amplia para tornar-se uma força criadora de cultura. Com efeito, há um nexos causal entre o desenvolvimento da sexualidade de um indivíduo em relação ao seu

desenvolvimento cultural. Consequentemente, há fatores que impulsionam o progresso humano, porém, há outros que, ao perturbarem o desenvolvimento sexual, implicam, necessariamente, em regressão.

À luz dos conceitos psicanalíticos buscou-se, então, nesta pesquisa, compreender a condição humana nesse antagonismo de forças que gera o progresso e, simultaneamente, a regressão. Nos *Três ensaios*, Freud (2020a) demonstrou a possível união, que pode tornar-se indissolúvel, entre as pulsões sexuais e os instintos agressivos. Logo, *Eros* é uma força criadora, porém, se manifesta também como força destrutiva. Por esta razão, esta pesquisa foi a Freud, caminhou com Freud, objetou o que era necessário, mas se opondo às concepções dos revisionistas da teoria freudiana ou neofreudianos que se distanciaram da concepção freudiana de sexualidade. Para Marcuse (2018, p. 202),

A minimização revisionista da esfera biológica e, especialmente, do papel da sexualidade transfere a ênfase não só do inconsciente para a consciência, do id para o ego, mas também das expressões pré-sublimadas para as sublimadas da existência humana.

Com efeito, opondo-se aos revisionistas e retornando a Freud, compreende-se que “a predisposição sexual geralmente perversa da infância pode ser considerada a fonte de uma série de nossas virtudes, na medida em que, por formação reativa, estimula a criação delas” (Freud, 2020a, p. 166). Portanto, deve-se compreender que a cultura é a resultante de um processo de sublimação de *Eros*. Isto posto, a natureza, ou a biologia, é primária e a cultura é secundária, ou em termos marxistas, a infraestrutura, em primeira instância, determina a superestrutura que, secundariamente, determina a base material da sociedade.

Os capítulos desta tese foram então estruturados com base nessa premissa marxista e freudiana que compreende a vida, em sua concretude, como primado. Assim, como fez Freud, buscou-se nesta pesquisa compreender *a priori* o desejo sexual e *a posteriori* os tabus. Os *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, de 1905, e *Totem e tabu*,

de 1913, demonstram a fidelidade de Freud a essa premissa. Consequentemente, esta pesquisa adotou o método materialista histórico-dialético de Marx e o método psicanalítico de Freud. Embora sejam métodos com pontos de partida contrários, ambos são analíticos, pois Marx parte de análises supraindividuais e Freud de análises intrapsíquicas. Mas Segundo Freud (2011b, p. 349),

A força do marxismo não está, evidentemente, em sua concepção de história ou nas predições do futuro que nela se baseiam, mas na inteligente demonstração da influência avassaladora que as relações econômicas dos seres humanos têm sobre suas atitudes intelectuais, éticas e artísticas. Desse modo foram desveladas muitas conexões e interdependências, que até então haviam sido quase inteiramente ignoradas. Mas não se pode supor que os motivos econômicos sejam os únicos que determinam o comportamento dos homens na sociedade.

Com base neste pressuposto, a Teoria Crítica da Sociedade realizou a aproximação entre o marxismo e a teoria freudiana, ampliando-se, assim, as possibilidades de compreensão da condição humana, pois, além das determinações econômicas, ou supraindividuais, há as pulsionais, ou intrapsíquicas, que determinam o comportamento dos indivíduos. E, como disse Sartre (1987b, p. 138), se engana quem imagina que a psicanálise “se opõe ao materialismo dialético.” Assim, nesta aproximação tensa, revelou-se que as pulsões sexuais e de morte antecedem as econômicas. Por isso, esta pesquisa estabeleceu como meta a busca pela compreensão dessas instâncias psíquicas e, consequentemente, evidenciou-se que *Eros* é um princípio formativo, contudo, com os desdobramentos deste trabalho analítico, chegou-se à conclusão de que os tabus sexuais se tornaram princípios de deformação dos indivíduos.

Surgiu então a necessidade de distinguir os diferentes tipos de tabus, pois em sua obra *Totem e Tabu*, Freud (2017) não especifica a existência de tabus sexuais, mas, sim, os tabus dos mortos, dos soberanos e os tabus fundamentais do totemismo, cuja gênese encontra-se no assassinato do pai primordial. Os tabus fundamentais, a saber,

a proibição de matar o totem, isto é, o substituto do pai primordial, e a proibição do incesto, se tornaram então princípios civilizatórios.

Nesta tese, os tabus fundamentais foram conceituados como tabus primários e os tabus sexuais, invenções das religiões da castidade ou puritanas, como secundários. Portanto, esta distinção entre tabus fundamentais e tabus sexuais é crucial para situar o ponto de inflexão negativa do desenvolvimento humano, pois os tabus secundários, ou tabus sexuais, ao ampliarem as restrições sexuais, desencadearam um processo de regressão à barbárie. Segundo Adorno (2015a p. 209), “os tabus sexuais são, atualmente, mais fortes do que os outros, até mesmo os políticos, por mais que estes sejam tão enfaticamente martelados.”

Os tabus, em meio à aparência de liberdade, não podem ser tratados de forma descuidada, pois ninguém mais acredita totalmente neles, enquanto são, entretanto, reforçados pelo inconsciente dos indivíduos e pelos poderes institucionais. De forma geral, representações repressivas tornam-se tanto mais cruéis quanto mais são esvaziadas: elas precisam exagerar sua aplicação a fim de o pavor convencer os seres humanos de que seria também legítimo o que é muito forte. Os processos contra as bruxas floresceram quando o universalismo tomista desmoronou. De forma semelhante, as confissões exibicionistas de pecado daqueles que descarregam seu moralismo ao associá-lo à palavra “rearmamento” [*Aufrüstung*] são muito atrativas para as massas, porque o conceito de pecado, sem vínculo com o dogma teológico, não tem mais substância (Adorno, 2015a, p. 207).

Assim, as religiões insurgiram contra a vida dos indivíduos, regulando-a em suas esferas mais íntimas. Nesse ínterim, segundo Adorno (2015a), o sexo foi dessexualizado ao ser integrado em uma sociedade regida por tabus. Desse modo, como argumentou Freud (2023b, p. 37), “A transformação da libido objetal em libido narcísica, que então ocorre, evidentemente acarreta um abandono de metas sexuais, uma dessexualização, ou seja, uma espécie de sublimação.” Logo, o prazer deixou de ser prazer com a higienização e padronização do sexo que se tornou um produto venal. A mercantilização do sexo, mediada sobretudo pela indústria cultural, aferraram os indivíduos em um transe perene de prazeres preliminares que os desviam da fruição

sexual. Dessa forma, as religiões e a indústria cultural se tornaram aliadas nesse processo de regulação da sexualidade humana. Segundo Endsjo (2014, p. 15-16),

O fato de uma religião tentar regular a vida sexual das pessoas não implica apenas um controle religioso expresso do âmbito mais íntimo da vida privada de cada um. O controle sexual do indivíduo tem impacto na maior parte de sua existência. Por meio de proibições e consentimentos sobre quando, como e, sobretudo, *com quem* se pode fazer sexo, determina-se não apenas nossa sexualidade, mas com quem podemos nos conectar no plano mais pessoal, quem serão nossos filhos e netos. Significa determinar nossas circunstâncias, nossos parceiros e aliados, como viveremos por toda a vida.

Intensifica-se, então, nesta dinâmica realçada por Endsjo (2014), o sofrimento. Para Adorno (2015a p. 209), “O despertar dos tabus é possível pelo fato de o sofrimento social – segundo a medida psicológica: a do eu – ser recalcado e deslocado para o sexo, a dor arcaica.” Assim, ante a ambiguidade de sentimentos que fundamentam os tabus, os indivíduos, encarcerados entre o desejo e a proibição, se dilaceram, pois o que os tabus interditam é o que se deseja.

O pacto com a brutalidade, com os instintos oprimidos onde eles se harmonizam com as formas sociais institucionais, acompanha fielmente o canto de ódio contra as pulsões parciais. // Por princípio e com inevitável exagero, seria de se dizer *que no direito e nos costumes encontra toda simpatia com aquilo em que se prolongam os comportamentos da repressão social – em última instância a violência sádica –*, enquanto se reage impiedosamente contra modos de comportamento que se opõem à ordem social violenta (Adorno, 2015a, p. 219).

O fascismo, que efetivou os propósitos das religiões puritanas, é a maior expressão desse “pacto com a brutalidade”. O extremismo religioso, coadunado com o extremismo de direita, alimenta-se de uma ambiguidade de sentimentos, pois os adeptos desses movimentos extremistas desejam o que querem, brutalmente, interditar por meio dos tabus sexuais. Assim, com a intensificação da força dos mecanismos repressivos, ocorre, com efeito, a potencialização das forças destrutivas inerentes à espécie humana. A pulsão de morte que serve aos propósitos de *Eros*, ao inverter esta relação de subordinação, transforma o mundo em seu campo de cultivo.

“Levada ao extremo, na melancolia, ‘uma pura cultura do instinto de morte’ pode influir no superego, convertendo este numa ‘espécie de local de reunião para os instintos de morte’” (Marcuse, 2018, p. 41). Nesse antagonismo de forças pulsionais, a humanidade flerta com a sua aniquilação. A civilização, da mais alta tecnologia, aferrou-se à barbárie. O medo da morte violenta, como asseverou Hobbes (1999), tornou-se a tônica do dia com o aumento dos casos de suicídios, homicídios e genocídios. Segundo Marcuse (2018, p. 180), “os que morrem antes de querer e dever morrer, os que morrem em agonia e dor, são a grande acusação lavrada contra a civilização.”

Portanto, para se compreender essas forças pulsionais e os seus efeitos, a estrutura dos capítulos desta tese segue o fio condutor do desejo para desvelar o sentido de suas forças antitéticas. Assim, no primeiro capítulo, evidenciam-se as múltiplas formas de manifestação de *Eros*, uma força natural que, como todo fenômeno desconhecido, foi, em princípio, concebido como um deus. Os elogios ao Amor, presentes na obra *O Banquete ou do Amor (Simpósio)*, de Platão (2005a), explicitam essas múltiplas formas ou faces de *Eros*. Assim, no desenvolvimento de sua teoria, Freud aproximou a sua concepção de sexualidade aos pressupostos da filosofia platônica. E se para Hesíodo (1995), *Eros* é um dos deuses primordiais, para Platão (2005a) essa forma divina é, apenas, uma de suas manifestações. Contudo, na obra *O Banquete*, aparece em destaque a manifestação de *Eros* como *daímon* (gênio), uma força que se movimenta entre os deuses e os mortais, ou entre o plano inteligível e o sensível, da mesma forma que a pulsão (*Trieb*) “é um dos conceitos na demarcação entre o psíquico e o físico” (Freud, 2020a, p. 67).

O capítulo 2 inicia-se com uma reflexão acerca da origem da cultura, enquanto produção humana para, em seguida, situar a gênese do tabu que, segundo Freud (2017, p. 110), cresceu em um solo “emocional ambivalente”. Assim, enquanto a sexualidade possui, *a priori*, um fundamento natural, o tabu tem como fundamento a cultura. Com efeito, as instâncias culturais, em seu desenvolvimento, passaram a conflitar com a

ordem natural, conseqüentemente, os tabus se edificaram como instâncias repressivas. Porém, Freud demonstrou a necessidade da repressão para a existência civilizatória. Segundo Laplanche (2018, p. 279), “o ponto central, freudiano: a renúncia pulsional (*Triebverzicht*), antes de ser um ucasse do supereu, é o destino cultural de todo ser humano [...]”. Logo, os tabus fundamentais, ou primários, não podem ser abolidos ou superados, mas a superação dos tabus sexuais, ou secundários, é uma exigência civilizatória para se inverter o curso regressivo da espécie humana.

Com efeito, os tabus sexuais, e as consequências da ampliação das restrições ao sexo, compõem o tema de análise do capítulo 3. Evidenciou-se, em seu desenvolvimento, que o aumento da repressão é o fator principal para a liberação das forças destrutivas inerentes à espécie humana. Conseqüentemente, os atos de extrema violência transformaram o cotidiano humano em um cenário de horror. Assim, tornou-se necessário analisar os mecanismos psíquicos de justificação do assassinato do outro por ser diferente. Portanto, o conceito de falsa projeção ou “projeção pática” tornou-se crucial para desvelar o processo, pelo qual, o outro é desqualificado em sua condição humana. As análises do romance *O Anjo Azul* (*Professor Unrat*), de Heinrich Mann, publicado originalmente em 1905, e do filme alemão *Der Ewige Jude* (*O eterno judeu*), de 1940, dirigido por Fritz Hippler, foram essenciais para ilustrar a dinâmica desses mecanismos psíquicos que entram em cena para aniquilação do outro.

O quarto e último capítulo analisa as consequências dos interditos sexuais no campo educacional e político, cujos efeitos encontram-se no comportamento neurótico ou psicótico dos agitadores fascistas e seus seguidores. Portanto, as relações entre política, neurose e psicose são imprescindíveis para se compreender o fascismo, pois, segundo Freud (2023, p. 217), “na neurose uma porção da realidade é evitada mediante a fuga, enquanto na psicose é remodelada.” Com efeito, os psicóticos encontram no poder político um instrumento para remodelar a realidade. Assim, por meio de projeções patológicas, buscam plasmar o concreto com a aniquilação dos diferentes.

Por fim, buscou-se nestas investigações, cujo objeto de pesquisa é a sexualidade, compreender, com fundamento na psicanálise, o caos primevo que mutila os sujeitos nessa maquinaria brutal de deformação dos indivíduos. Por esta razão, objetivou-se nesta tese contribuir para ressaltar as implicações autodestrutivas da mentalidade fascista, como assinalou Adorno (2015e) ao considerar que aí reside a maior esperança de se contrapor aos discursos fascistas que preconizam a destruição, porém se mascaram como salvação. *Eros* foi então a força que impulsionou, da primeira à última palavra aqui escrita, este trabalho que evidenciou as forças antagônicas que geram o progresso e a regressão e, ao mesmo tempo, apontou que, enquanto houver uma centelha para iluminar a razão, será possível, como considerou Freud (2018b, p. 224), reconstruir “tudo o que a guerra destruiu, talvez com fundamentos mais sólidos e mais duráveis do que antes.”

CAPÍTULO 1

CONCEPÇÃO FREUDIANA DE SEXUALIDADE

Em sua imensurável procura de completude, cada indivíduo humano experimenta, a seu modo, a força de um desejo universal que os antigos gregos denominaram de *Eros* (Amor) que, em função de suas múltiplas formas de manifestação, foi concebido por diferentes perspectivas. Assim, ora *Eros* era concebido como um deus primordial, “entre os deuses o mais antigo” (Platão, 2005a, p. 97). Ora como um gênio, “entre um deus e um mortal” (Platão, 2005a, p. 146). Desse modo, da concepção de Hesíodo (1995), que definiu *Eros*, em sua obra *Teogonia*, como o mais belo dos deuses imortais, à de Platão (2005a), que o concebeu, em sua obra *O Banquete*, como um *daímon* (gênio), um intermediário entre deuses e mortais, perpassa uma compreensão fragmentária de *Eros* que, em sua totalidade, só pode ser compreendido como uma força que origina o devir, mas, que, ao mesmo tempo, nasce desse devir, isto é, um ser que se move em seu vazio, impulsionado por si e mediado pelo trabalho que efetiva a *poíesis* (produção), para tornar-se ser. Neste prisma heraclítico, *Eros* é poesia, “pois toda causa de qualquer coisa passar do não-ser ao ser é ‘poesia’, de modo que as confecções de todas as artes são ‘poesias’, e todos os seus artesãos poetas” (Platão, 2005a, p. 151).

Pode-se, assim, compreender *Eros* como uma força natural que coloca em movimento a produção material e espiritual da humanidade, mas, como todo e qualquer fenômeno natural, carente de compreensão, ele foi inicialmente concebido como um deus que impulsionou deuses e homens em busca de suas metas, cujas conquistas tornaram-se fontes de prazeres que se esgotam a cada momento de fruição.

Daí segue o itinerário desta tese que, em princípio, busca nos mitos uma referência para compreender as pulsões (instintos) que determinam o comportamento humano, pois, como assinalou Freud (2011a, p. 241), “A teoria dos instintos é, por assim dizer, nossa mitologia. Os instintos são seres míticos, formidáveis em sua indeterminação.” Desse modo, como precursor deste intercuro investigativo da natureza desses “seres míticos”, Platão (2005a) demonstrou que *Eros* tem uma base tangível, responsável pela constituição da sexualidade dos seres vivos que se reproduzem sexualmente ou que buscam prazer por meio de seus corpos. “Em sua origem, função e relação com o amor sexual, o *eros* do filósofo Platão mostra uma correspondência perfeita com a força amorosa, a libido da psicanálise [...]” (Freud, 2019a, p. 75). Desse modo, impulsionados por *Eros*, os seres mortais buscam a imortalidade por meio da reprodução, pois

[...] a natureza mortal procura, na medida do possível, ser sempre e ficar imortal. E ela só pode assim, através da geração, porque sempre deixa um outro ser novo em lugar do velho; pois é nisso que se diz que cada espécie animal vive e é a mesma – assim como de criança o homem se diz o mesmo até se tornar velho; este na verdade, apesar de jamais ter em si as mesmas coisas, diz-se todavia que é o mesmo, embora sempre se renovando e perdendo alguma coisa, nos cabelos, nas carnes, nos ossos, no sangue e em todo o corpo. E não é o que é só o corpo, mas também na alma os modos, os costumes as opiniões, desejos, prazeres, aflições, temores, cada um desses afetos jamais permanecem o mesmo em cada um de nós, mas uns nascem, outros morrem. Contudo, ainda mais estranho do que isso é que até as ciências não é só que umas nascem e outras morrem para nós, e jamais somos os mesmos nas ciências, mas ainda cada uma delas sofre a mesma contingência. O que, com efeito, se chama exercitar é como se de nós estivesse saindo a ciência; esquecimento é escape de ciência, e o exercício, introduzindo uma nova lembrança em lugar da que está saindo, salva a ciência, de modo a parecer ela ser a mesma. É desse modo que tudo o que é mortal se conserva, e não pelo fato de absolutamente ser sempre o mesmo, como o que é divino, mas pelo fato de deixar o que parte e envelhece um outro ser novo, tal qual ele mesmo era. É por esse meio, ó Sócrates, que o mortal participa da imortalidade, no corpo como em tudo o mais [...] (Platão, 2005a, p. 156-157).

Eros, como descrito de forma original pelo filósofo Platão, no século IV a.C., em sua obra *O Banquete*, é a potência que garante, por meio da geração de novos

indivíduos, em face de uma de suas dimensões, a perpetuação da humanidade enquanto espécie, isto é, seus corpos gerando outros corpos. Ademais, segundo Platão (2005a, p. 158), “aqueles que estão fecundados em seu corpo voltam-se de preferência para as mulheres, e é desse modo que são amorosos, pela procriação conseguindo para si a imortalidade [...]”. Contudo, convém compreender essa afirmação de Platão no contexto histórico da Grécia Antiga, cuja relação amorosa entre homens era aceita e incentivada, porém, a pederastia no mundo grego antigo difere da homossexualidade do mundo contemporâneo. É importante ainda esclarecer que os termos homossexual e heterossexual surgiram no século XIX, sendo, portanto, um anacronismo utilizar tais termos para referir-se às relações amorosas na Grécia Antiga. Pois bem, feita essas ressalvas, destaca-se aqui uma das passagens do diálogo *O Banquete*, obra que apresenta as diferentes faces ou perspectivas de *Eros*. Na passagem, que ora entra em destaque, o dramaturgo Aristófanes, que aparece como um personagem nessa obra de Platão, narra, por meio do mito dos andróginos, uma das faces de *Eros* e explica a origem e a existência do desejo entre pessoas do mesmo sexo e de sexo diferente. Segundo o relato mítico de Aristófanes,

[...] nossa natureza outrora não era a mesma que a de agora, mas diferente. Em primeiro lugar, três eram os gêneros da Humanidade, não como agora, o masculino e o feminino, mas também havia, a mais, um terceiro, comum a estes dois, do qual resta agora um nome, desaparecida a coisa; andrógino era então um gênero distinto, tanto na forma como no nome comum aos dois, ao masculino e ao feminino, enquanto agora nada mais é que um nome posto em desonra. Depois, interíça era a forma de cada homem, com o dorso redondo, os flancos em círculo; quatro mãos ele tinha, e as pernas o mesmo tanto das mãos, dois rostos sobre um pescoço torneado, semelhantes em tudo; mas a cabeça sobre os dois rostos opostos um ao outro era um só, e quatro orelhas, dois sexos, e tudo o mais como desses exemplos se poderia supor. [...] Eram por conseguinte de uma força e de um vigor terríveis, e uma grande presunção eles tinham; mas voltaram-se contra os deuses [...]. Depois de laboriosa reflexão, diz Zeus: “Acho que tenho um meio de fazer com que os homens possam existir, mas parem com a intemperança, tornados mais fracos. Agora, com efeito, continuou, eu os cortarei a cada um em dois [...]” (Platão, 2005a, p. 119-120).

Assim, narra o mito, os humanos, de seres inteiros, passaram a ser metades e “buscam unir-se novamente no amor” (Freud, 2020a, p. 21). Este desejo os faz procurar, ao longo da vida, a metade que lhes foi cortada. E como bem disse Carlos Drummond de Andrade (2006, p. 160-161): “Este é tempo de partido, tempo de homens partidos. [...] Este é tempo de divisas, tempo de gente cortada.” E ao citar esse mito de Platão, em seu texto *Além do princípio do prazer* (1920), Freud encontrou uma luz, ausente na ciência, para a compreensão da gênese da sexualidade.

O que na ciência encontramos sobre a gênese da sexualidade é tão pouco, que o problema pode ser comparado a uma escuridão em que nem o raio de luz de uma hipótese penetrou. É em outro lugar que deparemos com uma tal hipótese, de natureza fantástica, porém – é antes um mito que uma explicação científica –, que eu não ousaria apresentá-la aqui, se ela não satisfizesse justamente uma condição que procuramos satisfazer. Pois ela faz derivar um instinto da necessidade de restauração de um estado anterior.

Refiro-me, naturalmente, à teoria que Platão faz Aristófanos exprimir no *Simpósio*, que trata não só da origem do instinto sexual, mas também de sua mais importante variação relativa ao objeto (Freud, 2022, p. 230).

Porém, cinco anos antes da publicação de *Além do princípio do prazer* (1920), Freud atribuiu, em seu ensaio *As Pulsões e seus destinos*, publicado em 1915, ao ensinamento da biologia uma concepção que já era ensinada pela filosofia platônica acerca da imortalidade dos indivíduos, enquanto espécie, por meio da reprodução sexual. Este ponto é crucial para que se demarque a diferença entre sexualidade e tabus sexuais. De forma breve, convém considerar, neste momento, que a sexualidade tem como gênese a natureza em sua expansão e perpetuação da vida, isto é, a sexualidade, que se transforma historicamente, seja por determinações intrapsíquicas ou supraindividuais, possui, *a priori*, um fundamento natural, enquanto os tabus sexuais originam-se da vivência humana, religiosa e puritana, com uma força natural, em princípio, desconhecida e simbolizada por elementos culturais transformados em signos identitários. Evidencia-se, assim, que os tabus sexuais, cuja origem será explicitada no decorrer desta tese, possuem um fundamento cultural. Enfim, por ora,

destaca-se aqui a formulação de Freud, em 1915, acerca de suas fontes para compreensão da sexualidade.

Tenho sérias dúvidas quanto a se será possível obter indícios decisivos para a divisão e a classificação das pulsões a partir da elaboração do material psicológico. Objetivando-se tal elaboração, parece muito mais necessário aplicar ao material determinadas suposições sobre a vida pulsional, e seria desejável que pudéssemos retirar tais suposições de outro campo, para então transferi-las à Psicologia. Do que nos aporta a Biologia, nada contraria a distinção entre pulsões do Eu e pulsões sexuais. A Biologia ensina que a sexualidade não se equipara a outras funções do indivíduo, já que suas tendências estão acima do individual e têm por conteúdo a produção de novos indivíduos, logo, a preservação da espécie. Ela nos mostra, ademais, que há duas concepções coexistindo justificadamente a respeito da relação entre o Eu e a sexualidade: uma, segundo a qual o indivíduo é o elemento principal, sendo a sexualidade valorizada como uma de suas atividades, e outra para a qual o indivíduo é um apêndice temporário e evanescente de um plasma germinativo quase imortal, que lhe foi confiado pela transmissão geracional (Freud, 2019b, p. 31).

Mas, convém ressaltar, dentro da perspectiva platônica, que a geração não provém apenas da instância física, pois a alma humana é capaz de gerar, metaforicamente, filhos, como as ciências, as leis e os princípios filosóficos, desse modo, os homens tiram de si, de sua interioridade, novas concepções que transformam continuamente a civilização humana, “pois há os que concebem na alma mais do que no corpo, o que convém à alma conceber e gerar [...]” (Platão, 2005a, p. 158). Nesse processo do fazer existir, por meio da geração, a partir de suas necessidades ou carências, cada indivíduo humano deseja transformar-se naquilo que não é, neste querer tornar-se outro a cada instante, o homem se constituiu enquanto um ser de cultura e, do desejo do que lhe é carente, fez de si um inventor de mundos, pois “como qualquer outro que deseja, deseja o que não está à mão nem consigo, o que não tem, o que não é ele próprio e o de que é carente [...]” (Platão, 2005a, p. 141). Assim, segundo Freud (2011d, p. 63), “Eros e Ananke tornaram-se também os pais da cultura humana.” *Eros* quer a presença, mas precisa da ausência para existir. A dualidade, que aí se manifesta, encontra-se na gênese do próprio *Eros*, cuja natureza recebeu uma

explicação mítica apresentada por Diotima, uma estrangeira, que na obra *O Banquete*, instruiu Sócrates acerca das questões do Amor e, em sua carência de conhecimento, Sócrates, o ateniense, declarou a estrangeira: “vim a ti, porque reconheci que precisava de mestres” (Platão, 2005a, p. 155). E atento às explicações de Diotima, Sócrates adentrou na natureza do Amor e compreendeu, de forma mítica, a sua gênese.

É um tanto longo de explicar, disse ela; todavia, eu te direi. Quando nasceu Afrodite, banqueteavam-se os deuses, e entre os demais se encontrava também o filho da Prudência, Recurso. Depois que acabaram de jantar, veio para esmolar do festim a Pobreza, e ficou pela porta. Ora, Recurso, embriagado com o néctar – pois vinho ainda não havia –, penetrou o jardim de Zeus e, pesado, adormeceu. A Pobreza então, tramando em sua falta de recurso engendrar um filho de Recurso, deita-se ao seu lado e pronto concebe o Amor. Eis por que ficou companheiro e servo de Afrodite o Amor, gerado em seu natalício, ao mesmo tempo que por natureza amante do belo, porque também Afrodite é bela. E por ser filho o Amor do Recurso e da Pobreza foi esta a condição em que ele ficou. Primeiramente ele é sempre pobre, e longe está de ser delicado e belo, como a maioria imagina, mas é duro, seco, descalço e sem lar, sempre por terra e sem forro, deitando-se ao desabrigo, às portas e nos caminhos, porque tem a natureza da mãe, sempre convivendo com a precisão. Segundo o pai, porém, ele é insidioso com o que é belo e bom, e corajoso, decidido e enérgico, caçador terrível, sempre a tecer maquinções, ávido de sabedoria e cheio de recursos, a filosofar por toda a vida, terrível mago, feiticeiro, sofista: e nem imortal é a sua natureza nem mortal, e no mesmo dia ora ele germina e vive, quando enriquece, ora morre e de novo ressuscita, graças à natureza do pai; e o que consegue sempre lhe escapa, de modo que nem empobrece o Amor nem enriquece, assim como também está no meio da sabedoria e da ignorância (Platão, 2005a, p. 147-148).

Daí segue a concepção do Amor enquanto tendência, em função de sua dupla natureza, que ora direciona os indivíduos humanos em busca dos prazeres do corpo, ora os fazem buscar os prazeres da alma. Mas, para Platão, o despertar do desejo provocado por um corpo belo é apenas o primeiro degrau de um processo de transcendência que pode elevar a alma humana aos graus mais elevados da perfeição e, conseqüentemente, à verdadeira beleza. “Com efeito, uma das coisas mais belas é a sabedoria, e o Amor é amor pelo belo, de modo que é forçoso o Amor ser filósofo e, sendo filósofo, estar entre o sábio e o ignorante” (Platão, 2005a, p. 149). Contudo, a fome torna-se infinita. Primeiro se busca saciar a fome do corpo e, em um determinado

momento da vida, surge também a necessidade de saciar a fome da alma. O filho de Recurso e da Pobreza transformaram a humanidade em uma espécie peregrina que migra em busca de uma meta que, até o momento, se revelou inalcançável. Os mitos, em princípio, foram os principais alimentos da alma humana. Mas, a fome, que nunca se sacia, fez surgir a filosofia, daí a compreensão platônica do “Amor ser filósofo”. E como filósofo, *Eros* tornou-se um princípio formativo e um grande educador que ensina os caminhos que devem ser percorridos para que o corpo e a alma, mesmo que de forma breve, saciem as suas fomes.

Nesse ponto da vida, meu caro Sócrates, se é que em outro mais, poderia o homem viver, a contemplar o próprio belo. Se algum dia o vires, não é como ouro ou como roupa que ele te parecerá ser, ou como os belos jovens adolescentes, a cuja vista ficas agora aturdido e disposto, tu como outros muitos, contanto que veja seus amados e sempre estejam com eles, a nem comer nem beber, se de algum modo fosse possível, mas a só contemplar e estar ao seu lado. Que pensamos então que aconteceria, disse ela, se alguém ocorresse contemplar o próprio belo, nítido, puro, simples, e não repleto de carnes humanas, de cores e outras muitas ninharias mortais, mas o próprio divino belo pudesse ele em sua forma única contemplar? Porventura pensas, disse, que é vida vã a de um homem a olhar naquela direção e aquele objeto com aquilo com que deve, quando o contempla e com ele convive? Ou não consideras, disse ela, que somente então, quando vir o belo com aquilo com que este pode ser visto, ocorrer-lhe-á produzir não sombras de virtude, porque não é em sombra que estará tocando, mas reais virtudes, porque é no real que estará tocando? E que, a quem produziu autêntica virtude e a alimentou cabe tornar-se amigo da divindade, e se algum outro homem cabe tornar-se imortal é sobretudo a este? (Platão, 2005a, p. 164-165).

Depreende-se assim a perpetuação da dualidade amante-amado, sendo o amante o ser que deseja e o amado o objeto de desejo. Contudo, o amante tem a possibilidade de tornar-se amado, um objeto de desejo, porém, esta condição é transitória, em função da natureza de *Eros*; de polo passivo, o amante, ora amado, sempre retorna ao seu lugar de polo ativo, isto é, para a condição de apenas amante, pois embora seja amado transitoriamente, jamais deixa de ser amante de forma perene. A questão relevante é a troca do objeto desejado, quando se deseja saciar a fome da alma. Assim, o desejo por objetos tangíveis se desloca para o desejo de objetos

intangíveis, compreendidos, por Platão, como o belo em si, isto é, a perfeição, a forma perfeita que modela os corpos. Essa ascese, que leva o homem à busca de objetos transcendentais, portanto, existentes fora do mundo sensível, ou mundo material, constitui o cerne da filosofia de Platão, que concebeu o universo dividido em dois planos opostos, isto é, segundo o platonismo, há uma dicotomia entre o mundo sensível em relação ao mundo inteligível (mundo das formas ou ideias). Esta dualidade estabeleceu uma hierarquia entre forma e matéria, sendo a primeira superior e modeladora da segunda. Desse modo, o mundo sensível está subordinado ao inteligível e, na fissura, entre esses dois planos opostos, encontra-se *Eros*, o *daímon* intermediário que impulsiona os humanos para um ou outro lado. E como bem disse o filósofo Santo Agostinho (1999, p. 383), em seu livro *Confissões*, “O meu amor é o meu peso. Para qualquer parte que vá, é ele quem me leva.”

Ora, diante da multiplicidade de metas ou infinitos lugares a que *Eros* pode conduzir os indivíduos humanos, a humanidade, em seu desenvolvimento, fez despertar o desejo de reprimir o próprio desejo e, estabelecer, conseqüentemente, uma limitação de metas, que só podem sobrepor-se às demais por um processo de repressão da sexualidade. Pois, “O Eros incontrolado é tão funesto quanto a sua réplica fatal, o instinto de morte” (Marcuse, 2018, p. 9). Reforçando este pressuposto, Marcuse (2018, p. 53) argumentou que “Freud realçou repetidamente que as duradouras relações interpessoais de que a civilização depende pressupõem que o instinto sexual é inibido em seus fins.” O desfecho da obra *O Banquete* aponta para este sentido, cuja ascese e a imortalidade da alma figuram como meta primordial e, portanto, superior às demais. Conseqüentemente,

O conceito de “sexualidade” – e, portanto, o de um instinto sexual – teve certamente que ser ampliado, até abarcar muita coisa que não se incluía na função reprodutiva, e isso provocou certo escândalo no mundo austero, respeitável ou simplesmente hipócrita (Freud, 2022, p. 222).

Opondo-se a essas hipocrisias e à luz do platonismo, Freud, no desenvolvimento de sua obra, percebeu que “a sexualidade ampliada da psicanálise se aproximava do *Eros* do divino Platão [...]” (Freud, 2020a, p. 18). Segundo Jean Laplanche (2018), essa aproximação, evidenciada por Freud, concretiza um desvio, iniciado com o desenvolvimento do conceito de *pulsão de morte*, na obra freudiana. “Um desvio que, entre outras coisas, concretiza-se pelo lugar atribuído a uma sexualidade unificada sob a égide do ‘*Eros* do divino Platão’ [...]” (Laplanche, 2018, p. 252). Nesta perspectiva, “*Eros* significa uma ampliação quantitativa e qualitativa de sexualidade” (Marcuse, 2018, p. 157). Logo, é imprescindível evidenciar que essa ampliação ocorre com a dissociação da pulsão sexual dos instintos vitais, como o instinto de nutrição. De acordo com Freud (2020a, p. 85-86), “A atividade sexual se apoia primeiro numa das funções que servem à conservação da vida, e somente depois se torna independente dela.” Ora, em decorrência dessa independência das pulsões sexuais em relação aos instintos, “as forças instintuais sexuais se veriam conduzidas a metas outras que não as sexuais, ou seja, ocorreria a sublimação da sexualidade” (Freud, 2020a, p. 119-120).

Convém então, neste momento, deixar explícito que o conceito de sexualidade ampliada, em que se lança à luz crítica da filosofia, é o núcleo desta tese, cujo acesso se dá de forma analítica, mas como afirmou Laplanche (2018, p. 156), “A sexualidade dita ‘ampliada’ é a grande descoberta psicanalítica, mantida do início ao fim e difícil de conceituar, como mostra o próprio Freud [...].” Entretanto, há inúmeras resistências à noção de ampliação da sexualidade que se colocam como obstáculo para o esclarecimento da condição humana. Segundo Freud (2020a, p. 18), “a ênfase na importância da vida sexual em todas as realizações humanas e a tentativa de ampliação do conceito de sexualidade”, desencadeou uma forte resistência à psicanálise. Mas, para o lícito desenvolvimento da ciência, é premente superar esses obstáculos para que se possa compreender, sem o pudor gerado pela ignorância, que toda obra humana é resultante da força criadora de *Eros*, como postulou Platão em sua obra *O Banquete*.

Ora, é importante esclarecer que, tradicionalmente, costuma-se distinguir três tipos de amor: *Ágape*, *Eros* e *Phília* (que compõem a palavra filosofia). Mas, na verdade, o que há é um único amor, com metas distintas ou inibidas. Há, por exemplo, segundo Freud, o amor inibido na meta.

A noção de que Eros e Ágape podem, no fim das contas, ser uma e a mesma coisa – não que Eros é Ágape, mas Ágape é Eros – talvez pareça estranha, depois de quase dois mil anos de teologia. Também pouco parece justificável referir-mos a Platão como um defensor dessa identificação – Platão, que foi quem introduziu a definição repressiva de Eros no patrimônio da cultura ocidental. Entretanto, o *Symposium* (Banquete) contém a mais nítida celebração da origem e substância sexual das relações espirituais (Marcuse, 2018, p. 161).

Fica então evidente que o *Eros* de Platão, que Freud aproximou do conceito de sexualidade ampliada, é o princípio das relações espirituais que engendram na alma o desejo de conceber a verdade que já estava em si como pressupôs o platonismo, porém oculta pelo esquecimento. Convém então destacar, neste interlúdio, que Platão, em sua teoria do conhecimento, concebeu o ato de conhecer como um processo de reminiscência, isto é, a alma, por intermédio da *maiêutica*, pode lembrar o que contemplara em sua morada espiritual. Desse modo, dentro de uma perspectiva mística, Platão, ao pressupor a imortalidade da alma, defendeu a crença na metempsicose, isto é, a eterna migração das almas que encarnam no mundo material, mas que sempre retornam para a sua morada espiritual, isto é, migram para o mundo inteligível e, nesse plano, são iluminadas pela luz eterna do Bem Absoluto, compreendido, metaforicamente como o Sol, fonte de toda a existência. Nesse mundo luminoso encontram-se as formas (ideias) reais e perfeitas que modelam o mundo da matéria. Esse realismo exagerado atribuiu realidade apenas às ideias, categorizadas como universais e objetivas, cuja existência independe do sujeito; quanto ao mundo sensível, Platão o definiu como um simulacro ou uma projeção do plano real. Logo, o conhecimento só pode ser alcançado por um processo de ascese, pois “A realidade sem

forma, sem cor, impalpável só pode ser contemplada pela inteligência, que é o guia da alma” (Platão, 2005b, p. 84).

O efeito prático dessa transcendência, cuja força motriz é *Eros*, foi demonstrado por Platão no final do livro *O Banquete*, pelas cenas dramáticas envolvendo Alcibíades e Sócrates, este último foi surpreendido pelo primeiro que adentrou, em estado de embriaguez, ao local do banquete em que os convivas elogiavam o Amor. Sócrates então advertiu o seu anfitrião:

Agatão, vê se me defendes! Que o amor deste homem se me tornou um não pequeno problema. Desde aquele tempo, com efeito, em que o amei, não mais é permitido dirigir nem o olhar nem a palavra a nenhum belo jovem, senão este homem, enciumado e invejoso, faz coisas extraordinárias, insulta-me e mal retém suas mãos da violência. Vê então se também agora não vai ele fazer alguma coisa, e reconcilia-nos; ou se ele tentar a violência, defende-me, pois eu da sua fúria e da sua paixão amorosa muito me arreceio (Platão, 2005a, p. 168).

“Não!, disse Alcibíades, entre mim e ti não há reconciliação” (Platão, 2005a, p. 168). Assim, mesmo com a advertência e súplicas de Sócrates ao anfitrião, a hostilidade de Alcibíades permaneceu, o que evidenciou a sua paixão não correspondida. Ademais, conforme a terminologia freudiana, o amante Alcibíades desenvolveu uma ambivalência de sentimentos em relação ao seu amado Sócrates. “A inversão de conteúdo pode ser encontrada no caso único da transformação do amar em um odiar” (Freud, 2019b, p. 35). Segundo Freud (2019b, p. 55), “A indiferença remete ao ódio, à aversão [...]. Se, depois, o objeto se apresenta como fonte de prazer, ele passa a ser amado [...].”

Surge então a questão: qual a causa dessa indiferença de Sócrates em relação ao amor de Alcibíades? A resposta encontra-se nos ensinamentos de Diótima que instruiu Sócrates acerca da natureza do amor. Nesta perspectiva, que ele aprendeu, destacam-se em *Eros* duas metas: a imortalidade dos seres vivos enquanto espécie e a imortalidade da alma. Pois bem, Sócrates foi casado com duas esposas e teve três filhos. Segundo Platão, em seu livro *Fédon*, uma das esposas de Sócrates, Xantipa,

acompanhada por um dos seus filhos, estava presente nos momentos que antecederam a execução de seu mestre, acusado e condenado à morte por falsas acusações. “Ao entrarmos, vimos Sócrates, de quem haviam retirado as correntes, e Xantipa, que tu conheces muito bem, sentada ao lado dele e tendo um de seus filhos nos braços” (Platão, 1999, p. 119). Ora, tendo Sócrates, como exposto, conquistado a imortalidade enquanto espécie, por meio da reprodução, restava-lhe conquistar a imortalidade da alma, transformada em sua meta primordial, pois um dos pressupostos de *Eros* é querer o que não se tem. Esse desejo de ser imortal foi exposto no final do diálogo *Apologia de Sócrates* de Platão que narrou o julgamento de Sócrates que o levou à condenação, cuja sentença foi a pena de morte.

Se, ao chegar ao Hades, livre dessas pessoas que se intitulam juízes, a gente vai encontrar os verdadeiros juízes que, segundo consta, lá distribuem a justiça, Minos, Radamanto, Éaco, Triptólemo e outros semideuses que foram justiceiros em vida, não valeria a pena a viagem? Quanto não daria qualquer de vós para estar na companhia de Orfeu, Museu, Hesíodo e Homero? Por mim, estou pronto a morrer muitas vezes, se isso é verdade; eu de modo especial acharia lá um entretenimento maravilhoso, quando encontrasse Palamedes, Ajax de Telamon e outros antigos, que tenham morrido por uma sentença iníqua; não me seria desagradável comparar com os deles os meus sofrimentos e, o que é mais, passar o tempo examinando e interrogando os de lá como aos de cá, a ver quem deles é sábio e quem, não o sendo, cuida que é. Quanto não se daria, senhores juízes, para sujeitar a exame aquele que comandou a imensa expedição contra Tróia, ou Ulisses, ou Sísifo, milhares de outros se poderia nomear, homens e mulheres, com quem seria uma felicidade indizível estar junto, conversando com eles, sujeitando-os a exame! Os de lá absolutamente não matam por uma razão dessas! Os de lá são mais felizes que os de cá, entre outros motivos, por serem imortais pelo resto do tempo, se a tradição está certa (Platão, 1999, p. 95-96).

Daí se deduz os motivos da indiferença de Sócrates em relação aos interesses sexuais de Alcibíades. Em termos freudianos, percebe-se em Sócrates que a pulsão sexual é inibida em seus fins. Quando Sócrates diz a Agatão “Desde aquele tempo, com efeito, em que o amei [...]” (Platão, 2005a, p. 168), deve-se compreender este “amei”, dentro da concepção platônica, não como um desejo direcionado ao corpo de Alcibíades, mas como uma chave de lembrança que abre a porta para o transcendente,

pois os corpos belos, tangíveis, são apenas sombras, simulacros que carregam em si vestígios que estimulam a alma às lembranças do belo em si, uma essência intangível, que ela, porventura, tenha contemplado em sua morada espiritual antes de encarnar no plano material. Contudo, Alcibíades não compreendeu os propósitos de Sócrates e, desiludido, o amante narrou para os participantes do banquete, que elogiavam o Amor, as palavras que ouvira do seu amado. Segundo Alcibíades, Sócrates disse:

Caro Alcibíades, é bem provável que realmente não sejas um vulgar, se chega a ser verdade o que dizes a meu respeito, e se há em mim algum poder pelo qual tu te poderias tornar melhor; sim, uma irresistível beleza verias em mim, e totalmente diferente da formosura que há em ti. Se então, ao contemplá-la, tentas compartilhá-la comigo e trocar beleza por beleza, não é pouco que pensas me levar vantagens, mas ao contrário, em lugar da aparência é a realidade do que é belo que tentas adquirir, e realmente é “ouro por cobre” que pensas trocar. No entanto, ditoso amigo, examina melhor; não te passe despercebido que nada sou. Em verdade, a visão do pensamento começa a enxergar com agudeza quando a dos olhos tende a perder sua força; tu porém estás ainda longe disso (Platão, 2005a, p. 179).

Ora, como se vê, Sócrates não aceitou trocar “ouro por cobre”, isto é, permutar a beleza da alma pela beleza do corpo. Pois a alma, sendo imortal, traz consigo uma beleza perene, imutável, ao contrário da beleza do corpo que é efêmera. Desse modo, Sócrates se opôs à tradição pedagógica da Grécia Antiga que instituiu a pederastia como instrumento formativo. Assim, ao querer ser iniciado dentro de uma tradição recusada por Sócrates, Alcibíades viu o seu projeto amoroso fracassar por não compreender essa insurgência socrática que instaurou um novo caminho formativo propiciado pelo método dialético que consiste, em princípio, na refutação dos falsos saberes por intermédio de perguntas (ironia socrática) que evidencia, no discurso do interlocutor, as contradições, levando-o ao reconhecimento de sua própria ignorância. Esta catarse prepara a alma para a sua ascensão ao mundo luminoso das ideias. Mas, Alcibíades, como disse Sócrates, estava “ainda longe disso” (Platão, 2005a, p. 179).

As divergências de metas, entre amantes e amados, são evidenciadas nesse drama amoroso que pode ser um fio condutor para a compreensão dos determinantes

intrap síquicos dos processos formativos de cada indivíduo humano. O peso do amor nem sempre leva os indivíduos ao termo que projetaram. Desse modo, *Eros* educa pelo caminho, não pelo ponto de chegada. Este se transfigura em cada voo do desejo. Nesse processo, *Eros* projeta utopias, no entanto, seja na arte ou na vida, as distopias, com frequência, tornam-se partes da edificação da história humana. Neste ínterim, tornou-se inevitável o surgimento, na obra freudiana, do conceito de *pulsão de morte* que se contrapõe à *pulsão eros*.

Se é verdadeiro que – em tempos imemoriais e de modo inconcebível – a vida se originou da matéria inanimada, então, segundo nossa premissa, deve ter surgido naquele momento um instinto que procura abolir a vida, restaurar o estado inorgânico. Se reconhecemos nesse instinto a autodestruição da nossa hipótese, podemos vê-la como expressão de um *instinto de morte* que não pode estar ausente em nenhum processo vital. Agora os instintos em que acreditamos se dividem nos dois grupos que são: o dos eróticos, que buscam aglomerar substância viva em unidades cada vez maiores, e dos instintos de morte, que contrariam esse esforço e reconduzem o elemento vivo ao estado inorgânico. Da atividade conjunta e oposta dos dois procedem os fenômenos vitais a que a morte põe fim (Freud, p. 2011a, 257-258).

Desse modo, as pulsões que Freud (2019b, p. 29) diferenciou em dois grupos, “as *pulsões do Eu*, ou de *autopreservação*, e as *pulsões sexuais*,” cederam terreno para o desenvolvimento teórico de uma nova dualidade, *pulsão eros* e *pulsão de morte*, concebida em razão das manifestações dos processos vitais que mesclam pulsões antagônicas em uma síntese estruturante da vida. Na obra *Além do princípio do prazer* (1920), responsável por introduzir, na teoria freudiana, o conceito de *pulsão de morte*, Freud (2022, p. 224) argumentou que

Desde o princípio nossa concepção era *dualista*, e hoje é mais claramente dualista do que antes, desde que não mais denominamos os opostos instintos do Eu e instintos sexuais, mas instintos de vida e de morte.

Contudo, Freud evidenciou que “o instinto de morte é levado a servir aos propósitos de *Eros* [...]” (Freud, 2011a, p. 258). Com efeito, por mais que *Eros*, em

função de sua natureza miserável e próspera, deseje a vida, ela, enquanto objeto de desejo, sempre dissipa,

tal qual a construção infundada dessa visão, as torres, cujos topos deixam-se cobrir pelas nuvens, e os palácios, maravilhosos, e os templos, solenes, e o próprio Globo, grandioso, e também todos os que nele aqui estão e todos os que o receberem por herança se esvanecerão [...] (Shakespeare, 2006, p. 89).

A construção de mundos utópicos, como o mundo das ideias de Platão, são estratégias de *Eros* para salvar a vida desse esvanecer ou dessa dissolução provocada pelo tempo. A cresça na imortalidade da alma nasceu dessa estratégia, desse desejo humano de infinitude. A ironia de Sócrates perante a morte revela esse anseio, pois, se em Atenas ele foi condenado à morte por filosofar, em seu mundo utópico “não matam por uma razão dessas!” (Platão, 1999, p. 96). Ora, as utopias humanas são sublimações de *Eros* que cria no campo onírico uma espécie de segunda vida e, nesse campo, pode-se projetar o oposto do que se é. É nesse processo que a cultura tem a sua gênese, como um espelhamento do organismo vivo, porém, atento ao que a óptica ensina, a imagem projetada no espelho é invertida. Daí, como consequência, surgem as dualidades como real vs. não-real, mortal vs. imortal e outras tantas.

A “procriação” espiritual é, tanto quanto na procriação corporal, a obra de *Eros*; e a legítima e verdadeira ordem da *Polis* é tão erótica quanto a legítima e verdadeira ordem do amor. O poder criador de cultura de *Eros* é sublimação não repressiva: a sexualidade não é desviada nem impedida de atingir seu objetivo; pelo contrário, ao atingir o seu objetivo, transcende-o em favor de outros, buscando uma gratificação mais plena (Marcuse, 2018, p. 161).

A invenção do humano é a resultante desse conteúdo sublimado e substancializado em formas que modelam os membros da espécie humana. Desse modo, com o desenvolvimento do indivíduo (ontogênese) emerge um fenômeno crucial para o desenvolvimento da civilização (filogênese). Pois o indivíduo, em sua gênese, percebe que pode projetar para fora de si a imagem espelhada em sua mente, por conseguinte, a imagem refletida no espelho, isto é, na psique, tornou-se um

princípio de transformação do objeto refletido, alterando, com efeito, o seu modo de existir. Assim, por meio de um processo de adaptação, um indivíduo humano toma como seu os conteúdos sublimados de outros indivíduos humanos, modificando, portanto, a sua própria psique. Neste expediente, o organismo vivo, ou a espécie humana, tornou-se também um organismo de cultura. Segundo Adorno (2015a, p. 204), “a psique individual é secundária em relação à preponderância dos processos sociais reais, ou se quiser: ela é superestrutura.”

Os historiadores da civilização parecem concordes em supor que, desviando-se as forças instintuais sexuais das metas sexuais para novas metas – um processo que merece o nome de *sublimação* – adquirem-se fortes componentes para todas as realizações culturais. Acrescentaríamos que o mesmo processo ocorre no desenvolvimento do indivíduo, e situaríamos o seu começo no período de latência sexual da infância (Freud, 2020a, p. 80-81).

Mas, como Platão compreendeu a essência do Bem como uma ideia suprema, universal e objetiva, cumpre considerar o contrário, pois as ideias, como todo pressuposto cultural, são resultantes de um processo de sublimação de *Eros* que transformou os seres humanos em inventores de mundo. Portanto, as ideias têm uma origem subjetiva e não são universais que se particularizam e se individualizam como queria Platão ao estabelecer a forma (*eîdos*) como princípio do universo. As ideias ou formas são sublimações individuais ou subjetivas que se objetivam ao serem exteriorizadas por meio da linguagem ou do trabalho. Desse modo, algumas ideias podem ser universalizadas e transformadas em princípios aceitos por uma comunidade maior de pessoas; por conseguinte, determinados princípios, cuja gênese é subjetiva, podem ser transformados em padrões globais de formação cultural e educacional. Este é o caso da filosofia platônica que transformou a civilização ocidental. Segundo Jean-Paul Sartre (1987a, p. 6), “não há um único de nossos atos que, criando o homem que queremos ser, não esteja criando, simultaneamente, uma imagem do homem tal como julgamos que ele deva ser.”

Pois bem, embora a filosofia platônica seja responsável por criar um mundo invertido, subordinando o homem nessa inversão, deve-se destacar que o grande mérito de Platão foi descobrir *Eros* como princípio formativo, porém ele presumiu, ante as aporias que povoavam a sua mente, a existência de uma força transcendente, apartada do mundo terreno e responsável por plasmar os seres vivos e o próprio Cosmos. Surge então a necessidade de ajustar o prisma platônico para que se possa inverter a ordem ilusória da hierarquia das criações e situar a natureza como primado da existência e, por consequência, perceber a imanência orgânica ou natural como fonte das instâncias transcendentes. Assim, neste ajuste de prisma, Freud, em sua travessia teórica, percebeu *Eros* enquanto força imanente que forma os organismos vivos.

Por “instinto” [*Trieb*] não podemos entender, primeiramente, outra coisa senão o representante psíquico de uma forma endossomática de estímulos que não para de fluir, à diferença do “estímulo”, que é produzido por excitações isoladas oriundas de fora. Assim, “instinto” é um dos conceitos na demarcação entre o psíquico e o físico. A mais simples e imediata suposição sobre a natureza dos instintos seria que eles não possuem qualidade nenhuma em si, devendo ser considerados apenas como medida da exigência de trabalho feita à psique. O que diferencia os instintos uns dos outros e os dota de atributos específicos é a relação com suas *fontes* somáticas e suas *metas* (Freud, 2020a, p. 66-67).

Nesta “demarcação”, Freud insere o conceito de pulsão (*Trieb*) na tradição filosófica platônica que situou *Eros* naquela fissura, já mencionada aqui, entre o mundo sensível e inteligível. E como um *daímon*, a pulsão (instinto) demarcada “entre o psíquico e o físico”, encontra, em um processo de fluxo corpo-alma-corpo, a sua morada no interior do indivíduo, uma síntese psicofísica, cuja composição é mediada e realizada por *Eros*. Desse modo, ao se reportar, especificamente, à pulsão sexual, deve-se relembrar os pressupostos que já foram apresentados nesta tese acerca do processo de dissociação dessa pulsão dos instintos que antes lhe serviam de apoio, como o instinto de nutrição. Assim, compreender-se-á com mais clareza que a

sexualidade se encontra assente, em todos os indivíduos, desde o nascimento. Tese freudiana, alvo de muitos ataques por falta de compreensão.

Achamos deplorável que se contestasse a presença do instinto sexual na infância e que fossem descritas como irregularidades as manifestações sexuais que não raro se veem nas crianças. Pareceu-nos, isto sim, que as crianças vêm ao mundo com germes de atividade sexual e já quando se nutrem têm também satisfação sexual, que sempre buscam obter novamente no conhecido ato de “sugar”. Mas a atividade sexual da criança não se desenvolveria no mesmo passo que suas demais funções: após um breve período de florescimento entre os dois e os cinco anos de idade, ela entraria no chamado “período de latência”. Nele a produção de excitação não cessaria, continuando e fornecendo uma provisão de energia que seria aplicada, em grande parte, para outros fins que não os sexuais: por um lado, no aporte dos componentes sexuais para sentimentos sociais; por outro (através de repressão e formação reativa), na construção das futuras barreiras sexuais (Freud, 2020a, p. 156-157).

Com base nesses pressupostos, a sexualidade se desenvolve em fases, cujo ponto inicial se manifesta de forma germinal e, em seu desenvolvimento, alcança, após a puberdade, a fase genital. Porém, a ampliação da sexualidade ocorre desde a primeira infância e, como as funções reprodutivas são adiadas, naturalmente, para a idade que caracteriza a puberdade, as energias pulsionais, da fase pré-genital, são destinadas ao desenvolvimento cultural, social e educacional das crianças. Consequentemente, a sexualidade, ao se ampliar, se caracteriza por ser muito mais do que, apenas, uma função destinada à reprodução, isto é, ela se transforma em uma força que transcende a natureza.

O estudo dos transtornos neuróticos nos fez notar que na vida sexual infantil pode-se reconhecer, desde o início, esboços de uma organização dos componentes instintuais sexuais. Numa primeira fase, bastante cedo, o erotismo *oral* se acha em primeiro plano; a segunda dessas organizações “pré-genitais” é caracterizada pela predominância do *sadismo* e do erotismo *anal*, e somente numa terceira fase (que se desenvolve, na criança, apenas até o primado do falo) a vida sexual é determinada também pela participação das zonas genitais propriamente ditas (Freud, 2020a, p. 158-159).

Neste percurso de desenvolvimento, assinalado por Freud, a sexualidade em seu primeiro estágio, pré-genital, se manifesta de forma anárquica por meio das pulsões parciais ou zonas erógenas. Segundo Freud (2020a, p. 158), “o instinto sexual, na infância, não seria *centrado*, e seria primeiramente sem objeto, *autoerótico*.” Subsidiando esta proposição freudiana, Laplanche (2018, p. 237) salienta que “a sexualidade infantil está ligada a zonas erógenas e se subdivide em pulsões parciais que buscam o prazer, cada uma por sua própria conta.” Mas, posteriormente, com a chegada da puberdade, sobretudo com a transformação do corpo feminino e masculino por fatores endócrinos, mediante o aumento dos hormônios sexuais, há o estabelecimento da primazia das zonas genitais. Nesta fase pressupõe-se a escolha de um objeto, o corpo do outro, que deriva a escolha de uma meta, a reprodução sexual. Com efeito, a partir da puberdade ou adolescência, a mente humana é povoada pelas fantasias arquetípicas do mito dos andróginos e, a busca da completude no outro, o unir-se pelo amor, indicam uma tendência fundamental para a continuidade da vida por meio da procriação.

A obra clássica, *Romeu e Julieta*, de William Shakespeare, expressa os possíveis desfechos do desenvolvimento da sexualidade. No ato II, cena II, Julieta, que desejava um amor que fosse constante, advertiu Romeu por jurar pela Lua o amor dedicado a ela. Disse então Julieta ao seu amado: “Oh, não jures pela Lua, essa Lua inconstante que todos os meses muda de figura, ao rodar na sua órbita. Tenho medo de que o teu amor se torne tão inconstante como ela” (Shakespeare, 1988, p. 31). Após essa advertência, os amantes se convenceram da reciprocidade de desejos, eram enfim, amantes e amados um do outro. Diante dessa força, de *Eros*, se casaram e, unidos pelo amor, selaram os seus destinos. Mas, das pulsões em jogo, prevaleceu a pulsão de morte e, assim, a morte pôs fim ao que *Eros* criou. Esse desenlace traz à tona outras tendências no curso do desenvolvimento da sexualidade, pois, além daquela que aponta para a meta sexual normal, há outra, cujo destino são as perversões.

Considera-se meta sexual normal a união dos genitais no ato denominado copulação, que leva à resolução da tensão sexual e temporário arrefecimento do instinto sexual (satisfação análoga à saciação da fome). Mas no ato sexual mais normal já se notam os rudimentos que, desenvolvidos, levarão aos desvios que são denominados *perversões* (Freud, 2020a, p. 40).

Pelo exposto até aqui, demonstra-se que essa força dual, que se dirige para diferentes metas, carrega em si o princípio da criação e o seu oposto, a destruição. Desse modo, da infância à vida adulta, cada indivíduo humano convive com uma força que pode permanecer desconhecida e imensurável pelo tempo que viverem. Inevitavelmente, a angústia surge e ganha a sua morada na psique humana. E é justamente nesta angústia, causadora de sofrimento ao organismo vivo, que se sobrevém a repressão que atua como contrapeso aos impulsos de *Eros*. Segundo Freud (2011a, p. 230), “Não é a repressão que cria a angústia, essa é anterior, a angústia faz a repressão!” O conflito torna-se então parte constitutiva da psique humana; diante dessa realidade, Sartre (1987a, p. 7) declarou “que o homem é angústia.” Contudo, enquanto Sartre situa a angústia na consciência, no momento da escolha que antecede a ação, Freud a viu surgir a partir de um perigo interno causado pelas forças das pulsões. Com efeito, diante de uma ameaça fictícia ou real de aniquilação, os indivíduos criam os seus mecanismos de defesa.

Mas que a angústia pode ser? Não o medo de um perigo externo que ameaça, ou seja, um medo real. É certo que o menino sente angústia ante uma exigência de sua libido, ante o amor à mãe, nesse caso; é realmente, portanto, um caso de angústia neurótica. Mas esse amor lhe aparece como um perigo interno, ao qual ele tem de furtar-se pela renúncia a esse objeto, apenas porque provoca uma situação de perigo externa. E em todos os casos que investigamos obtemos o mesmo resultado. Temos de admitir que não contávamos que o perigo instintual interno se revelasse condição e preparação para uma situação de perigo real externa (Freud, 2011a, p. 230-231).

Assim, nessa defluência ontogenética, a sexualidade se desenvolve em simultaneidade com o desenvolvimento cultural do indivíduo que refaz em si, sobretudo na infância, o caminho percorrido pela civilização há milhares de anos. Ao

se apropriar, por exemplo, da linguagem humana, a criança se apropria de um instrumental que a humanidade empregou milhares de anos para desenvolver. Contudo, o novo membro da espécie *homo sapiens sapiens* se faz humano por meio de um processo de repressão, mesclando em si as suas angústias. Daí segue um evento extraordinário dentro da espécie humana, pois, por mais que existam os processos de estandardização, o indivíduo que se faz e se forma é um ser singular, único, porque se constrói mediado pelas pulsões que fluem de sua interioridade, fonte de suas angústias. É claro que há o declínio do indivíduo em função dos processos de massificação, como exposto por Theodor Adorno e Max Horkheimer, mas só é possível o declínio do indivíduo se este primeiramente existir. E mesmo estandardizado, o indivíduo subsiste com suas angústias. Segundo Adorno (2022, p. 139), “No meio das unidades humanas estandardizadas e administradas, o indivíduo persiste.”

Evidencia-se, pelo exposto, que o transcurso civilizatório, do conjunto humano e do indivíduo que reconstrói dentro de si a história da civilização, é o desdobramento de um antagonismo de forças que deixa como marca um caminho de progresso e regressão. Segundo Adorno e Horkheimer (1985, p. 46), “A maldição do progresso irrefreável é a irrefreável regressão.”

Com base nas premissas apresentadas até o momento, infere-se que há um nexo causal entre o desenvolvimento sexual e o desenvolvimento cultural. Assim, fatores que perturbam o desenvolvimento sexual afetam, necessariamente, a formação cultural do indivíduo e, consequentemente, o desenvolvimento civilizatório, sobretudo em função de parte das energias pulsionais serem destinadas à edificação da cultura. Segundo Freud (2020a, p. 168), “Todos os fatores prejudiciais ao desenvolvimento sexual manifestam seus efeitos produzindo uma *regressão*, um retorno a uma fase anterior de desenvolvimento.” Por conseguinte, o declínio do indivíduo pressupõe essa regressão e, por extensão, em consequência desse nexo causal, tem-se a tendência da regressão do estágio civilizado à barbárie. O avanço da extrema-direita que corrói as democracias contemporâneas são efeitos da canalização

das perversões humanas em força política. O masoquismo, que pressupõe infligir sofrimento a si, e o sadismo, que se refere ao ato de infligir sofrimento ao outro, caracterizam, por exemplo, o comportamento dos odiadores (*haters*) que se replicam nas mídias sociais. É lícito supor que há nesses indivíduos, que propagam o ódio, uma ambivalência de sentimentos. “Que desprezem decorre de que prezam” (Nietzsche, 2000, 61). Os odiadores primeiro amaram, mas a ausência de reciprocidade, a indiferença do objeto amado ou a impossibilidade de conquistar o que eles representam, os fizeram transformar o seu amor em ódio. Segundo Nietzsche (2000, p. 61), o corpo, compreendido por ele como o *ser próprio*, “criou para si o apreço e o desprezo, criou para si o prazer e a dor.”

A história da cultura humana ensina, para além de qualquer dúvida, que crueldade e instinto sexual estão intimamente relacionados, mas na explicação desse nexos não se fez mais que enfatizar o elemento agressivo da libido. Conforme alguns autores, essa agressividade mesclada ao instinto sexual é um vestígio de apetites canibalescos, ou seja, uma contribuição da outra grande necessidade, ontogeneticamente mais antiga. Também se afirmou que toda dor, em si, já contém a possibilidade de uma sensação de prazer. Nós vamos nos contentar com a impressão de que essa perversão realmente não foi explicada de maneira satisfatória e de que nela, possivelmente, vários impulsos psíquicos se unem para produzir um só efeito (Freud, 2020a, 53-54).

Assim, dos princípios de sua teoria da sexualidade, Freud encontrou um ponto de referência para explicar a violência humana. Pois, do mesmo modo que as crianças chegam ao mundo, pelo nascimento, com os germes da sexualidade, elas também aportam com os germes da violência. Avança-se com este pressuposto, de forma significativa, em direção à construção de uma teoria consistente acerca do comportamento ambivalente dos seres humanos e, por conseguinte, lança-se luz às raízes intrapsíquicas da crueldade humana que se mescla à sexualidade.

Com independência ainda maior das outras atividades sexuais, ligadas a zonas erógenas, desenvolve-se na criança o componente cruel do instinto sexual. A crueldade tem relação estreita com o caráter infantil, pois o

empecilho que faz o instinto de apoderamento se deter ante a dor do outro, a capacidade de compaixão, forma-se relativamente mais tarde. [...] A ausência da barreira da compaixão acarreta o perigo de que essa união dos instintos cruéis com os erógenos, ocorrida na infância, venha a se mostrar indissolúvel mais tarde (Freud, 2020a, p. 101).

Ora, por vias diversas, a teoria freudiana se aproximou da perspectiva filosófica de Thomas Hobbes, que considerou, no século XVII, em sua obra *Leviatã*, a origem da violência humana na própria natureza humana. Porém, é importante destacar, Freud concebeu as causas da violência de forma distinta, em relação à teoria hobbesiana. Como fronteira de demarcação, Freud situou nas pulsões eros e de morte as principais causas da violência, enquanto Hobbes (1999, p. 108) asseverou que “na natureza do homem encontramos três causas principais de discórdia. Primeiro, a competição; segundo, a desconfiança; e terceiro, a glória.” Ele acrescentou ainda que “A primeira leva os homens a atacar os outros tendo em vista o lucro; a segunda, a segurança; e a terceira a reputação” (Hobbes, 1999, p. 108-109). Contudo, seja principiando nessas três causas ou nas pulsões, como assinalou Freud, a ausência de um contrapeso às pulsões ou à natureza humana, colocam os homens “naquela condição a que se chama guerra; e uma guerra que é de todos os homens contra todos os homens” (Hobbes, 1999, p. 109). E, como assinalou Freud (2011b, p. 353), “teremos de lidar, por um período de tempo incalculável, com as dificuldades que o caráter indômito da natureza humana cria para todo tipo de comunidade social.”

O quê de realidade por trás disso, que as pessoas gostam de negar, é que o ser humano não é uma criatura branda, ávida de amor, que no máximo pode se defender, quando atacado, mas sim que ele deve incluir, entre seus dotes instintuais, também um forte quinhão de agressividade. Em consequência disso, para ele o próximo não constitui apenas um possível colaborador e objeto sexual, mas também uma tentação para satisfazer a tendência à agressão, para explorar seu trabalho sem recompensá-lo, para dele se utilizar sexualmente contra a sua vontade, para usurpar seu patrimônio, para humilhá-lo, para infligir-lhe dor, para torturá-lo e matá-lo. *Homo homini lupus* [O homem é o lobo do homem]; quem, depois de tudo o que aprendeu com a vida e a história, tem coragem de discutir essa frase? (Freud, 2011d, p. 76-77).

Ante o exposto, a teoria romanesca de Rousseau, que pressupôs uma bondade original dos homens em seu estado de natureza, não se sustenta. A fábula que ilustrou o homem como “um bom selvagem inocente” é incongruente com a realidade, não encontrando nela amparo. No entanto, Rousseau (1999, p. 61) insistiu em sua mítica do Éden ao afirmar que “a maioria de nossos males é obra nossa e que teríamos evitado quase todos se tivéssemos conservado a maneira simples, uniforme e solitária de viver prescrita pela natureza.” Ora, não foi um desvio das prescrições dadas pela natureza que instaurou a violência entre os homens, pelo contrário, é a ausência de uma força que seja capaz de transformar a natureza humana, desviando-a do seu curso natural, a responsável pela liberação das forças destrutivas inerentes à espécie humana.

A transformação repressiva de *Eros*, que começa com a proibição do incesto, conduz desde o início da infância à superação fundamental do complexo de Édipo e, assim, a interiorização da autoridade paterna. A partir deste momento introduz-se o que vai constituir a modificação essencial de Eros sob o princípio da realidade: sua transformação em sexualidade. Originalmente Eros é mais que sexualidade, no sentido de que não é uma pulsão parcial e sim uma força que domina todo o organismo, que só mais tarde é posta a serviço da reprodução e se localiza como sexualidade. [...] Dessa transformação não resulta apenas a conversão do organismo em instrumento de trabalho desprazeroso, mas sobretudo a desvalorização da felicidade e do prazer como fins em si, a subordinação da felicidade e da satisfação à produtividade social, sem a qual não existe nenhum progresso cultural. Porém, com essa desvalorização da felicidade e da satisfação pulsional e sua subordinação à satisfação socialmente aceitável ocorre, ao mesmo tempo, o progresso e a transformação do animal humano em ser humano, o progresso da necessidade da simples satisfação das pulsões, que não é propriamente fruição, para o comportamento *refletido* e a fruição *mediatizada*, que são o que propriamente caracteriza o homem (Marcuse, 2004, p. 108-109).

Dessas transformações, assinaladas por Marcuse, emerge o Eu (ego) que, segundo Freud (2011c, p. 217), “é aquela parte do Id que foi modificada pela vizinhança e a influência do mundo externo, organizada para o acolhimento dos estímulos e a proteção diante deles [...]”. Com efeito, o Id (Isso), que carrega em si a herança biológica da espécie humana, desenvolve, a partir de um processo de adaptação, um contrapeso às suas exigências. Desse modo, a irracionalidade

dominante na espécie humana cede espaço para a gênese da racionalidade. O esforço de Freud, segundo Marcuse (2004, p. 107), “foi no sentido de mostrar que o melhoramento das condições humanas em geral necessita que as forças irracionais ainda atuantes no homem se subordinem à razão.” Para auxiliar a instância racional nesse empreendimento, desenvolve-se na psique humana, por influências das figuras paternas, o Super-Eu (superego).

A estrutura da psique humana, Id, Eu, Super-Eu, concebida por Freud, é crucial para se compreender a “transformação do animal humano em ser humano” (Marcuse, 2004, p. 109). A concepção psicanalítica de Freud tornou-se também uma concepção antropológica à medida que procurou compreender os processos de ampliação da sexualidade humana e, por conseguinte, da transformação de *Eros* em sexualidade que resulta na modificação do homem em sua interioridade e exterioridade. A afirmação de Freud “‘Onde era id, eu (o ego) devo (deve) vir a ser’ (‘Wo Es war, soll Ich werden’) é talvez a mais racional de todas as formulações que se possa imaginar em psicologia” (Marcuse, 2004, p. 107).

Contudo, mesmo que a maioria das comunidades humanas tenham institucionalizado os mecanismos de humanização dos homens, por meio da família, escola, igreja e outras instituições; esse processo, em primeira instância, é solitário, pois o que se descobre, *a posteriori*, como sendo um mundo externo é, *a priori*, para o novo indivíduo da espécie humana, uma extensão de si. O ser, que ainda não tem noção do que ele seja e do que está à sua volta, terá que, solitariamente, se desvelar e se construir, sobretudo a partir da construção de fronteiras dicotômicas entre o eu e o outro e entre o eu e o mundo. O estranhamento em relação às coisas que começam a surgir à consciência dos indivíduos, em seus primeiros anos de infância, seguidas de sons ou sinais visuais, é crucial nessa descoberta de si. As palavras, que nomeiam essas coisas, auxiliam os recém-chegados no mundo sublimado da cultura e, os elucidam, em parte e aparentemente, o mundo, mas superar o caos primevo é o grande obstáculo de cada indivíduo em seu processo de humanização. Há os que fracassam, sobretudo na

edificação do seu Eu autônomo. Segundo Adorno (2015b, p. 197), “pessoas cuja cristalização de um eu autônomo fracassou sob a pressão de vivências infantis, tendem especialmente a ideologias totalitárias.”

Embora Jean-Paul Sartre, que dentre suas principais obras encontra-se o roteiro original do filme *Freud, além da alma*, tenha sido um dos críticos, talvez o mais contundente das teses freudianas, o seu conto, *a Infância de um chefe*, publicado em 1939, é uma ilustração pertinente dessa tese de Adorno acerca das consequências desse fracasso do Eu. Nesse conto, Lucien, o protagonista, ante o mundo que o cerca, procurou encontrar-se, descobrir-se e definir-se. E ao ser confundido com uma menina, por estar vestido de anjinho, pensou ser mesmo uma menina. “Ele não estava mais inteiramente certo de não ser uma menininha [...]” (Sartre, 2022, p. 107). Imaginou então que, se sua mãe colocasse as calças de seu pai, ela poderia se transformar em um homem. “Que aconteceria se alguém tirasse o vestido de mamãe e ela pusesse as calças de papai? Talvez lhe nascesse, de repente, um bigode preto” (Sartre, 2022, p. 109). Nessas conjecturas infantis, Lucien, como todas as crianças, realizava suas pesquisas infantis para situar-se no mundo. Porém, deparou-se com sua trajetória estabelecida previamente pelo seu pai, um industrial francês, que o preparava para sucedê-lo na direção de sua fábrica. Lucien deveria ser na vida adulta um chefe, era o seu destino nas mãos de seu pai.

Pensamentos conflitantes ganhavam então contornos em sua mente e uma ambivalência de sentimentos, em relação a sua mãe, se manifestava. “‘Eu gosto da mamãe!’, mas sua voz pareceu-lhe estranha, sentiu um medo terrível [...]. Desde esse dia compreendeu que não gostava da sua mãe” (Sartre, 2022, p. 112). Mas não se sentia culpado por isso e, para compensar, passou a ser mais carinhoso com ela e fingir que a amava para não ser considerado “um menino ruim” (Sartre, 2022, p. 112). Entrementes, “Lucien tornou-se um pequeno estouvado. Quebrava todos os brinquedos para ver como eram feitos [...]” (Sartre, 2022, p. 113). Em termos freudianos, desenvolveu em Lucien uma predominância do comportamento sádico.

Assim, o ato de destruir as coisas para desvendar os seus mistérios era acompanhado de uma nova descoberta, o prazer ante a dor de outros seres vivos. A diversão era maior quando ele arrancava as patas dos gafanhotos. “Lucien teria desejado fazer sofrer um desses animais que gritam quando sente dor, uma galinha, por exemplo; mas não ousava aproximar-se delas” (Sartre, 2022, p. 114).

Em suas experiências para descobrir a si e as coisas, Lucien se convenceu de que ele não existia. O cogito cartesiano, “penso, logo existo”, que lhe fora apresentado pelo seu professor de filosofia como forma de persuadi-lo a abandonar essa ideia de não existência, não o demoliu de sua convicção. Nesse desenlace, com a intensificação de seus conflitos, os atos de destruição ganharam um novo alvo, o próprio Lucien. Assim, na adolescência, a ideia de suicídio tornou-se uma saída para o seu desespero. Como estava convencido de sua não existência, o seu ato colocaria um fim ao nada. O revólver de sua mãe, guardado na gaveta de uma cômoda, no quarto dela, seria o instrumento para pôr um fim às suas angústias. “Aconteceu-lhe mesmo morder o cano dourado, apertando fortemente os dedos na coronha” (Sartre, 2022, p. 127). Mas, mesmo com a data marcada para o ponto final de sua vida, Lucien encontrou outros ares e a decisão que tomara tornou-se apenas uma tentativa de suicídio. Mudou-se com a família para Paris e, na nova escola, conheceu um novo amigo, Berliac, que ouviu suas confidências e lhe apresentou a psicanálise. Ficou fascinado com a nova descoberta.

Estava seduzido pelo rumo científico que suas confidências tinham tomado, e na quinta-feira seguinte leu uma obra de Freud sobre o sonho, na biblioteca Sainte-Geneviève. Foi uma revelação. “É isso”, repetia-se vagando pelas ruas, “é isso!” Comprou depois a *Introdução à psicanálise* e a *Psicopatologia da vida cotidiana*, e tudo se aclarou para ele. Essa impressão estranha de não existir, esse vazio que sentira muito tempo na consciência, sua sonolência, suas perplexidades, seus esforços vãos para se conhecer, que nunca encontravam senão uma cortina de bruma... “Por Deus”, pensou ele, “eu tenho um complexo (Sartre, 2022, p. 130-131).

Assim, com a sua recente descoberta, Lucien explicava o seu comportamento à luz dos conceitos psicanalíticos. O *complexo de Édipo* tornava-se a sua salvação e um subterfúgio para se eximir de qualquer responsabilidade. Amar ou não amar, como ele queria acreditar, não seria uma escolha sua, afinal, ele presumia ter um complexo. Ora, essa tentativa de fuga para dentro do território psicanalítico, que Lucien acreditava conhecer, mas que, na verdade, desconhecia, é, conforme a terminologia sartriana, uma atitude de má-fé. Ao querer fugir de suas escolhas, Lucien, que personifica no conto de Sartre o sujeito de má-fé, escolhia ser inautêntico, um ser que finge e faz escolhas para agradar os outros. Segundo Sartre (1987a), todas as pessoas são livres e escolhem ser autênticas ou inautênticas e não há como eximir-se da responsabilidade, pois cada ato humano é precedido de uma escolha livre.

É o que posso expressar dizendo que o homem está condenado a ser livre. Condenado, porque não se criou a si mesmo, e como, no entanto, é livre, uma vez que foi lançado no mundo, é responsável por tudo o que faz. O existencialista não acredita no poder da paixão. Ele jamais admitirá que uma bela paixão é uma corrente devastadora que conduz o homem, fatalmente, a determinados atos, e que, conseqüentemente, é uma desculpa. Ele considera que o homem é responsável por sua paixão. O existencialista não pensará nunca, também, que o homem pode conseguir o auxílio de um sinal qualquer que o oriente no mundo, pois considera que é o próprio homem quem decifra o sinal como bem entende. Pensa, portanto, que o homem, sem apoio e sem ajuda, está condenado a inventar o homem a cada instante (Sartre, 1987a, p. 9).

E na trajetória de sua vida, Lucien se reveste de definições advindas dos outros ou de livros que leu. Assim, aceita de bom grado a palavra “desajustamento” utilizada por Bergère, um novo amigo que lhe foi apresentado por Berliac, para defini-lo. Depois de um período de convivência, Lucien ficou fascinado por Bergère e, assim, em seu apaixonamento, cedeu às suas tentativas de sedução e, no quarto de um hotel, que se hospedaram em função de uma viagem, se relacionaram sexualmente. Mas, em sua inautenticidade, Lucien procurou justificativas para a sua entrega, pois ele não queria admitir que era um homossexual. “‘Não é tão grave’, pensou, ‘ainda posso me salvar.

Ele abusou do meu desajustamento, mas não sou *realmente* um pederasta” (Sartre, 2022. p. 148). Lucien iniciou então a sua luta para reprimir os seus desejos; pensou que, se assumisse a sua homossexualidade, não seria mais recebido na casa das pessoas e os operários da fábrica de seu pai não o respeitariam como um chefe. “Resolveu consultar um psicanalista, sem nada dizer a seus pais. Em seguida, arranjará uma amante e então seria um homem como os outros” (Sartre, 2022. p. 149). Contudo, Freud já não mais servia aos seus propósitos e, se antes, o seu professor de filosofia não o persuadiu por meio do cogito cartesiano a abandonar a convicção de que ele não existia, agora, facilmente, ele o persuadiu a acreditar que a psicanálise era uma moda passageira. Seu antigo professor de filosofia disse-lhe então: “O que há de melhor em Freud já se encontra em Platão” (Sartre, 2022. p. 150).

Lucien sentiu-se aliviado e foi então buscar outras influências, outros livros que o definissem e, na busca de um sentido para a sua vida, lembrou do que ele presumia ser a “saúde moral” de sua família e, diante de suas tradições e tentativas para reprimir-se, decidiu entrar para um grupo político antissemita e nacionalista francês e passou a odiar judeus. A crueldade, que já se manifestava em sua infância, foi canalizada em força política e, com a sua turba, agrediu, com extrema violência, um homem judeu que passava pela rua. Desse modo, encontrava, segundo o seu julgamento, o que era necessário para ser um chefe. “O verdadeiro Lucien – ele o sabia agora – tinha de ser procurado nos olhos dos outros, na obediência medrosa [...]” (Sartre, 2022. p. 178). Lucien olhou seu reflexo em uma vitrine, “Mas o vidro não lhe devolveu senão uma bela figurinha enfezada que não era ainda bastante terrível: ‘Vou deixar crescer o bigode’, decidiu” (Sartre, 2022. p. 180).

Evidencia-se, assim, um dos aspectos cruciais na configuração das divergências entre Sartre e a teoria freudiana, pois Freud sustentou, em suas teses, a existência de uma instância inconsciente que determina as ações humanas, ao contrário da teoria sartriana, pois, para Sartre, o homem é consciência e um ser condenado à liberdade, pois ele não pode, enquanto estiver vivo, esquivar-se de suas escolhas livres e

conscientes. Daí segue o inevitável diante das escolhas humanas, a saber, tornar-se autêntico ou inautêntico. Lucien se descobriu na manifestação de seus desejos e buscou reprimir-se. A sua escolha foi tornar-se inautêntico. Ora, esse ser reprimido ou recalçado, ilustrado por Sartre, tem consciência do que ele se tornou; porém, em seus atos, ele dissimulava ser o oposto. O deixar crescer o bigode talvez lhe desse os ares de uma figura paterna, uma autoridade respeitada, os semblantes de um chefe. Assim, buscando-se nos olhos dos outros e em seus reflexos em vitrines, Lucien ampliava o seu projeto para além da esfera privada e, com efeito, o seu novo alvo passou a ser o poder político.

Sartre deixou evidente que a homossexualidade consciente de Lucien, e as suas tentativas para negá-la, foi um dos fatores decisivos para a sua adesão ao movimento fascista e antissemita. Seu amigo Berliac, que lhe apresentou Bergère, era de ascendência judaica. Ele “sentia verdadeira fúria contra os judeus e a lembrança de Berliac era-lhe profundamente desagradável” (Sartre, 2022. p. 167). Lucien presumia que Berliac era seu concorrente sexual na disputa por Bergère, isto é, o que ele sentia era ciúme. Depois de relacionar-se sexualmente com Bergère, a sua mente foi povoada por um grande pavor.

Lucien começou a se animar quando de repente pensou em Bergère: nesse exato momento, Bergère estava em algum lugar de Paris, satisfeito consigo mesmo, a cabeça cheia de lembranças: “Ele sabe como sou, conhece minha boca, ele me disse: ‘Você tem um cheiro que não esquecerei’; irá se gabar perante os amigos, dizendo: ‘Eu o comi’ – como seu eu fosse uma mulherzinha.” Naquele exato momento talvez estivesse relatando suas noites a... – o coração de Lucien parou de bater – a Berliac! Se ele fizer isso eu o mato. Berliac me detesta, contará a toda a turma, serei mal-afamado, os colegas recusarão apertar-me a mão. “Direi que não é verdade”; disse Lucien consigo mesmo loucamente, “eu me queixarei, direi que ele me violentou!” Lucien odiava Bergère com todas as forças: sem ele, sem essa consciência escandalosa e irremediável, tudo teria podido se arranjar, ninguém teria sabido nada e ele mesmo teria acabado por esquecer. “Se Bergère pudesse morrer subitamente! Meu Deus, eu Vos peço, fazei com que ele morra esta noite antes de haver dito qualquer coisa a alguém. Meu Deus, fazei com que esta história seja enterrada, Vós não podeis querer que eu me torne um pederasta! Em todo caso, ele conhece o meu segredo!”, pensou Lucien com raiva. “Vai ser preciso que eu volte à sua casa e faça tudo o que ele quer, e que diga que gosto disto, senão

estou perdido!” Deu ainda alguns passos e acrescentou, por medida de precaução: “Meu Deus, fazei com que Berliac morra também” (Sartre, 2022. p. 149).

Ora, Lucien tem consciência de seus desejos e, em seus pensamentos, buscava subterfúgios para negá-los. O ciúme que ele sentia de Berliac foi então transformado em antissemitismo. Essa posição sartriana, a homossexualidade consciente de indivíduos como Lucien que agem de má-fé, opõe-se à tese freudiana que pressupõe a existência de uma homossexualidade inconsciente como um dos fatores determinantes no processo de formação das massas. O artigo de Adorno, *Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista*, traz uma contribuição valiosa para o debate em tela. Segundo Adorno (2015c, p. 160), “Freud crê que o vínculo que integra os indivíduos em uma massa tem uma natureza *libidinal*.”

Freud vai além de tais observações ao explicar a coerência das massas em geral em termos do princípio do prazer, ou seja, das gratificações reais ou vicárias obtidas pelos indivíduos ao se renderem a uma massa. Hitler, aliás, estava bem consciente da fonte libidinal da formação de massa por rendição quando atribuiu características especificamente femininas, passivas, aos participantes de seus encontros, e assim apontou para o papel da homossexualidade inconsciente na psicologia de massa (Adorno, 2015c, p. 160).

Pois bem, mesmo que haja divergências entre as concepções teóricas de Freud e Sartre, ambos apontam os conflitos acerca da sexualidade, sejam eles conscientes ou inconscientes, como possíveis causas para a formação de massas que subtraem a autonomia dos indivíduos que a ela aderem. Nesse sentido, Freud foi preciso ao afirmar que há uma natureza libidinal no processo de integração dos indivíduos à massa; contudo, o fator decisivo para a formação de regimes totalitários são os interesses econômicos e políticos, como assinalou Adorno (2015c, p. 185-186):

Embora o agitador fascista indubitavelmente assuma certas tendências internas daqueles a quem se dirige, ele o faz como mandatário de poderosos interesses econômicos e políticos. Disposições psicológicas, na verdade, não

causam o fascismo; em vez disso, o fascismo define uma área psicológica que pode ser explorada de forma bem-sucedida pelas forças que o promovem por razões de interesse próprio completamente não psicológicas.

Deve-se então observar a historicidade das relações amorosas entre os indivíduos para se evitar julgamentos equivocados acerca da tendência política de uma pessoa ao assumir ou reprimir a sua orientação sexual. É evidente que homossexualidade e a heterossexualidade são variações da sexualidade e, conforme a época histórica, uma delas foi valorizada em detrimento da outra. Na Grécia Antiga, embora não se possa utilizar os termos homossexual e heterossexual para se evitar o anacronismo, as relações amorosas entre os homens eram incentivadas, sobretudo entre soldados que deveriam ter vergonha do que é feio e amar o que é belo, conforme pronunciou Fedro em seu elogio ao amor no livro *O Banquete*.

Se, por conseguinte, algum meio ocorresse de se fazer uma cidade ou uma expedição de amantes e amados, não haveria melhor maneira de a constituírem senão afastando-se eles de tudo que é feio e porfiando entre si no apreço à honra; e quando lutassem, um ao lado do outro, tais soldados venceriam, por poucos que fossem, por assim dizer, todos os homens. Pois um homem que está amando, se deixou seu posto ou largou suas armas, aceitaria menos sem dúvida a idéia de ter sido visto pelo amado do que por todos os outros, e a isso preferiria muitas vezes morrer. E quanto a abandonar o amado ou não socorrê-lo em perigo, ninguém há tão ruim que o próprio Amor não o torne inspirado para a virtude, a ponto de ficar ele semelhante ao mais generoso de natureza; e, sem mais rodeios, o que disse Homero “do ardor que alguns heróis inspira o deus”, eis que o Amor dá aos amantes, como um dom emanado de si mesmo (Platão, 2005a, p. 98-99).

Ora, no contexto histórico da Grécia Antiga, os conflitos de Lucien, em relação à sua homossexualidade reprimida, não seria possível, pois *Eros* foi crucial, como narrou Fedro, para a integração dos soldados no campo de batalha. Sendo assim, há outros elementos que propiciaram a gênese dos conflitos na psique de Lucien. Esses elementos devem ser procurados nas transformações históricas e civilizatórias que deram origem ao homem reprimido ou recalcado que sucumbiu ao princípio da realidade. Assim, deve-se, para se compreender esses elementos, fazer um recorte no

conjunto da humanidade para se analisar as transformações da sexualidade advindas do surgimento e consolidação do cristianismo que se alicerçou nos princípios filosóficos do platonismo e do aristotelismo em decorrência da fusão greco-latina com os postulados judaicos e cristãos durante o período medieval. Nesse período sucederam, respectivamente, as correntes filosóficas representadas pela patrística e escolástica.

Nessas configurações históricas, o sexo foi transformado em pecado e, conseqüentemente, em tabu sexual, restringindo-se, assim, a liberdade sexual que imperava, por exemplo, na Roma Antiga. Obviamente que os conflitos que transformaram Calígula em um tirano, que se tornou notório por suas aberrações sexuais, diferem dos conflitos que transformaram Lucien em um adepto do fascismo. Logo, a liberdade sexual não impede o surgimento de tiranias, pois um homem reprimido pode também se transformar em um tirano. Com efeito, a atenção deve-se voltar a união, que pode tornar-se indissolúvel, entre as pulsões sexuais e os instintos cruéis, como assinalou Freud (2020a).

Talvez justamente nas perversões mais abomináveis devamos reconhecer que é maior a participação psíquica na transformação do instinto sexual. Nelas foi realizado um quê de trabalho psíquico a que não se pode negar, não obstante o seu horrível resultado, o valor de uma idealização do instinto. A onipotência do amor talvez não se apresente jamais com tamanha força como em suas aberrações. Na sexualidade, o que é mais alto e o que é mais baixo sempre estão ligados da maneira mais íntima (“Do céu, através do mundo, ao inferno”) (Freud, 2020a, p. 57).

A história demonstra que o livre curso da sexualidade ou aumento da repressão sexual tendem ao mesmo desfecho: à aniquilação ou à subjugação do outro por meio da crueldade, ou atos de extrema violência. Ora, isso evidencia que *Eros* é uma força natural que se potencializa em contextos históricos de uma maior liberdade sexual ou de mais repressão. É com esse peso do amor que o pêndulo da história oscila entre progresso e regressão. A questão premente é encontrar o ponto de equilíbrio entre o princípio do prazer ante o princípio da realidade. A filosofia aristotélica apontou para

esse equilíbrio ao considerar a virtude ética como moderação. Nesta concepção, a razão não nega os prazeres, mas atua para comedi-los. O excesso de controle racional ou o excesso de prazeres são, com efeito, mordazes. Contudo, os excessos são uma constante na história da civilização humana. E o declínio em direção à barbárie se acentua quando as energias libidinais são transformadas em força política. Segundo Adorno (2015c, p. 163), “Um dos princípios básicos da liderança fascista é manter a energia libidinal primária em um nível inconsciente, de modo a desviar suas manifestações de uma forma adequada a fins políticos.”

Consequentemente, um dos dispositivos básicos da propaganda fascista personalizada é o conceito do “pequeno grande homem”, uma pessoa que sugere tanto onipotência quanto a ideia de que é apenas mais um do povo, um norte-americano pleno e viril, não maculado por riqueza material ou espiritual. A ambivalência psicológica auxilia a operar o milagre social. A imagem do líder satisfaz o duplo desejo do seguidor em se submeter à autoridade e ser ele mesmo autoridade. Isso convém a um mundo em que o controle irracional é exercido ainda que tenha perdido sua evidência interna devido ao esclarecimento universal. As pessoas que obedecem aos ditadores também percebem que estes são supérfluos. Elas reconciliam essa contradição ao assumirem que elas mesmas são o opressor brutal (Adorno, 2015c, p. 172).

Assim, o “pequeno estouvado” Lucien tornou-se um “pequeno grande homem” ao fracassar na edificação de seu Eu autônomo. Ao escolher seguir o projeto de seu pai e reprimir a sua sexualidade, Lucien escolheu um papel social que agradava os olhos dos outros, mas que contrariava os seus desejos. Ora, as angústias não são dissipadas nas fugas que caracterizam o sujeito de má-fé. O indivíduo que se torna inautêntico, ou recalcado, se sente acolhido pelos igualmente recalcados. A massa que se forma potencializa a pulsão de morte subordinada aos propósitos de *Eros*. A irracionalidade que reina no inconsciente se materializa, com efeito, em ações políticas irracionais como assinalou Freud em seu livro *Psicologia das massas e análise do eu*, publicado em 1921, uma obra crucial que anteviu, por meio da psicanálise, os acontecimentos que estavam por vir.

Inclinada ela própria a todos os extremos, a massa só é excitada por estímulos desmedidos. Quem quiser agir sobre ela não precisa de nenhuma ponderação lógica de seus argumentos; tem de pintar as imagens mais fortes, exagerar e repetir sempre a mesma coisa (Freud, 2019a, p. 51).

Com base nesses pressupostos freudianos, Adorno (2015c) buscou compreender os mecanismos psicológicos de formação das massas. Nesse expediente, ele evidenciou os processos de adesão de indivíduos frustrados aos movimentos totalitários. Com efeito, a frustração tornou-se um dos elementos centrais da propaganda fascista. Os conflitos internos, as angústias, não são admitidas, em geral, pelos indivíduos, sobretudo os inautênticos, como causa de seus fracassos; assim, na tentativa de se eximirem da autoria e da responsabilidade do ser inautêntico que se tornaram, projetam a culpa de seus fracassos em formas de fantasmas inexistentes. Os outros, que recebem as projeções desses fantasmas, tornam-se inimigos. Logo, “a dicotomia entre *in-group* e *out-group* é de natureza tão profundamente enraizada que afeta até mesmos aqueles grupos cujas ‘ideias’ aparentemente excluem tais reações” (Adorno, 2015c, p. 174).

Dado que seria impossível ao fascismo angariar as massas através de argumentos racionais, sua propaganda tem necessariamente que desviar de um pensamento discursivo; precisa ser orientada psicologicamente e tem que mobilizar processos irracionais, inconscientes e regressivos. A tarefa é facilitada pelo quadro mental de todos aqueles extratos da população que sofrem de frustrações sem sentido e, portanto, desenvolvem uma mentalidade mesquinha e irracional (Adorno, 2015c, p. 184).

Ora, fica evidente, diante desse comportamento sectário dos seres humanos, que *Eros* é a força atuante no processo de agregação dos indivíduos em grupos distintos, mas, simultaneamente, estabelece uma oposição entre eles que, por vezes, é de extrema violência; com efeito, há um processo de desagregação do conjunto maior, formado por todos os indivíduos da espécie humana. Assim, ao discutir esse fenômeno, Freud criou o conceito de “narcisismo das pequenas diferenças”, que se tornou pertinente para explicação desses conflitos.

Sempre é possível ligar um grande número de pessoas pelo amor, desde que restem outras para que se exteriorize a agressividade. Certa vez discuti o fenômeno de justamente comunidades vizinhas, e também próximas em outros aspectos, andarem às turras e zombarem uma da outra, como os espanhóis e os portugueses, os alemães do norte e os do sul, os ingleses e os escoceses etc. Dei a isso o nome de “narcisismo das pequenas diferenças” [...] (Freud, 2011d, p. 80-81).

Contudo, segundo Adorno (2015c, p. 174), a questão: “por que as pessoas amam quem é como elas e odeiam quem é diferente muito raramente é questionada de forma séria o suficiente.” Ante o exposto, é necessário que se lance luz a essa questão. Ao decifrar, pelo menos em parte, alguns enigmas de *Eros*, talvez a humanidade possa ter a sua aurora de desenvolvimento que amenize os efeitos da regressão. Os *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, obra crucial neste primeiro capítulo, foi a chave mestra que abriu a porta do templo de *Eros* para as tentativas, que ainda seguem, de decifrar os seus enigmas. Freud, nessa obra revolucionária para a compreensão da sexualidade humana, descobriu, como já mencionado, a sexualidade ampliada que, segundo Laplanche (2018, p. 156), “É uma sexualidade que se quer não procriadora, ou mesmo não principalmente sexuada, difere do que se nomeia justamente ‘reprodução sexuada’”. Para designar, em francês, essa sexualidade ampliada, Laplanche criou o neologismo “*sexual*” que difere do termo sexual existente na língua portuguesa. Sendo assim, com o intuito de manter o termo no sentido laplanchiano, os tradutores do livro *Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano – 2000-2006*, da língua francesa para a portuguesa, optaram por traduzir “*sexual*” por Sexual (com “S” maiúsculo). “Talvez seja uma esquisitice minha falar do ‘Sexual’, e não do sexual, mas é para destacar bem essa oposição e essa originalidade freudiana do conceito” (Laplanche, 2018, p. 156). Logo, esse esclarecimento é necessário, pois o termo sexual na língua portuguesa refere-se ao sexo, no seu sentido biológico, já o Sexual, grafado com o “S” maiúsculo, refere-se ao *Eros* sublimado e criador de cultura, isto é, à sexualidade ampliada, o “*Eros* do divino Platão” (Freud, 2020a, p. 18). Ora, esse pequeno preâmbulo se justifica pela introdução de uma temática apresentada por Laplanche (2018) em seu artigo *O gênero*,

o sexo e o Sexual. O que merece atenção é a tendência, segundo esse autor, em substituir a expressão “identidade sexual” por “identidade de gênero”.

As distinções conceituais não valem por si mesmas, mas pelas potencialidades conflituosas que encerram; e, se são binárias, elas são muitas vezes a marca da negação, portanto, do recalque. Deslocamentos podem ocultar recalques. Assim é o deslocamento da questão da identidade sexual para a questão da identidade de gênero. Esse deslocamento esconde, talvez, o fato de que a descoberta freudiana fundamental não está do lado do gênero e do sexo ou do sexuado, mas na questão do Sexual ou do sexual (Laplanche, 2018, p. 156).

Ante o exposto, surge a necessidade de se analisar o conceito de gênero que possui sentidos distintos, como o gramatical, o lógico e o sociocultural em oposição ao sexo biológico, porém apontam para a mesma ideia de categorização por agregação dos semelhantes e exclusão ou homogeneização das diferenças. Do ponto de vista lógico, que elucida os demais sentidos, o gênero, segundo Aristóteles (1985), refere-se à substância segunda ou ao predicado. Sendo que a substância primeira se refere ao ente individual ou sujeito singular.

Substância, na acepção mais fundamental, primeira e principal do termo, diz-se daquilo que nunca se predica de um sujeito, nem em um sujeito, por exemplo, este homem ou este cavalo. No entanto podemos falar de substâncias segundas, espécies em que se incluem as substâncias primeiras, e nas quais, se são gêneros, ficam contidas as mesmas espécies. Por exemplo: o homem individual inclui-se na espécie nominada homem, e, por sua vez, incluímos essa espécie no gênero chamado animal. Designamos portanto de segundas estas últimas substâncias, isto é, o homem e o animal, ou seja, a espécie e o gênero (Aristóteles, 1985, p. 48).

Ao se analisar, por exemplo, o silogismo:

Todos os homens são animais. Premissa maior

Ora, Sócrates é homem. Premissa menor

Logo, Sócrates é animal. Conclusão

Tem-se a seguinte classificação dos termos: Sócrates é o sujeito e substância primeira; o homem é sujeito na premissa maior e predicado na premissa menor; o animal é predicado na premissa maior e na conclusão. O homem é a espécie e o animal é o gênero e, ambos, são substâncias segundas. A substância primeira, por ser um ente individual, já mais poderá ser predicado, isto é, Sócrates não pode ser predicado de outro sujeito. Observe que a diferença está no sujeito. Sócrates é diferente de Freud, enquanto sujeitos, mas são iguais enquanto homens, isto é, enquanto indivíduos da mesma espécie. Porém, o homem é diferente de um cavalo, mas são iguais enquanto animais, pertencentes ao mesmo gênero. Sócrates é o termo menor (t), homem é o médio (M) e animal é o maior (T). Desse modo, tem-se o indivíduo (singular), a espécie (particular) e o gênero (universal). À medida que se amplia a extensão do termo, diminui-se a diferença, conseqüentemente, o termo mais universal, a essência, é pleno em igualdade, porém carece de diferença, uma condição, segundo Aristóteles, accidental dos seres singulares e particulares.

Desses pressupostos, estabeleceu-se os princípios lógicos e ontológicos de identidade, de não-contradição e do terceiro excluído que consagraram a lógica aristotélica. Com base nesses princípios, ao se considerar que $a \text{ é } c$ e $b \text{ é } a$, não se pode inferir que b não seja c , caso seja admitida esta conclusão, haverá uma contradição inadmissível perante o cânone lógico aristotélico, pois, admitindo-se as premissas: $a \text{ é } c$ e $b \text{ é } a$, necessariamente, $b \text{ é } c$. A identidade, com base nesses pressupostos, é formada a partir daquilo que os seres têm em comum, excluindo-se o que eles possuem de diferença, princípio do terceiro excluído, isto é, ou $b \text{ é } c$ ou $b \text{ não é } c$, não havendo, portanto, uma terceira opção, ou é ou não é, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a contradição. Pertence ou não pertence. Contido ou não contido. *In-group or out-group*. “Ser ou não ser – eis a questão” (Shakespeare, 2003, p. 63). Esse sistema dicotômico permanece presente, há mais de 2300 anos, em muitos sistemas filosóficos, científicos e no senso comum e, no caso em tela, nas concepções de identidade sexual e de

identidade de gênero. Embora se tenha, desde Hegel, um contraponto ao princípio de não-contradição da lógica aristotélica.

Ora, o princípio de contradição da dialética hegeliana (tese, antítese e síntese) tornou-se um princípio lógico crucial para o desenvolvimento da filosofia contemporânea, como a filosofia marxista que inverteu a perspectiva de Hegel. Marx (2009, p. 258) compreendeu que “O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso.” Freud fundamentou-se nos princípios dessa dialética para o desenvolvimento de sua teoria. Pulsão eros (tese), pulsão de morte (antítese) e civilização (síntese).

A dialética é a consciência consequente da não-identidade. Ela não assume antecipadamente um ponto de vista. O pensamento é impelido até ela a partir de sua própria inevitável insuficiência, de sua culpa pelo que pensa. Se objetarmos à dialética, tal como se fez repetidamente desde os críticos aristotélicos de Hegel, que ela reduz indiscriminadamente tudo o que cai em seu moinho à forma meramente lógica da contradição, deixando de lado — assim ainda argumentava Croce — a plena multiplicidade do não-contraditório, do simplesmente diverso, então deslocamos a culpa da coisa para o método. O que é diferenciado aparece como divergente, dissonante, negativo, até o momento em que a consciência, segundo a sua própria formação, se vê impelida a impor unidade: até o momento em que ela passa a avaliar o que não lhe é idêntico a partir de sua pretensão de totalidade. Isso é o que a dialética apresenta à consciência como contraditório. Em função da essência imanente da consciência, a própria contraditoriedade tem o caráter de lei inevitável e fatal. A identidade e a contradição do pensamento são fundidas uma à outra. A totalidade da contradição não é outra coisa senão a não-verdade da identificação total, tal como ela se manifesta nessa identificação. Contradição é não-identidade sob o encanto da lei que também afeta o não-idêntico (Adorno, 2009, p. 13).

Ora, a não-identidade é o modo de existência do sujeito em sua concretude, em sua singularidade. A identidade só pode existir enquanto ilusão, uma fantasia criada pelos princípios lógicos e ontológicos da lógica tradicional. “Quem se submete à disciplina dialética, tem de pagar sem qualquer questionamento um amargo sacrifício em termos da multiplicidade qualitativa da experiência” (Adorno, 2009, p. 13-14). Assim, ao se olhar para a sexualidade pelo prisma dialético, vê-se a diferença e não a

identidade. Porém, sobressai, do mesmo objeto, a sexualidade, pelo prisma lógico tradicional, a identidade. Ora, a lógica infantil apresenta esta mesma perspectiva, sendo plausível essa forma da criança de observar o outro e o mundo. Segundo Freud (2020a, p. 103), “dos três aos cinco anos de idade, também começa a aparecer aquela atividade que se atribui ao instinto de saber ou de pesquisa.” Ele ainda acrescentou que “A pesquisa sexual desses primeiros anos infantis é sempre feita de modo solitário; ela representa um primeiro passo para a orientação independente no mundo [...]” (Freud, 2020a, p. 106-107). Assim, como as crianças não possuem parâmetros suficientes para suas pesquisas, pois geralmente os órgãos genitais são cobertos pelas vestimentas, elas tendem a considerar uma identidade entre os sexos. Veja o caso de Lucien; ele presumiu, em sua infância, que se sua mãe colocasse as calças de seu pai, nasceria nela, de repente, um bigode preto. “A suposição de que há o mesmo genital (masculino) em todas as pessoas é a primeira das teorias sexuais infantis singulares e prenhes de consequências” (Freud, 2020a, p. 104). Nesse ponto de vista, por meio do terceiro excluído e seus princípios complementares de identidade e não-contradição, a diferença é vista como falta, ausência, como algo que foi cortado. Nessa lógica tradicional, que carrega em si as pesquisas infantis, os seres humanos foram hierarquizados, por conseguinte, as mulheres foram compreendidas, nas hipóteses infantis, como sujeitos castrados e os homens como sujeitos que poderão, ou não, serem castrados no futuro, próximo ou distante, mas, por ainda possuírem os seus falos, atribuíram a si a prerrogativa de serem os chefes e atuarem para construir e manter um sistema patriarcal.

O caráter incontornável da lógica do terceiro excluído na formação de nossa civilização ocidental anda necessariamente de mãos dadas com o reinado do complexo de castração no nível do indivíduo ou do pequeno grupo, ou seja, como ideologia? Afinal, nas análises, são muitas vezes em formas atenuadas que se encontram as lembranças ligadas ao complexo de castração. Atenuadas quer dizer que elas mesmas são comprometidas por aquilo que querem recalcar (Laplanche, 2018, 171-172).

Evidencia-se, com base no exposto, que um sistema lógico não é algo isento às intempéries de cada época histórica. Quem afirma ser neutro ou imparcial por fundamentar seus pressupostos na lógica, esquece que ela é mesclada às contingências históricas e sociais; portanto, ela pode ser um método de manutenção do *status quo*! Deve-se então ter a compreensão que a ciência lógica precisa ser aperfeiçoada continuamente para que ela, enquanto método, consiga adentrar nas profundezas do real e fazer mais do que apenas arranhar a sua superfície. Daí o reconhecimento, por parte de alguns filósofos contemporâneos, das falácias da lógica tradicional que, ao fundamentar-se em uma perspectiva do senso comum, sustentou a crença na concepção de identidade que atomizou os indivíduos em grupos antagônicos. Nesse filtro lógico do terceiro excluído, o sexo foi dessexualizado para ser integrado e a diferença foi transformada em tabu.

Se Freud, em sua tentativa de descrever o especificamente sexual, salientou o momento da indecência – e isso quer dizer: do socialmente repulsivo –, então este momento, por um lado, desapareceu, mas, por outro, foi rejeitado com horror. Isto revela nada menos do que uma dessexualização do próprio sexo. O prazer capturado ou permitido com sorriso complacente não é mais prazer algum; psicanalistas não teriam dificuldade em demonstrar que em todo empreendimento sexual padronizado e controlado por monopólios, com as roupas padronizadas das estrelas de cinema, os prazeres preliminar e substitutivo sobrepujaram o prazer propriamente dito. A neutralização do sexo, descrita no desaparecimento da grande paixão, descolore-o até onde pensa se satisfazer de forma desinibida (Adorno, 2015a, p. 201-202).

Nesse ínterim, o conceito de gênero, usualmente utilizado como sexo sociocultural em oposição ao sexo biológico, sobretudo na sociologia e nos movimentos políticos identitários, emerge desse processo de neutralização do sexo.

Aqui estamos nós, diante de uma grande dificuldade: definir um Sexual ampliado, que só parece se sustentar em relação ao sexuado, à sexualidade dita clássica. Será que introduzir um terceiro termo nos salvará ou, ao contrário, aumentará a confusão, o recalque?

O terceiro termo é o *gênero*, introduzido inicialmente em língua inglesa, mas que, obviamente, tendeu a ser traduzido, transposto, para as diferentes

línguas, o francês especialmente. Pensa-se que a noção de gênero, com tamanho sucesso atualmente entre os sociólogos, as feministas, os sociólogos feministas, foi introduzida por eles. Na verdade, sabe-se bem hoje, ela foi introduzida pelo sexólogo J. Money, em 1955, e retomada, com o sucesso que sabemos, por R. Stoller, que, em 1968, forja o termo “identidade nuclear de gênero” ou “núcleo da identidade de gênero” (*core gender identity*). Ele integra, assim, o termo gênero na reflexão propriamente psicanalítica (Laplanche, 2018, p. 158).

Porém, segundo Laplanche (2018, p. 159), “Os termos e os conceitos são armas, armas de guerra, o gênero contra o sexo, e o gênero e o sexo aliados, poder-se-ia dizer, contra o Sexual.” Nessa guerra, busca-se estabelecer a cultura, isto é, o gênero como primado. Mas a cultura e, conseqüentemente, o gênero são secundários em relação ao concreto. Laplanche (2018, p. 161) salientou, portanto, que “Seria necessário, contudo, voltar à boa e velha sequência sexo/gênero na seguinte ordem: *sexo antes de gênero, natureza antes da cultura*, mesmo que se concorde em ‘desnaturar’ a natureza.”

Ora, a sexualidade é intrínseca ao sujeito, ou conforme a terminologia aristotélica, ela é inerente à substância primeira. O predicado, ou substância segunda, não é sexual. Com efeito, o gênero, por ser um predicado, não contém a natureza sexual, que só pode existir no sujeito. Portanto, a identidade de gênero se insere no processo de dessexualização do sexo. Segundo Laplanche (2018, p. 160),

Há um primeiro movimento de subversão da noção de sexo, chegando a anulá-lo numa pura retroação pelo gênero; e depois, um momento em que se percebe a necessidade, apesar de tudo, de conceber algo na base, ainda que seja justamente para poder subvertê-lo e anulá-lo [...].

Convém então sair desse plano inteligível e retornar ao sujeito concreto, como ensina a dialética contemporânea. No sujeito concreto não existe identidade sexual ou identidade de gênero. O que há no sujeito concreto é diferença sexual. A identidade sexual e a identidade de gênero são ilusões fundamentadas nos princípios da lógica tradicional. Quanto à “ideologia de gênero”, ela é uma falácia defensiva.

O medo da “ideologia de gênero”, uma falácia defensiva ou slogan falacioso, propagada pelos religiosos fundamentalistas e conservadores é, na verdade, uma aversão ao que eles se tornaram, isto é, o medo não é em relação a algo externo, ou ao que pode ou não ser ensinado nas escolas, mas ao retorno do reprimido, desejos perenizados no inconsciente desses indivíduos que, ao se tornarem temporariamente conscientes, encham de pavor a mente desses dissimuladores de desejos (Nascimento, 2019, p. 72-73).

Ora, o sujeito em sua concretude não possui gênero gramatical, lógico ou sociocultural. O sujeito concreto é uma síntese psicofísica em busca da compreensão de si. Os predicados que vão se aderindo ao sujeito não fazem parte de sua essência. E se Aristóteles compreendeu as diferenças como algo accidental, nesta tese sustenta-se o contrário, pois as diferenças são essenciais. Assim, com base nesta premissa, o gênero só pode existir como designação.

A meu ver, o termo capital para definir o gênero — aliás, não sou o único a dizê-lo — é *designação*. Designação sublinha o primado do outro no processo. Seja no registro civil no cartório primeiramente, na igreja ou em qualquer outro lugar oficial, registro com designação do primeiro nome, do parentesco, designação da religião, também, muitas vezes. Mas o ponto importante sobre o qual eu gostaria de insistir é que não se trata de um processo pontual, limitado a um único ato. Neste aspecto, distancio-me nitidamente de tudo o que pode ter sido dito, por exemplo, da “determinação do nome”. Um campo já aberto por Stekel. Um campo que só podia encontrar um desenvolvimento, parcialmente indevido, com a inflação lacaniana da noção de significante. O fato de que a designação do primeiro nome possa veicular mensagens inconscientes é uma coisa. Mas o “significante” não é determinante por si só. A designação é um conjunto complexo de atos que se prolongam na linguagem e nos comportamentos significativos no entorno (Laplanche, 2018, p. 166).

Deve-se, então, compreender o sujeito a partir do sujeito e não a partir de seus predicados. A advertência “Conhece-te a ti mesmo”, inscrita na porta de entrada do templo de Delfos, dedicado ao deus Apolo, explicita essa necessidade. Quando Descartes (1999, p. 262) questionou “Mas o que sou eu, então?”, ele não estava à procura de predicados. A pergunta de Descartes foi extremamente relevante, mas a sua resposta desvalorizou o sujeito em sua dimensão corpórea. Quando a psicanálise faz essa mesma pergunta, ela busca compreender o Sexual em sua base tangível ou

corpórea e, sobretudo, as suas manifestações no inconsciente. A infância, como demonstrou Freud e Sartre, deve ser, e exige que seja, o ponto de partida de qualquer investigação acerca da condição humana. O existencialismo e a psicanálise convergem para o mesmo propósito e buscam, no sujeito concreto, a compreensão dos indivíduos que se fazem a partir de seus conflitos internos, suas angústias, seus sofrimentos. Segundo Horkheimer (2003, p. 113), “Todo ser humano experimenta o aspecto opressor da civilização desde o nascimento”. A criança é o ser que mais sofre ante esse mundo sublimado da cultura, das designações, dos preconceitos e dos papéis sociais que lhe são atribuídos por essa sociedade repressiva. Com efeito, emergem, nos indivíduos reprimidos, mecanismos de defesa que buscam ocultar as diferenças transformando-as em algo proibitivo, isto é, em tabus.

[...] é a infância que modela preconceitos insuperáveis, é ela que faz sentir, nas violências da domesticação e nos desnorteamentos do domesticado, a pertinência ao meio como *um acontecimento singular*. Só a psicanálise permite, hoje, estudar a fundo o processo pelo qual uma criança, no escuro, tateante, vai tentar desempenhar, sem compreendê-lo, o personagem social que os adultos lhe impõem, só ela nos mostrará se a criança sufoca em seu papel, se procura fugir dele ou se o assimila inteiramente. Apenas ela permite encontrar o homem inteiro no adulto, isto é, não somente suas determinações presentes com também o peso de sua história. Estaria muito enganado quem imaginasse que esta disciplina se opõe ao materialismo dialético (Sartre, 1987b, p. 138).

Nesta investigação psicanalítica, em que se revela a história do sujeito concreto, há a exigência da *alétheia* das diferenças, isto é, as diferenças existentes nos corpos humanos, ocultas pelos tabus sexuais, precisam emergir desse oceano predicativo de estandardização. Ora, a diferença do corpo feminino em relação ao masculino não deriva de um corte, ou castração, conforme as hipóteses infantis que foram petrificadas na forma de preconceitos que subjagam as mulheres. Nesse processo de subjugação, busca-se, por exemplo, reduzir a sexualidade feminina à meta única de reprodução. As palavras, e os atos, de Lou Andreas-Salomé (2005) apresentam uma resistência, uma oposição, a essa lógica masculina e patriarcal, e aí se inclui a concepção de Freud

que desvalorizou o corpo feminino ao considerar a existência de um complexo de castração no homem e uma inveja do pênis por parte da mulher.

A maternidade não é uma forma de ser na qual se revela até que ponto é precisamente a fisiologia da mulher que contém os germes de seu desenvolvimento o mais soberano possível, para além do simples erotismo, numa humanidade mais geral. Um segundo tipo de feminilidade, em que é celebrado igualmente o símbolo supremo do amor, num caráter que aparentemente ultrapassa o erotismo, se fixou na imagem da virgem. Embora seja certo que a posse da virgem pelo deus, nos tempos mais antigos, pôde depois ser integrada às intrigas do clero, é contudo indubitável que ela nasceu da necessidade de submeter a sexualidade àquilo que a religião aprova e santifica, e mesmo quando ela se combinam ritos orgâsmicos, de elevá-la, como algo sagrado, acima das necessidades dos indivíduos. Com efeito, essa concepção primitiva de Virgem parece aproximar-se da que fazemos atualmente da prostituta: o dom de si sem possibilidade de escolha, nem mesmo de prazer, ou, dito de outro modo, o dom de si com objetivos profundamente estranhos ao erotismo (Andreas-Salomé, 2005, p. 96).

Ora, a dessexualização do sexo impera com mais força nas mulheres em função de um sistema patriarcal, misógino, ancorado em preceitos religiosos, que transformou o homem em um autor de uma concepção de feminilidade imposta às mulheres, isto é, elas são predicadas a partir de um parâmetro masculino. “O caráter feminino e o ideal da feminilidade, segundo o qual ele está modelado, são produtos da sociedade masculina” (Adorno, 2022, p. 96). A série documental *Fundamentos do Prazer* (2022), da Netflix, uma produção realizada por mulheres, na primeira temporada, episódio 1, *Nossos Corpos*, traz reflexões pertinentes para a compreensão dos corpos femininos a partir do sujeito feminino. Esse episódio destaca que a urologista australiana Helen O’Connell foi a primeira pessoa a realizar o mapeamento completo do clitóris, cujo estudo foi publicado em 2005.

A anatomia completa do clitóris (o nome deriva da palavra grega *kleitoris*, que significa “pequeno monte”) só foi descrita pela primeira vez em 2005 pela urologista australiana Helen O’Connell, que também analisou sua relação com estruturas adjacentes como a uretra, a vagina e glândulas vestibulares (responsáveis pela lubrificação). [...] Seu estudo mostra que o que é visível é apenas uma parte minúscula do clitóris: cerca de 90% da estrutura deste órgão feminino está dentro do corpo (Plitt, 2021).

Ora, antes da anatomia de todo esse órgão, em que a pesquisadora O'Connell o analisou com o auxílio da ressonância magnética, houve uma série de revoluções científicas e tecnológicas como o mapeamento do genoma humano. Mas somente em 2005, século XXI, 100 anos depois da publicação, em 1905, dos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, é que houve a publicação de um estudo completo desse órgão feminino que tem apenas uma função: proporcionar prazer. Diferente do pênis que possui duas funções distintas: uma relacionada a reprodução sexual e outra ao sistema urinário. Logo, o clitóris não é apenas uma parte do corpo feminino que por séculos foi negligenciado pelos anatomistas enquanto produziam um vasto conhecimento sobre o órgão urinário e reprodutor masculino.

A compreensão da sexualidade perpassa, em primeira instância, pela compreensão do corpo. E aqui se tem uma questão política fundamental. Privar as mulheres do conhecimento do seu próprio corpo significa mantê-las tuteladas a um sistema patriarcal. Na obra pacifista *Lisístrata: a greve do sexo*, do dramaturgo Aristófanes (2005), as mulheres gregas compreenderam a força de seus corpos e, ao fazerem uma greve de sexo, tomaram o poder político e colocaram fim a uma guerra, entre espartanos e atenienses, que ceifava a vida de muitos gregos. A heroína da peça, Lisístrata, apresentou então o seu plano: “Reuniremos *todas* as mulheres da Grécia, incluindo as beócias e as peloponesas. E acabaremos de vez com as lutas fratricidas [...]” (Aristófanes, 2005, p. 12). Em seu plano, o corpo, a sedução, foi transformada em arma e, assim, as mulheres, seduzindo seus maridos, mas os privando de relações sexuais, os forçaram a celebrar um tratado de paz e, desse modo, as helenas salvaram os seus maridos e a Grécia.

Quanto mais uma mulher está enraizada no amor, mais ela consegue se realizar pessoalmente, e mais a eliminação passiva, na sexualidade, do puro e simples prazer, se transforma num ato, numa realização e ação vivas (Andreas-Salomé, 2005, p. 97).

O corpo, enquanto instância sexual e fonte da sexualidade ampliada ou Sexual, é um cenário que, aos poucos, é descortinado. O que se vê é o espetáculo da vida em seu esplendor, isto é, as manifestações da força criadora de *Eros*. Guerra e paz. Nessa era da ciência instrumental, um microscópio amplia esse espetáculo de expansão e diferenciação da vida. Por meio das lentes desse instrumento se pode ver as células-tronco embrionárias que se diferenciam, a partir de determinações genéticas, para dar origem, por exemplo, aos diferentes órgãos do corpo humano. É daí que surge a diferença biológica entre os sexos. Esse processo de diferenciação, que resulta na multiplicidade da vida, não pode ser reduzido por um processo monista de construção de identidades.

[...] o conceito de *mulher* recobre, decomposto em traços particulares, as qualidades mais inconciliáveis, sem que seja necessário procurá-las muito longe: a mulher é sempre a contradição encarnada, na medida em que, de acordo com sua vocação criadora, transporta em si a própria vida, que nela vai operando (Andreas-Salomé, 2005, p. 101).

É nessa “contradição encarnada”, seja na mulher ou no homem, que se deve então analisar o sujeito concreto. Compreendê-lo em sua singularidade. Se a análise cartesiana revelou as ideias simples, inatas, indubitáveis e universais; a análise dialética fez o caminho inverso para descortinar as diferenças. Mas é necessário que se faça aqui uma demarcação no território dialético, pois Marx, por meio do materialismo histórico-dialético, definido por ele como um método analítico, compreendeu que “O trabalho é uma categoria inteiramente simples” (Marx, 2009, p. 262). Isto é, ao realizar a análise de um composto social, complexo, Marx acreditou que o trabalho era o princípio universal que determinava a infraestrutura e superestrutura dos diferentes modos de produção. O trabalho, na concepção marxista, é a força vital que transforma a natureza e o próprio ser do homem.

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de

sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (Marx, 1996, p. 172).

Porém, antes do trabalho manifestar-se enquanto força vital do corpo, há as pulsões antagônicas no interior desse corpo. Logo, *Eros* é o princípio motor da história e não as contradições das ideias, como propôs Hegel, ou as contradições sociais, como compreendeu Marx, que a movem em primeira instância. Ora, antes dos antagonismos do espírito e das relações entre os homens se manifestarem, há os antagonismos das pulsões.

Se alguém pudesse mostrar detalhadamente como esses diversos fatores, a compleição instintual humana, suas variações raciais e suas transformações culturais se comportam sob as condições da ordenação social, das atividades profissionais e dos meios de subsistência, como inibem e promovem uns aos outros; se alguém fosse capaz de fazê-lo, completaria o marxismo de modo a torná-lo uma verdadeira ciência da sociedade (Freud, 2011b, p. 350-351).

Com base neste pressuposto freudiano, a Teoria Crítica da Sociedade buscou realizar uma aproximação, que se revelou tensa, entre o marxismo e a teoria freudiana. E acrescentou-se aqui, nesta tese, uma terceira concepção teórica, o existencialismo sartriano. Marx, Freud e Sartre compõem uma tríade fundamental para a compreensão do sujeito concreto. Uma única corrente teórica é incapaz de revelar a complexidade da singularidade humana. Foi-se o tempo dos tratados filosóficos acerca da natureza humana em que se podia, a partir de uma ideia universal de homem, deduzir o homem individual. Desse modo, é mais coerente opor-se a essa expressão natureza humana como fez Sartre (1987a, p. 6) ao considerar que “não existe natureza humana, já que não existe um Deus para concebê-la.” Para o existencialismo sartriano, “O homem é tão-somente, não apenas como ele se concebe, mas também como ele se quer; como ele se concebe após a existência, como ele se quer após esse impulso para a existência” (Sartre, 1987a, p. 6). Com efeito, a expressão realidade humana ou condição humana, como propôs o existencialismo, é mais adequada ante o princípio de contradição, da não-identidade, que se evidenciou neste capítulo. Consequentemente, deve-se

considerar que, em qualquer organismo vivo, encontra-se o impulso para a diferenciação, para a multiplicidade, incongruente com a concepção de identificação total. “Uma sociedade emancipada não seria, todavia, um estado uniforme, mas a realização do geral na conciliação das diferenças” (Adorno, 2022, p. 105).

Com esse objetivo, de “conciliação das diferenças”, buscou-se aqui, neste primeiro capítulo, contribuir para superar a negligência, recorrente, acerca da compreensão das diferenças e da sexualidade humana, tão comum em correntes filosóficas e científicas como o positivismo, o marxismo e o culturalismo em suas análises acerca dos processos formativos dos seres humanos. Dessas diferentes concepções, há os pressupostos que a cultura faz o homem ou as tendências materialistas que reduzem os indivíduos humanos aos determinantes socioeconômicos ou a uma soma de fatores advindos da exterioridade humana. Ora, não se pode supor que um indivíduo da espécie humana seja um elemento amorfo moldado por determinações supraindividuais, sejam elas culturais, sociais ou econômicas, ou que um indivíduo humano já nasça adulto, proletário ou burguês, como pressupõem algumas tendências do marxismo.

Os marxistas de hoje só se preocupam com os adultos: acreditar-se-ia, ao lê-los, que nascemos na idade adulta em que ganhamos nosso primeiro salário; eles esqueceram sua própria infância e tudo se passa, ao lê-los, como se os homens experimentassem sua alienação e sua reificação, de início, no seu próprio trabalho, quando cada um vive de início, como criança, no trabalho de seus pais. Obstina-se contra interpretação muito exclusivamente sexuais, disso se aproveitam para condenar um método de interpretação que pretende simplesmente substituir em cada um a natureza pela História; eles não compreenderam ainda que a sexualidade é apenas uma maneira de viver, num certo nível e na perspectiva de certa aventura individual, a totalidade de nossa condição (Sartre, 1987b, p. 138).

Impõe-se, assim, a exigência de se compreender essa totalidade como a resultante de um conjunto de forças supraindividuais e intrapsíquicas que atuam, de forma ativa, nos processos formativos, e seu reverso, de cada pessoa humana. Com

efeito, atento a essa exigência, o próximo capítulo analisará o conceito de tabu à luz do pensamento freudiano, pois como ponderou Adorno (2015a p. 206-207), “A forma do tabu em meio à liberdade formal deveria ser estudada; deveríamos estudar o modelo de tal naturalidade mas igualmente à padronização do sexo plastificado.” Assim, diante dessa necessidade de estudar os tabus, que se inicia na próxima página, o capítulo 3 continuará com este estudo na perspectiva de Adorno.

CAPÍTULO 2

O CONCEITO DE TABU NA TEORIA FREUDIANA

Deve-se, em princípio, antes de analisar o conceito de tabu, considerar a concepção do primado da natureza sobre a cultura e, nesta perspectiva, os seres humanos, ao produzirem cultura, transformaram os seus próprios corpos em objeto cultural. Mas o esquecimento fez os humanos inverterem a ordem da criação e, como consequência, já apresentada no Capítulo 1, Platão estabeleceu uma ordem ilusória acerca da hierarquia das criações e, em sua arquitetura filosófica, transformou o plano imaterial ou espiritual em primado. Porém, ao se ajustar esse prisma platônico, evidenciou-se *Eros*, uma força natural, como criador de cultura por meio de um processo de sublimação. Por este ângulo de observação, constata-se que *Eros* não busca a perfeição, e o seu contrário, mas cria a perfeição e, seu oposto, a imperfeição. *Eros* transforma a assimetria da natureza em simetria artística como as esculturas gregas do período clássico. Um corpo quente, natural e assimétrico, em sua manifestação real, se projeta, por meio da perspectiva do escultor, no mármore frio. Assim, mediado pelo trabalho, um corpo simétrico e artificial, de perfeição ilusória, manifesta-se enquanto produção humana. Mas a primeira criação de *Eros* foi o corpo quente, assimétrico, transformado, posteriormente, como resultante da sexualidade ampliada, em objeto cultural e artístico. Desse modo, sendo o homem artífice de sua própria condição, ele transforma a si próprio em objeto artístico e cultural, uma fusão entre vida e arte. Como consequência, o homem nu ganha contornos artísticos, adornos culturais que são transformados em signos distintivos e identitários e, desse modo, o mundo humano é

forjado. O ser humano, enquanto um ser que produz cultura, foi antes de tudo um artista.

Com efeito, observa-se, na história humana, uma profunda relação entre *Eros* e Arte, a ponto de uma de suas manifestações, a poesia, ser considerada o princípio fundante de várias civilizações, como as obras poéticas de Homero e Hesíodo, que se tornaram alicerces da civilização grega. Ora, neste fluir histórico, um dos aspectos relevantes da arte, sobretudo do período clássico, foi a sua tendência em buscar a simetria e, conseqüentemente, de higienizar os corpos daquilo que era considerado imperfeito. Essa tendência levou os gregos da antiguidade à concepção de beleza como algo simétrico, isto é, como *kósmos* no sentido pitagórico de ordem e harmonia. Por certo que não se encontram linhas retas na natureza e, se são encontradas, são, por óbvio, artificiais, isto é, criadas pela ação humana. É neste sentido que se instaura uma ordem artificial, isto é, a cultura que, em seu desenvolvimento, passou a conflitar com a ordem natural. Nesse conflito entre natureza e cultura, em que se forja a humanidade (filogênese), a formação de um indivíduo da espécie humana (ontogênese), enquanto humano ou ser de cultura, pressupõe, dialeticamente, a gênese de um inteiramente novo que emerge desse território de tensões.

Ora, o indivíduo, em sua singularidade, ao se tornar um ser de cultura, nesse território de tensões, pereniza em si o conflito originário de sua existência. Desse modo, *Eros*, a força natural originária, ao criar a cultura, criou também uma fenda irreparável nesse indivíduo, conceituado nesta tese como uma síntese psicofísica. Platão viu nessa fenda a possibilidade de melhorar a natureza, o plano material, por meio da perfeição sublimada, concebida por ele como o plano inteligível. O sofrimento, a angústia, o não-ser, o mal, a doença teriam então uma cura. Sócrates, que se autoproclamava um médico de almas, um parteiro que auxiliava os jovens a parirem ideias, apresentou o remédio. Negar a natureza, negar as pulsões, transformar a paixão em serva da razão. Mas o remédio, o antídoto socrático, era na verdade o veneno e, nas palavras de

Nietzsche, Sócrates foi definido como a doença, a pedra que desviou a filosofia de seu desenvolvimento.

Com os gregos tudo avança rapidamente, mas também declina rapidamente; o movimento da máquina é tão intensificado, que uma pedra jogada nas engrenagens a faz explodir. Uma tal pedra foi Sócrates, por exemplo; numa só noite a evolução da ciência filosófica, até então maravilhosamente regular, mas sem dúvida acelerada demais, foi destruída (Nietzsche, 2001a, p. 179).

Nietzsche diagnosticou os efeitos dessa pedra e buscou reorientar os caminhos da filosofia e, ao recusar o solo socrático, a filosofia nietzschiana contribuiu, de forma imprescindível, para refazer as engrenagens da ciência filosófica e, nos movimentos refeitos dessa máquina, abriu-se caminho para o desenvolvimento da teoria freudiana. Assim, Freud, atento ao diagnóstico nietzschiano, olhou por aquela fenda aberta por *Eros* e descobriu, nas profundezas da alma humana, a gênese das angústias e, nessa interioridade, cenário primordial dos conflitos humanos, a psicanálise iniciou a sua investigação para descortinar o que, até então, havia sido ignorado pela ciência.

A descoberta – realmente incômoda – de que também parcela do Eu e do Super-eu são inconsciente no sentido dinâmico, tem aqui um efeito facilitador, permiti-nos afastar uma complicação. Vemos que não é lícito chamarmos o âmbito psíquico alheio ao Eu de sistema Ics, pois o estado de inconsciência não é característica exclusiva dele. Muito bem, não mais usaremos “inconsciente” no sentido sistemático, e daremos ao que até aqui foi designado assim um nome melhor, que não mais se preste a equívocos. Acompanhando o uso de Nietzsche, e seguindo sugestão de Georg Groddeck, passaremos a chamá-lo de Id [Es]. Esse pronome impessoal parece particularmente adequado para exprimir a principal característica dessa província mental, o fato de ser alheia ao Eu. Super-eu, Eu e Id são os três reinos, âmbitos, províncias em que decompomos o aparelho psíquico da pessoa [...] (Freud, 2011c, p. 212-213).

Ora, como consequência da sublimação de *Eros*, a província mental humana foi compreendida, do ponto de vista freudiano, como uma fronteira territorial entre o Eu em relação ao que lhe é alheio, isto é, ao Id (Isso) que carrega em si a herança biológica da espécie humana, o âmbito que relembra, a todo instante, ao humano que ele é um

animal, embora busque, incessantemente, negar essa condição. O que lhe é alheio, na verdade, é o seu corpo ou o *ser próprio* como lembra Nietzsche. Ora, como parte integrante da natureza, o ser humano acredita que se divorciou dela ao tornar-se um ser de cultura. Mas a natureza está no homem, dentro e fora de si, como a cultura transfigurada em Eu (ego) e Super-Eu (superego). E aqui se compreende a cultura não apenas como fenômenos externos que se internalizam, mas também como conteúdos intrapsíquicos que se exteriorizam ou se reprimem. E no meio desses dois reinos, que compõem o aparelho psíquico humano, encontra-se o Eu, o reino da angústia.

Desse modo, impelido pelo Id, constrangido pelo Super-Eu, rechaçado pela realidade, o Eu luta para levar a cabo sua tarefa econômica de estabelecer harmonia entre as forças e influências que atuam nele e sobre ele, e compreendemos por que tantas vezes não podemos suprimir a exclamação: “A vida não é fácil!”. Se o Eu é obrigado a admitir a sua fraqueza, ele irrompe em angústia: angústia realista ante o mundo externo, angústia de consciência ante o Super-eu, angústia neurótica ante a força das paixões do Id (Freud, 2011c, p. 221).

É nesse cenário de conflitos psíquicos que entra em cena o ator humano, o indivíduo, um ser de angústia, que viu, no domínio do fogo e no cozimento dos alimentos, a possibilidade de dominar as forças de *Eros*. Nesse processo, em que o humano se torna obra de si mesmo, a cultura se edifica como negação da ordem natural ao estabelecer leis proibitivas que estruturam a civilização. Em sua obra *Totem e tabu* (1913), Freud (2017) argumentou que a fronteira entre o homem selvagem e o homem civilizado, isto é, entre barbárie e civilização, originou-se de um parricídio que talvez tenha de fato ocorrido ou possivelmente fora engendrado pela realidade psíquica. E como adverte Freud (2017, p. 231), “a realidade psíquica, cuja formação não deixa dúvidas, inicialmente coincidia com a realidade factual; que os primitivos realmente fizeram o que [...] tinham a intenção de fazer.”

Para resumir, um “pai da horda”, todo-poderoso, dispondo do direito de vida e morte sobre todos e do direito sexual sobre todas as mulheres, é, certo dia, assassinado pelos filhos coligados, que decretaram então – para não caírem

novamente no mesmo mundo sem lei – o interdito do assassinato do pai e de relações sexuais com as mães e irmãs. Freud designou, certa vez, essa construção como nosso “mito científico”, uma união de palavras com as quais ele redobra a dificuldade, dando-nos a escolha entre uma versão “dura”, “científica”, e uma versão “soft”, “mitológica”, desse esquema das origens. Parece-me necessário lembrar, contudo, que Freud se aterá certamente, até o fim (*Moisés e o monoteísmo*), à versão “dura”, factual, histórica e à transmissão filogenética dessa situação originária. Ele enfrenta, assim, dificuldades – das quais não se esquiva – em relação à afirmação da filogênese, à qual nunca renunciará. Em sua obra, as referências filogenéticas são múltiplas e quase ininterruptas, desde a carta de 21 de setembro de 1897, em que reafirma o fator “hereditário”, até *Moisés e o monoteísmo*, em que admite sem dificuldade que a cena do assassinato do pai pode ter-se reproduzido milhares de vezes, até, finalmente, registrar-se na memória da espécie (Laplanche, 2018, p. 268).

Sendo assim, considerar-se-á aqui, como o fundador da psicanálise considerou, que de fato o crime ocorreu e, esse ato, o assassinato do pai primordial, que fora devorado pelos seus assassinos, instaurou, segundo Freud, a proibição do incesto e a proibição de matar o totem, isto é, o substituto do pai primordial.

Unidos, eles ousaram e realizaram o que teria sido impossível ao indivíduo. (Talvez um progresso cultural, como utilização de uma nova arma, tenha lhes dado a sensação de superioridade.) O fato de também devorarem o assassinado é algo óbvio para selvagens canibais. O violento pai primordial era certamente o modelo invejado e temido de cada membro do grupo de irmãos. Agora, no ato de devorá-lo, eles realizam a identificação com ele; cada um se apropria de uma parte da sua força. A refeição totêmica, talvez a primeira festa da humanidade, seria a repetição e a comemoração desse ato memorável e criminoso com o qual tantas coisas tiveram o seu início, tais como as organizações sociais, as restrições morais e a religião (Freud, 2017, p. 207-208).

Esse crime que transformou a horda paterna em um clã de irmãos não significou, para os filhos que praticaram esse ato contra o pai, alívio de sofrimento, pois os assassinos foram condenados em sua interioridade ou consciência. As restrições que antes eram externas, impostas pelo pai primordial, foram internalizadas. “Eles se arrependeram desse ato e decidiram que ele não deveria mais ser repetido e que sua execução não poderia ter trazido ganho algum” (Freud, 2017, p. 228-229).

O morto se tornou mais forte do que o vivo tinha sido; tudo isso são coisas como ainda hoje as vemos nos destinos humanos. O que antes ele impedira por meio de sua existência eles próprios agora se proibiam na sua situação psíquica da *obediência a posteriori*, que conhecemos tão bem das psicanálises. Eles revogaram o ato cometido ao declarar ilícita a ação de matar o substituto do pai, o totem, e renunciarem aos frutos desse ato ao se privarem das mulheres libertas. Assim, a partir da *consciência de culpa do filho*, eles criaram os dois tabus fundamentais do totemismo, que justamente por isso tinham de coincidir com os dois desejos recalçados do complexo de Édipo. Quem agisse contra isso se tornava culpado dos dois únicos crimes que preocupavam a sociedade primitiva (Freud, 2017, p. 209-210).

Cabe então lembrar “os dois crimes de Édipo, que matou seu pai e tomou sua mãe por mulher [...]” (Freud, 2017, p. 196). Os seus atos o levaram a infringir os “dois tabus do totemismo, com os quais a moralidade dos seres humanos começa [...]” (Freud, 2017, p. 210), a saber, a proibição de matar o substituto do pai primordial e a proibição do incesto.

E aqui se chega a uma divisa entre a teoria freudiana em relação às concepções antropológicas. Esta divisa refere-se à distinção entre a interdição do incesto para a psicanálise em relação à concepção antropológica. Para a antropologia, a interdição ao incesto é um comportamento padrão, externo aos indivíduos, uma lei cultural objetiva que se impõe, a partir da exterioridade, a todos os indivíduos. Para Freud, essa interdição é determinada a partir de uma força interna, pois os dois tabus fundamentais do totemismo foram internalizados pelos indivíduos; portanto, a interdição é intrapsíquica. Os tabus fundamentais tornaram-se, então, partes constitutivas da estrutura da psique humana, o Eu e o Super-eu foram então forjados no liame desses tabus por um elo filogenético que liga os indivíduos contemporâneos aos assassinos do pai primordial. Laplanche (2018, p. 270) salientou que o mito, isto é, o assassinato do pai primordial, “seria central na constituição do Inconsciente, como seu núcleo.”

O interdito do incesto dos antropólogos é uma lei que se impõe a um ou mais grupos de parentesco; ele incide principalmente sobre a troca, a exogamia e seu resultado social: a procriação. Focaliza-se nas irmãs (ou irmãos

“classificadoras”), que não poderiam ser desposadas dentro do grupo. Ao contrário, o *interdito do incesto psicanalítico* se mantém estreitamente coextensivo ao triângulo edípico, as referências a um parentesco mais distante, como, por exemplo, as irmãs, sendo tratadas como extensões (deslocamentos) do Édipo de base. O incesto considerado maior é sempre o incesto mãe-filho. Porém, tanto por parte da maioria dos antropólogos-etnólogos como por parte dos analistas, diferentes pontos são muito subestimados: o incesto pai-filha, o incesto homossexual e, sobretudo, a multiplicidade de proibições e restrições sexuais de todo tipo, numa determinada sociedade, que são bem diferentes do incesto, mesmo que este seja ainda um elemento maior dentro de uma nomenclatura eventualmente abundante (Laplanche, 2018, p. 269).

Convém destacar outra diferença entre a psicanálise freudiana em relação à antropologia, sobretudo em relação à antropologia estrutural. Pois, para Lévi-Strauss, a gênese da cultura encontra-se na proibição do incesto, enquanto, para Freud, a proibição do incesto é uma consequência do assassinato do pai primordial, cujo efeito foi a origem da civilização, uma vez que, segundo Freud (2017), talvez houvesse, na horda primitiva, um progresso cultural, como uma possível nova arma que os filhos utilizaram para matar o pai primordial. Portanto, deve-se compreender, com fundamento na teoria freudiana, que a gênese da cultura decorre de um processo de sublimação de *Eros*; o que diverge, como supradito, dos pressupostos da antropologia estrutural. Segundo Laraia (2006, p. 54),

Claude Lévi-Strauss, o mais destacado antropólogo francês, considera que a cultura surgiu no momento em que o homem convencionou a primeira regra, a primeira norma. Para Lévi-Strauss, esta seria a proibição do incesto, padrão de comportamento comum a todas as sociedades humanas. Todas elas proíbem a relação sexual de um homem com certas categorias de mulheres (entre nós, a mãe, a filha e a irmã).

A tese freudiana encontra suas dificuldades, como lembrou Laplanche (2018), diante dos pressupostos da antropologia, sobretudo em relação às questões que envolvem a filogênese defendida por Freud; mas essas resistências são diluídas à medida que se compreende os fundamentos da psicanálise. Ademais, ao se analisar os tabus, na perspectiva da psicanálise, observa-se que, por serem culturais, rivalizam com a ordem natural e, assim, consequentemente, tornam-se ambivalentes. Segundo

Freud (2017, p. 75), “o fundamento do tabu é um ato proibido para qual existe uma forte inclinação no inconsciente.” Cumpre então esclarecer a gênese das proibições legais, morais ou religiosas, pois “o que ninguém deseja fazer não se precisa proibir, e, de qualquer modo, aquilo que é proibido da maneira mais enfática tem, afinal, de ser objeto de um desejo” (Freud, 2017, p. 120). Se há, portanto, a proibição é porque os humanos têm a intenção ou o desejo, consciente ou inconsciente, de praticar atos que causam horror à sociedade, como a violação dos dois tabus fundamentais que deram origem às civilizações. E como considerou Freud (2017, p. 110), “o tabu cresceu no solo de uma disposição emocional ambivalente.” Consequentemente, os tabus revelam os conflitos mais profundos que constituem um indivíduo humano. Assim, derivada desses conflitos, “A própria palavra *tabu* é ambivalente [...]” (Freud, 2017, p. 117). Em seu ensaio *O tabu e a ambivalência dos sentimentos*, de seu livro *Totem e tabu*, Freud esclareceu que

Tabu é uma palavra polinésia cuja tradução nos causa dificuldades porque não temos mais o conceito designado por ela. [...] Para nós, o significado do tabu se diferencia em duas direções opostas. Por um lado, significa “sagrado”, “consagrado”; por outro lado, “sinistro”, “perigoso”, “proibido”, “impuro”. Em polinésio, o antônimo de tabu é *noa* = “costumeiro”, “acessível a todos”. Sendo assim, adere ao tabu algo como o conceito de uma reserva; o tabu também se expressa essencialmente em proibições e restrições (Freud, 2017, p. 58).

Mas, o desejo nasceu primeiro. Desse modo, quando a proibição surgiu, o lugar primordial da psique humana já estava ocupado. E o desejo proibido foi então reprimido, no inconsciente, pelos mecanismos psíquicos de defesa. Segundo Marcuse (2018, p. 12-13), “O retorno do reprimido compõe a história proibida e subterrânea da civilização. E a exploração dessa história revela não só o segredo do indivíduo, mas também o da civilização.” Desse modo, a repressão atua para enriquecer a realidade psíquica. E se nos neuróticos obsessivos é tênue a distinção dessa realidade com a factual, o mesmo ocorre, segundo Freud (2017), com as crianças e com os homens adultos das sociedades primitivas. Daí segue uma constatação irrefutável: a história

humana é uma síntese de realidades psíquicas e factuais. Nessa história, a arte ganhou a melhor parte das sublimações humanas. Na arte, como no inconsciente, as restrições, impostas pelos tabus, são atenuadas ou eliminadas. Freud (2018a, p. 55) considerou que “No fundo, não poderíamos renunciar a nada, apenas trocamos uma coisa por outra; o que parece ser uma renúncia é, na verdade, uma formação substitutiva ou um sucedâneo.” Com efeito, o reprimido pode ser transformado em obra de arte, como a tragédia grega *Édipo Rei*, de Sófocles, ou a renascentista *Hamlet*, de William Shakespeare. Segundo Freud (2018a, p. 57), “Desejos insatisfeitos são as forças impulsionadoras [*Triebkräfte*] das fantasias, e toda fantasia individual é uma realização de desejo, uma correção da realidade insatisfatória.” A arte, sobretudo trágica, estabelece um processo de liberação de energias psíquicas. E como disse Freud (2018a, p. 64), “Sou da opinião de que todo prazer estético, criado pelo artista para nós, contém o caráter deste prazer preliminar e que a verdadeira fruição da obra poética surge da libertação das tensões de nossa psique.” Contudo, com o advento da indústria cultural, há o declínio das possibilidades de sublimação dos desejos reprimidos por meio da arte. Segundo Adorno e Horkheimer (1985, p. 131), “A indústria cultural não sublima, mas reprime”.

O processo de dessublimação, patrocinado pela indústria cultural, parece mesmo lançar às favas as dolorosas conquistas humanas obtidas por meio do confronto entre as imposições do desejo e as possibilidades reais de sua satisfação. E se a razão é desejo traduzido, a indústria cultural, por sua vez, assume a tarefa de interpretação dos códigos do desejo, ao prometer-lhe o prazer pleno, sem quaisquer tipos de obstáculos. Porém, é esse prazer preliminar, esse pré-prazer não sublimado que é cada vez mais excitado até chegar a ponto de se metamorfosear em sucedâneo do prazer (Zuin, 2012, p. 94-95).

Consequentemente, na ausência de uma catarse artística, em função da “despotencialização do trágico” (Duarte, 2010, p. 111) operada pela indústria cultural, há a intensificação das angústias geradas pelos tabus. E se a sublimação de *Eros* foi o fator criador de cultura, a estética da indústria cultural transformou o horror em

espetáculo e, o que se vê, com pouca resistência, é a diluição das fronteiras entre a barbárie e a civilização. Convém, portanto, analisar a atualidade do conceito de indústria cultural, formulado por Adorno e Horkheimer (1985), na obra *Dialética do esclarecimento*, publicada originalmente, em forma de livro, em 1947. Para esses autores, as principais características da indústria cultural são os processos de padronização da cultura e, sobretudo, a sua dimensão acrítica, com produtos culturais destinados ao entretenimento. Com efeito, tais características os transformam, na contemporaneidade, em instrumentos de alienação. Desse modo, a lógica utilizada para enlatar tomate, batata e outros produtos alimentícios, destinados ao consumo humano e aos animais domésticos, passou a ser aplicada, com o surgimento da indústria cultural, ao “enlatamento” de cultura (e literalmente, pois os rolos de filmes eram distribuídos em latas para a exibição nas salas de cinema). Consequentemente, a higienização e a padronização da cultura atuam para descaracterizar as manifestações culturais. E se a heterogeneidade é a principal característica da cultura, com a ascensão e predomínio da indústria cultural, tem-se, consequentemente, um processo aviltante de homogeneização dos produtos culturais. Logo, a cultura padronizada, ou cultura de massas, substitui, em grande medida, o Ideal do Eu que subjuga os indivíduos em sua singularidade.

O mundo inteiro é forçado a passar pelo filtro da indústria cultural. A velha experiência do espectador de cinema, que percebe a rua como um prolongamento do filme que acabou de ver, porque este pretende ele próprio reproduzir rigorosamente o mundo da percepção cotidiana, tornou-se a norma da produção. Quanto maior a perfeição com que suas técnicas duplicam os objetos empíricos, mais fácil se torna hoje obter a ilusão de que o mundo exterior é o prolongamento sem ruptura do mundo que se descobre no filme. Desde a súbita introdução do filme sonoro, a reprodução mecânica pôs-se ao inteiro serviço desse projeto. A vida não deve mais, tendencialmente, deixar-se distinguir-se do filme sonoro. Ultrapassando de longe o teatro de ilusões, o filme não deixa mais à fantasia e ao pensamento dos espectadores nenhuma dimensão na qual estes possam, sem perder o fio, passear e divagar no quadro da obra fílmica permanecendo, no entanto, livres do controle de seus dados exatos, e é assim precisamente que o filme adentra o espectador entregue a ele para se identificar imediatamente com a realidade. Atualmente, a atrofia da imaginação e da espontaneidade do consumidor

cultural não precisa ser reduzida a mecanismos psicológicos. Os próprios produtos – e entre eles em primeiro lugar o mais característico, o filme sonoro – paralisam essas capacidades em virtude de sua própria constituição objetiva. São feitos de tal forma que sua apreensão adequada exige, é verdade, presteza, dom de observação, conhecimentos específicos, mas também de tal sorte que proíbem a atividade intelectual do espectador, se ele não quiser perder os fatos que desfilam velozmente diante de seus olhos. O esforço, contudo, está tão profundamente inculcado que não precisa ser atualizado em cada caso para recalcar a imaginação. Quem está absorvido pelo universo do filme – pelos gestos, imagens e palavras –, que não precisa lhe acrescentar aquilo que fez dele um universo, não precisa necessariamente estar inteiramente dominado no momento da exibição pelos efeitos particulares dessa maquinaria. Os outros filmes e produtos culturais que deve obrigatoriamente conhecer tornaram-no tão familiarizado com os desempenhos exigidos da atenção, que estes têm lugar automaticamente (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 118-119).

Ora, é nessa “atrofia da imaginação” que se situa a não sublimação. Os indivíduos, imersos no universo do filme, e de outros produtos culturais, tornam-se consumidores de sonhos objetivos, produzidos pela indústria cultural, e atrofiam a capacidade de produção de sonhos subjetivos, como sonhos do sono e os diurnos. As fantasias, cuja gênese encontra-se no inconsciente, se transfiguram em objetividades padronizadas pelos monopólios da produção cultural. Se Freud presumiu que os sonhos eram realização de desejos inconscientes, embora ele tenha constatado a existência de sonhos que repetiam situações traumáticas, tem-se com a indústria cultural uma maquinaria que se especializou em reificar desejos em produtos culturais, que, além de serem produzidos em série, conforme o modelo fordista de acumulação de capital, se adaptaram à lógica de acumulação flexível de capital que caracteriza o toyotismo. Zuin (2012, p. 102), lembrou que “*YouTube* significa, numa tradução livre, você no tubo dos aparelhos midiáticos [...]”; deve-se então ressaltar que a escolha do nome dessa plataforma, por parte de seus fundadores, foi uma referência às TVs de tubo que caracterizaram a primeira geração desses aparelhos. Logo, essa plataforma de compartilhamento de vídeos revolucionou a produção e distribuição de conteúdo audiovisual. O neologismo *youtubenização*, criado por este autor, nesta tese, talvez seja um termo apropriado para espelhar a massificação dos indivíduos nessa

era de domínio da internet, na qual “O mundo inteiro é forçado a passar”. E se antes o universo dos astros e estrelas de Hollywood era restrito aos escolhidos pelos produtores de filmes ou por algum magnata do cinema, atualmente, por meio de engajamento nas mídias sociais, ou um vídeo viral, um desconhecido, de qualquer localidade do planeta, pode se lançar ao estrelato. Desse modo, o monopólio de modelar pessoas com produtos culturais “enlatados” pertencente há décadas “as ‘oito grandes’, ou *big eight*: Universal, Paramount, Warner, Columbia, 20th Century-Fox, Metro-Goldwin-Mayer, United Artists e Radio-Keith-Orpheum [...]” (Duarte, 2010, p. 29-30), mediante a “cartelização da distribuição dos produtos” (Duarte, 2010, p. 42), passou, com a ascensão das mídias sociais, a ser dividido com os influenciadores digitais a serviço do próprio capital monopolista.

Nesse processo de transição dos suportes tecnológicos da indústria cultural, do analógico ao digital, e com o predomínio do meio digital, surge, conforme o termo cunhado por Christoph Türcke, uma “compulsão à emissão”. Este fenômeno psíquico é crucial para compreender os processos que caracterizam a *youtubenização*, fenômeno que, atualmente, engloba, além do YouTube, as diferentes plataformas, como as estadunidenses Facebook e Instagram e a chinesa TikTok.

A compulsão à ocupação é especificada em uma compulsão à emissão. Ela transforma-se, entretanto, em uma forma vital de expressão. Emitir quer dizer tonar-se percebido: ser. Não emitir é equivalente a não ser – não apenas sentir o *horror vacui* da ociosidade, mas ser tomado da sensação de simplesmente não existir. Não mais apenas: “há um vácuo em mim”, porém “sou um vácuo” – de forma alguma “aí” (Türcke, 2010, p. 44-45).

A compulsão à emissão, que é simultaneamente compulsão à recepção, sobretudo de “curtidas”, “ameis” e visualizações, além de gerar sofrimento psíquico, aprisiona o indivíduo no meio e na mensagem ou, metaforicamente, no tubo das mídias sociais. “Esse traço marcante da indústria cultural global, na qual a ideia lançada por McLuhan na década de 1970 de que ‘o meio é a mensagem’ torna-se ainda mais visível e textualmente realizada [...]” (Duarte, 2010, p. 98-99). Observa-se, assim,

nessa nova fase da indústria cultural, o surgimento de um processo de flexibilização da padronização dos produtos culturais, cujo efeito, principal, é a aceleração do declínio do indivíduo autônomo que se massifica, paradoxalmente, de forma flexível. Como consequência, o peso do amor tornou-se insuportável para muitos indivíduos. O desejo do retorno do pai primordial é uma esperança de alívio. Esse desejo de mais repressão, sobretudo da exterioridade, tornou-se a base das tendências totalitárias, como as manifestadas por Lucien e retratadas no Capítulo 1. O fracasso do indivíduo é o fracasso do clã de irmãos. A igualdade e a ausência de hierarquia se transformaram em um fardo para os parricidas. Assim, segundo Adorno (2022, p. 127), “Silenciosamente, amadureceu uma humanidade que anseia pela coação e pela limitação que a absurda persistência do domínio lhe impõe.”

A Psicologia Individual, de Freud, é em sua própria essência uma Psicologia Social. A repressão é um fenômeno histórico. A subjugação efetiva dos instintos, mediante controles repressivos, não é imposta pela natureza, mas pelo homem. O pai primordial, como arquétipo da dominação, inicia a reação em cadeia de escravização, rebelião e dominação reforçada, que caracteriza a história da civilização, mas, desde a primeira e pré-histórica restauração da dominação, após a primeira rebelião contra esta, a repressão externa foi sempre apoiada pela repressão interna: o indivíduo escravizado introjeta seus senhores e suas ordens no próprio aparelho mental. A luta contra a liberdade reproduz-se na psique do homem, como a autorrepressão do indivíduo reprimido, e a sua autorrepressão apoia, por seu turno, os senhores e suas instituições. É essa dinâmica mental que Freud desvenda como a dinâmica da civilização (Marcuse, 2018, p. 13).

Nessa corrente histórica de repressão, a rebelião contra a liberdade, nos tempos atuais, ganhou seus adeptos nos assanhados movimentos da extrema-direita. Ora, quem não consegue se autorreprimir, mediante as forças do seu próprio Super-eu, torna-se um amante da repressão externa como um mecanismo de autodefesa. É o fracasso do eu autônomo, como já disse Adorno. O indivíduo contemporâneo permanece em luta com seus tabus. Nessa luta ele projeta para fora de si os seus demônios criados em sua própria realidade psíquica.

[...] a projeção serve à resolução de um conflito emocional; ela encontra a mesma aplicação num grande número de situações psíquicas que conduzem à neurose. Mas a projeção não foi criada para a defesa; ela também ocorre quando não há conflitos. A projeção de percepções internas para fora é um mecanismo primitivo ao qual, por exemplo, também se submetem nossas percepções sensoriais, e que, portanto, normalmente participa com a maior parcela na configuração de nosso mundo externo (Freud, 2017, p. 113-114).

Daí resulta uma espécie de mundo próprio que cada indivíduo humano projeta para fora de si. Múltiplos mundos singulares. A ideia de um homem universal, vivendo em uma aldeia global, caducou há tempos diante de uma infinidade de projeções de mundo. Os clãs de irmãos vivem cada vez mais divididos nos tempos atuais. E, ao contrário da sexualidade ampliada, “A necessidade sexual não une os homens, e sim os divide” (Freud, 2017, p. 210). E aqui se chega a um diagnóstico preocupante: a tendência de inflexão negativa ou regressiva da sexualidade ampliada (Sexual) em face das excitações sexuais promovidas pelas virtualidades da indústria cultural. Desejos excitados sem satisfação real potencializam-se quando recalcados. Assim, tem-se a intensificação da pulsão de morte, com efeito, as energias pulsionais não sublimadas, que atuariam como força criadora de cultura e ampliação intelectual de um indivíduo, ficam livres para serem canalizadas para a destruição, para o ódio, para a “guerra de todos contra todos” (Hobbes, 1999, p. 113). A inflexão negativa do “Eros do divino Platão” implica em um processo de regressão, cuja consequência se manifesta no declínio civilizatório.

As religiões, nascidas do sentimento de culpa, se adaptaram aos novos tempos e continuam, como há séculos, atuando para potencializar essa força destrutiva da pulsão de morte com suas restrições ao sexo. Restrições que se ampliam e se intensificam conforme as diferentes doutrinas religiosas que revigoram os elementos essenciais do totemismo.

Com isso se criaram traços que desde então se mantiveram determinantes para o caráter da religião. A religião totêmica resultara da consciência de culpa dos filhos como tentativa de atenuar esse sentimento e de apaziguar o pai ultrajado por meio da obediência *a posteriori*. Todas as religiões ulteriores se

mostram como tentativas de resolver o mesmo problema, variáveis segundo o estado cultural em que são empreendidas e segundo os caminhos que tomam, mas todas são reações de mesma meta ao mesmo grande acontecimento com a qual a cultura começou e que desde então não dá descanso à humanidade (Freud, 2017, p. 211).

Dag Øistein Endsjø, pesquisador norueguês e professor de estudos religiosos da Universidade de Bergen, em seu livro *Sexo e Religião: do baile de virgens ao sexo sagrado homossexual*, esclarece questões fundamentais acerca das restrições sexuais das diferentes religiões, como o cristianismo, o judaísmo, o hinduísmo e o budismo. Há as que são mais tolerantes acerca de determinados aspectos do comportamento sexual como, por exemplo, os que envolvem a masturbação ou o intercuro sexual. Porém, há as que são mais restritivas e preconizam uma abstinência total em relação ao sexo.

Enquanto o cristianismo e o budismo em sua origem realçavam o ideal de total abstinência sexual como algo que elevaria o ser humano a um patamar superior, o hinduísmo, o judaísmo, o islã e diversas outras religiões sugeriam o oposto. [...] Qualquer padre, monge ou freira que viva em abstinência sexual se presta a um lembrete permanente de uma convicção fundamental, comum ao cristianismo e ao budismo: a de que a abstinência é superior ao sexo (Endsjø, 2014, p. 54).

E, como observou Endsjø (2014, p. 14), “nenhum dos modelos de sexualidade defendidos pelas diversas religiões representa uma limitação natural ao sexo. Estamos sempre lidando com conceitos culturais.” Desse modo, as religiões, que são criações culturais, intensificam os conflitos entre a natureza e a cultura. E, ao se fazer um recorte e analisar a relação entre religião e violência, percebe-se que há uma potencialização da pulsão de morte nos grupos humanos em que predominam os adeptos da religião cristã, pois há séculos os cristãos são protagonistas de atrocidades que revelaram o potencial destrutivo da espécie humana, como a inquisição católica, a escravização e genocídio de negros, o genocídio de indígenas nas Américas e o genocídio de judeus em Auschwitz.

A frase do Novo Testamento – “Quem não é por mim é contra mim” – foi desde sempre pronunciada no coração do antissemitismo. A nota fundamental da dominação consiste em remeter para o campo inimigo todo aquele que, por questão de simples diferença, não se identifica com ela: não é em vão que catolicismo é uma palavra grega para a latina totalidade – que os nacional-socialistas realizaram. Significa a equivalência do diferente, quer por “desvio” quer por raça, ao adverso. O nacionalismo alcançou assim a consciência histórica de si mesmo. Carl Schmitt definiu justamente a essência do político por meio das categorias do amigo e do inimigo. A progressão para tal consciência implica a regressão para a conduta da criança que ou sente bem ou sente medo. A redução *a priori* à relação amigo – inimigo é um dos fenómenos primordiais da nova antropologia (Adorno, 2022, p. 136).

Convém então lembrar que o fascismo surgiu na Itália, onde há uma predominância de cristãos católicos, e o solo de surgimento do nazismo foi a Alemanha, cuja maioria da população é formada por adeptos do cristianismo católico e luterano. E não se deve deixar de observar que a Alemanha foi protagonista nas duas grandes guerras que marcaram o século XX. A explicação pode ter fundamento no rígido controle sexual do cristianismo, sobretudo na denominação luterana fundada por Martinho Lutero, um monge católico agostiniano que foi responsável por dar início ao surgimento das vertentes cristãs protestantes ou evangélicas que se multiplicaram com diferentes princípios, como o calvinismo que se diferenciou em suas bases do luteranismo. Desse modo, o cristianismo se diversificou de um essencialismo espiritualista dos primeiros tempos a um materialismo calvinista que ampliou os seus adeptos em diversas partes do mundo, sobretudo por meio da teologia da prosperidade. Em comum, todas as denominações cristãs consideram que o sexo é a causa do pecado original, consequentemente, a abstinência é um dos caminhos para a salvação.

A opinião de que a abstinência é melhor que o casamento não era defendida apenas por Jesus e Paulo, mas era um preceito corriqueiro entre os primeiros patriarcas cristãos. Santo Agostinho, patriarca emérito da Igreja Ocidental, dizia que o estabelecimento de dois sexos distintos seguiu-se ao pecado original. Paulo já argumentava que toda a humanidade sofria por conta do pecado de Adão como primeiro homem, mas foi Agostinho que primeiro sustentou que o pecado original tinha natureza sexual (Endsjø, 2014, p. 45).

Evidentemente que não se preconiza, nesta tese, uma interpretação idealista da história que considera a cultura ou a religião como fatores principais no movimento histórico. Tem-se aqui a compreensão de que a cultura e outras produções espirituais são instâncias da superestrutura que se ergue sobre uma infraestrutura material, conforme pressupôs Karl Marx. Deve-se então salientar que os indivíduos são pressionados por forças que advém da base material da sociedade, bem como, pelas que são derivadas da cultura e, sobretudo, de suas instâncias psíquicas. A religião é uma dessas forças da superestrutura que, em função do sentimento de culpa, se enraíza na psique dos indivíduos ao se alimentar dos conflitos fundantes da civilização. Segundo Adorno (2015a, p. 203-204), “a tese social de que a superestrutura se modifica mais lentamente do que a infraestrutura confirma-se também psicologicamente na relativa constância do inconsciente salientada por Freud.”

[...] a religião é um poder tremendo, que dispõe das mais fortes paixões dos seres humanos. Sabe-se que antigamente ela abrangia tudo que o que na vida humana diz respeito ao espírito, que ocupava o lugar da ciência, quando ainda não havia ciência, e que forjou uma visão de mundo de coerência e unidade incomparáveis, que, embora abalada, ainda hoje sobrevive (Freud, 2011b, p. 326).

Assim, mesmo que a Revolução Francesa, no século XVIII, represente o fim do *Ancien Régime*, tornando-se um símbolo de derrocada do feudalismo, um ponto de referência da transição da História Moderna para a Contemporânea, as religiões permanecem como um dos elementos estruturantes do sistema capitalista. Seja se convertendo em uma ética do capitalismo como ocorreu com o cristianismo calvinista, conforme a tese defendida por Max Weber (1983) em seu livro *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, ou como um entorpecente. Às vezes, e quase sempre, seres humanos necessitam de torpores para suportarem suas realidades psíquicas ou factuais, ou ambas. Segundo Marx (1989a, p. 78), a religião “É o ópio do povo.” Ademais, mesmo que o poder delas tenha declinado em relação ao controle de todas as instâncias da sociedade, elas permanecem como reguladoras raivosas da

sexualidade humana e “se tiverem êxito no reconhecimento de suas regras sexuais aceitas como princípios gerais, os grandes elementos de sua sociedade religiosa ideal terão sido alicerçados” (Endsjø, 2014, p. 16-17).

[...] nesse meio-tempo – não se sabe de onde – surgiu a ideia de deus, ideia que subjugou toda a vida religiosa e, como todas as outras coisas que pretendessem permanecer, a refeição totêmica também teve que conquistar sua inclusão no novo sistema. Porém, a investigação psicanalítica do indivíduo nos ensina com uma ênfase toda especial que para cada pessoa o deus é moldado de acordo com o pai, que sua relação pessoal com deus depende de sua relação com o pai carnal, oscila e se transforma com esta, e que deus, no fundo, não é outra coisa senão um pai elevado. Como no caso do totemismo, também aqui a psicanálise aconselha a dar crédito aos crentes que chamam o deus de pai, assim como chamavam o totem de antepassado (Freud, 2017, p. 214).

Com efeito, “a refeição totêmica” conquistou a “sua inclusão” na esfera religiosa cristã por meio da eucaristia, um canibalismo simbólico conceituado pela teologia católica como dogma da transubstanciação do pão e do vinho em corpo e sangue de Cristo, ou, divergindo, como união sacramental, conforme definiu os teólogos luteranos, mas o princípio antropofágico é o mesmo.

Aqui, muito mais do que no contrário, é onde radica o crime da teologia, contra o qual Nietzsche moveu o enérgico processo, sem ter chegado à última instância. Numa das mais poderosas passagens da sua crítica, apodou o cristianismo de mitologia: “O sacrifício expiatório, e na sua forma mais repugnante, mais bárbara, o sacrifício do inocente pelo pecado dos culpados! Que horrendo paganismo! (Af. 41)” (Adorno, 2022, p. 100).

Ora, os sacrifícios de seres humanos para aplacar a ira do pai primordial, ou das forças da natureza, compõem a história humana. O Domingo de Ramos, para os católicos, celebra a chegada do rei, *agnus dei*, que foi entregue ao sacrifício rememorado, há séculos, pela liturgia cristã. A festa e o luto. Uma ambivalência de sentimentos que revela o lado mais sombrio dos seres humanos. Um ser que ama e transforma o seu amor em ódio, em destruição.

Assim, na doutrina cristã a humanidade confessa da maneira mais clara o ato pleno de culpa dos tempos primitivos, pois agora, na morte sacrificial do filho unigênito, encontrou a expiação mais generosa para ele. A reconciliação com o pai é tão mais radical porque simultaneamente a esse sacrifício ocorre a completa renúncia à mulher, em razão da qual acontecera a revolta contra o pai. Mas agora a fatalidade psicológica da ambivalência também exige seus direitos. Com o mesmo ato que oferece ao pai a maior expiação possível, o filho também alcança a meta de seus desejos contra o pai. Ele próprio se transforma em deus ao lado do pai, na verdade no lugar do pai. A religião do filho substitui a religião do pai. Como sinal dessa substituição, a antiga refeição totêmica é reanimada sob a forma de comunhão, na qual, agora, o grupo de irmãos consome a carne e o sangue do filho, não mais do pai, se santifica por meio desse consumo e se identifica com o filho. Nosso olhar acompanha ao longo das épocas a identidade entre refeição totêmica e o sacrifício animal, o sacrifício humano teantrópico e a eucaristia cristã, e reconhece em todas essas solenidades a repercussão daquele crime que tanto oprimiu os seres humanos, e do qual, no entanto, tinham de estar tão orgulhosos. Mas a comunhão cristã é no fundo uma nova eliminação do pai, uma repetição do ato a ser expiado (Freud, 2017, p. 223).

Essa expiação perene, que se repete nos atos religiosos, é uma tentativa de impor aos indivíduos a castidade para que, na renúncia de seus desejos corpóreos, sexuais, possam alcançar, por meio da ascese, a salvação, a reconciliação com o pai primordial. Ademais, com base no que foi exposto até o momento, pode-se reescrever a história a partir da perspectiva freudiana que procurou compreender o desenvolvimento da sexualidade humana por um fio condutor tecido pelo desejo. Assim, por este prisma freudiano, deve-se compreender *a priori* o desejo sexual e *a posteriori* o tabu. Com esta reorientação historiográfica, a história humana pode ser dividida em quatro períodos e um quinto período, e outros tantos, se houver uma história futura da sexualidade humana a ser escrita em folhas avulsas.

Em síntese. O primeiro período pode ser conceituado como a pré-história da sexualidade humana, o pleno domínio de *Eros*, o sexo em sua dimensão natural, um estágio que preexistiu a dominação do pai primordial. As restrições existentes eram, tão somente, as impostas pelas forças da natureza. Não havia a necessidade de sublimar desejos, logo, não existia energia psíquica suficiente para forjar a cultura, conseqüentemente, não havia civilização, era o estado da plena animalidade da espécie

humana. Mas a necessidade de proteção ante as forças da natureza e os perigos iminentes de serem aniquilados, levaram os homens, desse período da pré-história da sexualidade, a se organizarem em horda.

Surge então o período histórico da sexualidade com a edificação da autoridade do pai primordial. Inaugurou-se nesse segundo período, ainda sem existência civilizatória, as primeiras restrições impostas pelo homem ao sexo. O responsável por criar essas restrições foi o pai primordial que tomou para si, em seu primeiro ato tirânico, todas as mulheres da horda e, em seu segundo ato tirânico, proibiu que seus filhos se aproximassem delas. Nesse estágio, de infelicidade plena, os filhos organizaram uma rebelião contra o pai primordial. Não haveria necessidade de rebelião se o pai primordial compartilhasse as mulheres. Então, a primeira rebelião não foi contra o poder tirânico desse pai, mas, sim, contra as restrições sexuais impostas por ele. Derrubar o tirano era um objetivo secundário, pois o objetivo primordial era a fruição sexual que havia sido interdita por ele.

E, como vocês sabem, esse pai foi assassinado e devorado pelos seus filhos. Em seu lugar, instituíram o totem como substituto do pai primordial que instaurou o totemismo e, assim, foram criados os dois tabus fundamentais que deram origem à civilização: a proibição de matar o substituto do pai primordial, simbolizado pelo totem, e a proibição do incesto.

O sistema totêmico era, por assim dizer, um contrato com o pai, pelo qual este prometia tudo aquilo que a fantasia infantil podia esperar — proteção, cuidado e consideração —, em troca do que as pessoas se comprometiam a respeitar a sua vida, isto é, a não repetir com ele o ato pelo qual o pai real sucumbira. Também havia uma tentativa de justificação do totemismo. “Tivesse o pai nos tratado como o totem, jamais teríamos caído na tentação de matá-lo.” Assim, o totemismo ajudou a atenuar as circunstâncias e a fazer esquecer o acontecimento ao qual devia sua origem (Freud, 2017, p. 211).

O sistema totêmico estabeleceu então uma divisa na história da sexualidade com a transformação de *Eros* em força civilizatória. Neste terceiro período histórico,

que surge com esta divisa, os tabus fundamentais foram estruturados psiquicamente como princípios civilizatórios ao serem internalizados pelos indivíduos e, desse modo, as forças contidas de *Eros* transforma, *a priori*, o homem em sua interioridade. Com efeito, neste trabalho psíquico, as energias pulsionais são, *a posteriori*, canalizadas como força vital destinada a transformação do mundo exterior. Assim, trabalho psíquico e *práxis* se fundem para a transformação da realidade interna e externa ao homem.

Por fim, surge o quarto período da história da sexualidade que corresponde à dessexualização do sexo. O quinto período, e outros tantos, a serem escritos em folhas avulsas é, por enquanto, um desejo humano reprimido ou sublimado. É necessário então, por ora, ater-se aos desdobramentos históricos desse quarto período que teve início com o surgimento das religiões que elegeram a castidade como ideal, como é o caso do cristianismo. Para Nietzsche (2008a), a moral cristã é a expressão da *décadence*, cujo sintoma já se manifestava em Sócrates. Consequentemente, desde a antiguidade grega, sobretudo a partir do socratismo,

Ensinou-se a desprezar os primordiais instintos da vida; inventou-se enganadoramente uma “alma”, um “espírito”, para se desonrar o corpo; ensinou-se a divisar no pressuposto da vida, na sexualidade, algo de impuro; procurou-se na mais profunda necessidade de crescimento, no forte amor de si (– a palavra já em si é insultuosa), o princípio mau; e, pelo contrário, no sinal típico da degenerescência e da contradição dos instintos, no “interesse”, na perda da base de apoio, na “despersonalização” e “no amor ao próximo” (– raiva pelo próximo!), vê-se o mais alto valor, que digo?, o valor em si!... Como? Estaria a própria humanidade em *décadence*? Sempre o esteve? – Certo é que lhe foram ensinados apenas valores de *décadence* como valores supremos. A moral de auto-renúncia é par excellence a moral de degenerescência, que traduz o facto “vou perecer” para o imperativo “deveis todos perecer” – e não apenas para o imperativo!... Esta moral, a única que até agora se ensinou, a moral de auto-renúncia, ostenta uma vontade de fim, nega a vida no seu mais ínfimo fundamento (Nietzsche, 2008a, p. 108-109).

Assim, as religiões da castidade, em sua moral de negação da vida, inventaram os tabus sexuais e, com eles, ampliaram as restrições ao sexo. Segundo Adorno (2015a, p. 209-210), “tudo isso testemunha uma mentalidade que vocifera contra a humilhação de *Eros*, mas faz tudo para humilhá-lo mais uma vez, para condená-lo à infelicidade.”

Ora, a indústria cultural, e seus produtos, encarnaram essa moral *décadent*. Com efeito, “A excêntrica psicologia da *décadence* esboça a antropologia negativa da sociedade de massas [...]” (Adorno, 2022, p. 174). Daí segue a necessidade de compreender a gênese dos tabus e as diferenças entre eles para situar o início dessa *décadence*. É importante salientar que Freud (2017), em seu livro *Totem e tabu*, não especifica a existência de tabus sexuais, mas, sim, a existência de diferentes tabus, como o tabu dos mortos e o tabu dos soberanos e, com o assassinato do pai primordial, surgiu, como considerou Freud, os tabus fundamentais.

Há então a necessidade de estabelecer a distinção entre tabus fundamentais e tabus sexuais, pois os primeiros, por serem princípios civilizatórios não podem ser superados, mas, os segundos, cuja origem é o puritanismo religioso, devem ser superados, pois tornaram-se pontos de inflexão negativa do desenvolvimento da sexualidade ampliada (Sexual), cujo efeito é o declínio do desenvolvimento cultural. A superação dos tabus sexuais é uma exigência civilizatória para que se possa inverter essa inflexão negativa e, com isso, conter a regressão à barbárie.

Com base nessas premissas, os tabus fundamentais podem ser considerados como primários e os tabus sexuais como secundários. Para uma melhor análise dos tabus, este capítulo terá como foco os tabus primários e os secundários serão relacionados como contrapontos. No capítulo 3, o foco passa a ser os tabus secundários. Assim, por ora, a atenção volta-se para os tabus primários que foram transformados, como asseverou Freud, em princípios fundantes da civilização humana. Infringir-los significa destruir a própria civilização, por conseguinte, a angústia, isto é, os conflitos internos da psique humana, criaram a repressão e, assim, estabeleceram o início do fluxo civilizatório. Com efeito, dificilmente um indivíduo humano escapa de ter algum grau de neurose, seja em um nível mínimo ou máximo. Segundo Marcuse (2018, p. 188), “A normalidade é uma condição precária.” Ora, os indivíduos não nascem sabendo que o incesto é proibido. Antes, portanto, de descobrirem a interdição, o

desejo já se instalou. Com efeito, segundo Freud (2020a), é fundamental o desenvolvimento de barreiras contra o incesto.

Quando o carinho dos pais é bem-sucedido ao evitar que o instinto sexual da criança desperte prematuramente — antes que estejam presentes as condições físicas da puberdade —, com força tal que a excitação psíquica abre caminho até o sistema genital de forma inequívoca, então ele pode cumprir sua tarefa de guiar as crianças na escolha do objeto sexual, na época da puberdade. Certamente que o mais fácil, para a criança, seria escolher como objeto sexual as pessoas que ama desde a infância com uma libido amortecida, por assim dizer. Com o adiamento da maturação sexual, porém, ganhou-se tempo para erguer, ao lado de outras inibições sexuais, a barreira contra o incesto, para acolher as prescrições morais que excluem expressamente da escolha objetual, como parentes consanguíneos, as pessoas amadas na infância. A observância dessa barreira é, antes de tudo, uma exigência cultural da sociedade, que tem de defender-se contra a absorção, pela família, dos interesses de que necessita para produzir unidades sociais mais elevadas, e por isso atua, com todos os meios, no sentido de afrouxar em cada indivíduo, especialmente no jovem, os laços com a família, que eram os únicos decisivos na infância (Freud, 2020a, p. 147).

Desse modo, quando o complexo de Édipo é superado pelo indivíduo, abre-se o caminho para que ele alcance um desenvolvimento sexual e cultural que lhe permita ter uma higidez psíquica com a resolução normal desse complexo. Mas, na ausência de uma resolução normal desse complexo de Édipo, o indivíduo pode tornar-se um neurótico obsessivo ou um psicótico. Para Adorno (2015b, p. 198), “talvez se devesse falar de caracteres psicóticos nos tipos humanos totalitários em sentido próprio.” Ora, diante dessa sociedade enferma que gera indivíduos enfermos, é crucial que se compreenda a distinção realizada por Freud (2023) entre neurose e psicose que ele apresentou em seu texto *A perda da realidade na neurose e na psicose* (1924). Freud (2023) esclareceu que na neurose o Eu reprime parte do Id e na psicose o Eu retira-se da realidade e cria “uma nova realidade, que não desperte a mesma objeção que aquela abandonada” (Freud, 2023, p. 217). Para Freud (2023, p. 217-218),

Tanto a neurose como a psicose são expressão da rebeldia do Id contra o mundo externo, de seu desprazer ou, se quiserem, de sua incapacidade de adequar-se à necessidade real, à *Ανάγκη* [necessidade]. [...] na neurose uma

porção da realidade é evitada mediante a fuga, enquanto na psicose é remodelada. Ou podemos dizer que na psicose a fuga inicial é seguida de uma ativa fase de remodelação, e na neurose a obediência inicial é seguida de uma posterior tentativa de fuga. Ou, de outra maneira ainda: a neurose não nega a realidade, apenas não quer saber dela; a psicose a nega e busca substituí-la. Chamamos de normal ou “sadio” o comportamento que une certos traços de ambas as reações, que nega a realidade tão pouco como a neurose, mas se empenha em alterá-la como a psicose. Essa conduta adequada aos fins, normal, leva naturalmente a um trabalho efetuado no mundo exterior, e não se limita, como na psicose, a mudanças internas; já não é *autoplástica*, mas *aloplástica*.

Nessa “rebeldia do Id contra o mundo externo”, os tabus fundamentais, originados em parte por pulsões sexuais e de morte e por pressões do mundo externo, atuam para interditar os dois crimes que causam horror à humanidade, isto é, os crimes de Édipo. Assim, enquanto os tabus fundamentais se ergueram como barreiras contra o incesto e contra o assassinato do substituto do pai primordial e, por conseguinte, tornaram-se princípios civilizatórios, os tabus sexuais, ou secundários, atuam de forma oposta e enfraquecem as barreiras civilizatórias.

Se os tabus primitivos, motivados pela proibição do incesto, eram irresistíveis porque a força recalcante desta excluía qualquer fundamento, então os tabus sexuais se tornam muito mais fortes no estado do esclarecimento, ao mesmo tempo total e inibido, desde quando não possuem mais nenhuma *raison d'être* para aqueles que ainda os obedecem (Adorno, 2015a p. 207-208).

Assim, para uma melhor compreensão dos tabus, é imprescindível, como já se demonstrou, a distinção, estabelecida neste capítulo, entre tabus primários e tabus secundários. Os tabus primários ou tabus fundamentais, ou “tabus primitivos” como considerou Adorno (2015a), correspondem à necessária renúncia pulsional para a edificação das sociedades humanas. Marcuse (2018, p. 188), em seu epílogo *Crítica do Revisionismo Neofreudiano*, do seu livro *Eros e Civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*, considerou que “Repressão e infelicidade têm de ser, se quisermos que a civilização prevaleça.” Ora, os revisionistas da teoria freudiana ou neofreudianos, como Erich Fromm e Karen Horney, não compreenderam a necessidade da repressão e, conseqüentemente, da renúncia pulsional para a existência civilizatória e, além do

mais, estão distantes da concepção freudiana de sexualidade. Para Marcuse (2018), a ideia de amor de Erich Fromm está em contraste com a de Sigmund Freud. Pois, “O amor, seriamente encarado, é proscrito [...] Mas, para os revisionistas, produtividade, amor, felicidade e saúde fundem-se em grande harmonia [...]” (Marcuse, 2018, p. 2002). Assim, enquanto Fromm, em seu sermão sobre o amor, o define como “amor produtivo” e, por consequência, dessexualizado, a concepção de Freud pressupõe o

longo e penoso processo em que a sexualidade, com toda a sua polimórfica perversidade, é domada e inibida, até tornar-se, finalmente, suscetível de fusão com a ternura e a afeição — uma fusão que se conserva precária e nunca supera por completo seus elementos destrutivos (Marcuse, 2018, p. 201).

Adorno (2015d, p. 61-62) argumentou, em seu ensaio *A psicanálise revisada*, que “A fervorosa defesa da ternura e da afeição humana perante a suspeita de que elas poderiam se enraizar na sexualidade testemunha que os tabus possuem mais poder sobre os revisionistas do que sobre Freud.”

Se eles protestaram em nome do amor contra a teoria sexual freudiana, ao mesmo tempo se agarraram desde o início, contra Freud, à diferenciação convencional entre amor sexual e sublime, e não quiseram se defender tanto da repressão do amor sexual quanto dos ataques à fictícia pureza do amor sublime. De forma alguma foi um mero erro intelectual a inconsistência no pensamento de Freud em relação à qual eles se insurgiram, a saber, de que Freud, por um lado, fez da sexualidade algo central, mas, por outro, aferrou-se aos tabus sexuais. Ela corresponde ao estado de coisas objetivo de que prazer e proibição não podem ser separados mecanicamente um do outro, mas sim se condicionam reciprocamente. Eles devem ser compreendidos em sua ação recíproca: prazer sem proibição é tão difícil de conceber quanto proibição sem prazer. Quando a psicanálise nega esta imbricação, reduz-se a uma espécie de terapia social para resolução sadia dos conflitos do eu e resulta na ratificação da mesma sociedade patriarcal de que a secessão queria se apartar (Adorno, 2015d, p. 62).

Desse modo, ao trilhar este caminho analítico, que esta pesquisa percorre, superam-se os erros dos revisionistas da psicanálise freudiana ou neofreudianos, apontados por Adorno (2015d) e Marcuse (2018), e, ao mesmo tempo, chega-se à

conclusão que indica quais tabus devem ser superados, pois como são de diferentes tipos e graus, seus efeitos nos indivíduos também são distintos. Como supradito, os tabus fundamentais estruturam e edificam a civilização. Do lado oposto, os tabus sexuais, isto é, os secundários, com suas infundáveis restrições ao sexo e suas tentativas de higienizá-lo, acabaram por enfraquecer as barreiras civilizatórias construídas, ao longo de milênios por renúncias pulsionais, contra os dois crimes de Édipo. Assim, as religiões, em sua sanha contra vida, colocaram a humanidade em rota de regressão à barbárie, cuja maior expressão são os crimes fascistas.

[...] a consciência moral está liquidada no fascismo, onde a responsabilidade pela mulher e pela criança, tão penosamente cultivada pela civilização burguesa, de novo desaparece por trás da necessidade em que se encontra o indivíduo de se orientar constantemente pelo regulamento a ele imposto (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 184).

Nesse ínterim, com a expansão do fascismo, mediada pelos grupos trumpistas e bolsonaristas, ocorreu, como consequência, o aumento dos índices de violência contra as mulheres e contra as crianças. Diante dessa expansão fascista materializada em crimes de extrema barbárie, como os feminicídios e os estupros de vulneráveis, torna-se premente a reconstrução das barreiras civilizatórias diluídas pelo fascismo e, para isso, é crucial que se compreenda as causas dessa violência com o auxílio da psicanálise. E, ao se investigar as denúncias de estupros de vulneráveis, deve-se, com toda cautela, analisar, de forma pormenorizada, todos os casos, pois houve um aumento significativo de denúncias falsas de abuso sexual ou ofensas sexuais que se tornaram recorrentes nas disputas de guarda nas varas de família da justiça brasileira. Este aumento ocorreu após a aprovação da Lei de nº 13.058, de 22 de dezembro de 2014, que estabeleceu como regra a guarda compartilhada e como exceção a guarda unilateral. Esta lei alterou o Código Civil Brasileiro (Lei de nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002) que passou a ter a seguinte redação em seu artigo 1.584, § 2º:

Quando não houver acordo entre a mãe e o pai quanto à guarda do filho, encontrando-se ambos os genitores aptos a exercer o poder familiar, será aplicada a guarda compartilhada, salvo se um dos genitores declarar ao magistrado que não deseja a guarda do menor.

Com efeito, após aprovação dessa alteração no Código Civil, tornou-se comum os casos de alienação parental em que um dos genitores desqualifica o outro perante o filho (s) ou a filha (s), além de criar estratégias para dificultar a convivência da (s) criança (s) com um de seus genitores e sua família estendida.

“Boa parte dos divórcios litigiosos e dissolução de união estável litigiosa têm uma alienação parental embutida. Quando o casal não consegue se comunicar por causa do término da relação, normalmente, envolvem os filhos no conflito”, explica o juiz da 5ª Vara de Família de BH, Clayton Rosa de Rezende. E os números aumentaram exponencialmente. Em 2017, praticamente dobrou a quantidade de processos no Estado. Foram 1.042 ações em 2017, contra 564 em 2016, somando todas as comarcas de Minas. Em Belo Horizonte, o número também saltou de 110 para 222. Isso, levando-se em conta só os processos que foram cadastrados com a classe “alienação parental” (Conselho Nacional de Justiça-CNJ, 2018).

E, por meio da litigância de má-fé, há genitores que recorrem ao expediente de denúncias falsas de abuso sexual com o objetivo de conseguirem uma sentença que lhes sejam favoráveis nas disputas de guarda ou pensões alimentícias. O peso dessas denúncias falsas é dilacerante para filhos e pais, pois se referem à denúncia falsa de incesto, um dos crimes de Édipo, interditado pelos tabus fundamentais, que causam horror à humanidade há milênios. Essas denúncias caluniosas representam a morte psíquica e social de muitos pais e podem causar danos irreparáveis no desenvolvimento psíquico e social dos filhos e, nos casos mais graves, podem levá-los ao suicídio na adolescência ou na vida adulta.

O artista plástico Paulo (nome fictício), por exemplo, sofreu com uma das mais cruéis vertentes da alienação parental e chegou a criar duas exposições de arte para expressar o sofrimento pelo que passou. Em 2013, sua ex-esposa fez uma denúncia falsa, na qual o acusava de ter abusado sexualmente da filha. Foram nove meses tentando provar na Justiça sua inocência até conseguir as primeiras visitas monitoradas acompanhadas por especialistas. O artista

enfrentou processos, encarou exames psicossociais e testes psicológicos e, depois de um ano, conseguiu ter de volta o direito da guarda compartilhada. [...] “Ficou comprovado inclusive por laudos periciais que não houve nenhum abuso. Foi simplesmente uma estratégia terrível usada pela ex-esposa para me afastar da minha filha de apenas três anos de idade. Os especialistas chegaram a relatar que esse tipo de denúncia é a pior forma de alienação parental”, ressaltou o artista. E denúncia falsa é crime (Conselho Nacional de Justiça-CNJ, 2018).

Portanto, as investigações psicanalíticas são cruciais para se compreender as causas desses crimes que envolvem os feminicídios, os estupros de vulneráveis e as denúncias falsas de abuso sexual e, nestes casos de denúncias falsas, o conceito de projeção patológica é imprescindível para se compreender a natureza desses crimes.

Segundo a teoria psicanalítica, a projeção patológica consiste substancialmente na transferência para o objeto dos impulsos socialmente condenados do sujeito. Sob a pressão do superego, o ego projeta no mundo exterior, como intenções más, os impulsos agressivos que provêm do id e que, por causa de sua força, constituem uma ameaça para ele próprio. Deste modo, consegue livrar-se deles como uma reação a esse mundo exterior, seja imaginariamente pela identificação com o pretensu vilão, seja na realidade sob o pretexto de uma legítima defesa (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 179).

Logo, segundo Adorno (2015a, p. 223), “as descobertas psicanalíticas não diluídas deveriam ser aplicadas aos tabus e à legislação sexuais: torná-las produtivas para a pesquisa criminológica.” Ademais, Freud (2020a) já havia evidenciado, nos *Três ensaios*, a união que pode ocorrer, de forma indissolúvel, entre as pulsões sexuais e os instintos cruéis. Portanto, como considerou Adorno (2015a, p. 200),

As ideias de Freud sobre a sexualidade infantil e as pulsões parciais, que subtraiu da moral sexual tradicional sua última legitimação, ainda valem integralmente em uma época que gostaria de enfraquecer a psicologia profunda [...].

Daí, é importante relembrar, a necessidade de estudar *a priori* o desejo sexual e o tabu *a posteriori*. Pois o tabu interdita o que se deseja, isto é, os atos que os indivíduos procuram proibir, por meio dos tabus, correspondem aos seus desejos recalcados ou

reprimidos. “É universalmente conhecido que os tabus se tornam tanto mais fortes quanto mais quem se submete a eles deseja inconscientemente aquilo a que se dirige a punição” (Adorno, 2015a p. 214). Segundo Adorno e Horkheimer (1985, p. 179), “O impulso condenado e transformado em agressão é, na maioria das vezes, de natureza homossexual.” Mas, ao não conseguirem lidar com essas restrições, os indivíduos, em seu desespero, encontram nas religiões uma guarita de proteção. Contudo, com o aumento da repressão, potencializa-se a força destrutiva das pulsões recalcadas que, impreterivelmente, voltarão a se manifestar.

Os tabus, que constituem a categoria espiritual de um homem e são, muitas vezes, experiências sedimentadas e conhecimentos inarticulados, dirigem-se sempre contra os próprios impulsos que ele aprendeu a reprovar, mas estes são tão fortes que só uma instância inquestionável e inquestionada os consegue deter (Adorno, 2022, p. 26).

Com efeito, nesse antagonismo constante de desejo e proibição, os tabus sexuais se dissociaram dos tabus fundamentais para serem o seu oposto. A consequência, derivada dessa dissociação, revela-se no fato dos tabus sexuais confrontarem, diuturnamente, os tabus fundamentais. O extremismo religioso, coadunado com os movimentos de extrema-direita, em seus atos de extrema violência, confirmam essa hipótese. O moralismo pietista ou o puritanismo é o triunfo do desejo reprimido sobre o interdito, seja no âmbito da realidade psíquica ou factual ou em ambas.

Percebe-se, em todo caso, que a ambivalência inerente ao complexo paterno também prossegue no totemismo e nas religiões em geral. A religião do totem abrange não apenas manifestações de arrependimento e as tentativas de reconciliação, mas também serve para recordar o triunfo sobre o pai. A satisfação com esse triunfo institui a festa comemorativa da refeição totêmica, por ocasião da qual são abolidas as restrições da obediência *a posteriori*, e transforma em obrigação repetir inúmeras vezes o crime do parricídio no sacrifício do animal totêmico, sempre que o ganho obtido com aquele ato – a apropriação das qualidades do pai – ameaça desaparecer em consequência das influências mutáveis da vida. Não ficaremos surpresos em descobrir que o componente do desafio filial, muitas vezes sob os disfarces e nas inversões mais notáveis, também reaparece em formações religiosas posteriores (Freud, 2017, p. 212).

Compreende-se, assim, o motivo dos extremistas religiosos se oporem à homossexualidade, ou à inversão, conforme o termo utilizado por Freud. Como supracitado, e repetindo aqui o trecho, “[...] o componente do desafio filial, muitas vezes sob os disfarces e nas inversões mais notáveis, também reaparece em formações religiosas posteriores” (Freud, 2017, p. 212). É lícito então supor que a homofobia é derivada de uma ambiguidade de sentimentos, isto é, o amor e o ódio estão contidos no comportamento dos homofóbicos. Quando um determinado indivíduo, para ser mais específico, um religioso ou uma pessoa conservadora, propõe a “cura gay”, ele declara a sua homossexualidade reprimida. Em termos psicanalíticos, a expressão “cura gay” é um ato falho, ou como disse Freud (2020b, p. 326), “seus atos não intencionais, não planejados (atos sintomáticos) e os erros nas ações cotidianas (lapsos de fala, confusões etc.).”

[...] pesquisadores da Universidade da Georgia selecionaram 64 homens que (na escala Kinsey) se apresentavam como sendo exclusivamente heterossexuais. Todos foram testados por uma entrevista (clássica, o IHP) que estabelece o índice de homofobia, de 0 a 100. Com isso, foram compostos dois grupos: os não homofóbicos (IHP de 0 a 50) e os homofóbicos (IHP de 50 a 100). Nota: chama-se pletismógrafo um instrumento com o qual se registram as modificações de tamanho de uma parte do corpo. Pois bem, todos vestiram um pletismógrafo peniano, graças ao qual qualquer ereção, até incipiente e mínima, seria medida e registrada. Depois disso, todos os 64 foram expostos a vídeos pornográficos de quatro minutos mostrando atividade sexual consensual entre adultos heterossexuais, homossexuais masculinos e homossexuais femininos. À diferença do que aconteceu com o grupo de controle (ou seja, com os não homofóbicos), a maioria dos homofóbicos teve tumescência e ereção significativas diante dos vídeos de sexo entre homossexuais masculinos. Confirmando a interpretação da psicologia dinâmica: indivíduos homofóbicos demonstram excitação sexual diante de estímulos homossexuais. Existe a possibilidade de que a excitação manifestada pelos homofóbicos seja efeito, por exemplo, de sua vontade de quebrar a cabeça dos protagonistas dos vídeos - existe, mas é remota (porque os 64 indivíduos da amostra passaram todos por um questionário que mede a agressividade, e ninguém se mostrou especialmente agressivo). Para quem quiser conferir, a pesquisa, de Henry E. Adams e outros, foi publicada no "Journal of Abnormal Psychology" (1996, vol. 105, n. 3), com o título "Is Homophobia Associated with Homosexual Arousal?" (a homofobia é associada à excitação homossexual?) [...] (Calligaris, 2011).

Assim, ao relacionar essa pesquisa empírica da Universidade da Geórgia com os conceitos da teoria freudiana, evidencia-se que o interdito sexual, sacramentado pelas religiões puritanas para proibir e condenar a relação amorosa entre pessoas do mesmo sexo, revela desejos homossexuais reprimidos. Ora, segundo Freud (2020a, p. 153), “onde a inversão não é considerada crime, pode-se verificar que ela corresponde inteiramente às inclinações sexuais de não poucos indivíduos.” Portanto, embora seja necessário a realização de mais estudos para se compreender a homofobia, não há, por ora, elementos suficientes para refutar a hipótese de a homofobia ser o derivativo de uma ambiguidade de sentimentos.

Conclui-se, então, esta primeira parte do estudo acerca do tabu. Ressalta-se que as questões acerca dos tabus sexuais que foram suscitadas neste capítulo, seguirão em análise no próximo. Assim, com os fundamentos apresentados nesta primeira parte, caminha-se, com mais facilidade, no território conceitual da psicologia social e da psicanálise.

CAPÍTULO 3

A CONCEPÇÃO DE THEODOR ADORNO ACERCA DOS TABUS

À luz dos fundamentos apresentados na primeira parte do estudo acerca do tabu, compreende-se que os tabus sexuais, ou secundários, estabeleceram uma gama extensa de interdições que variam conforme as diferentes doutrinas religiosas. Assim, na religião da Grécia Antiga, para citar um exemplo, não havia proibições impostas às relações amorosas entre pessoas do mesmo sexo, como narrou Aristófanes no mito dos andróginos. E o amor entre os homens, como considerou Fedro no livro *O Banquete*, era incentivado, pois nas guerras travadas com a proteção dos deuses, um amante jamais abandonaria o amado no campo de batalha.

Os antigos gregos, em sua religiosidade, acreditavam que, porventura, se uma pessoa não tivesse interesse sexual, fosse por pessoa do mesmo sexo ou sexo diferente, seria punida pelos deuses como ilustrou Endsjør (2014) na história de um jovem heleno que tinha pouco interesse por sexo.

Hipólito era um jovem com pouco entusiasmo pelo sexo. Simplesmente não se interessava pelo assunto: “Ele evita o leito do amor e não deseja nada que tenha a ver com o casamento”. Só o que quer fazer é correr pelas florestas de Troezen, cidade grega da idade do bronze, à caça de animais selvagens.

Afrodite, a deusa do amor e do sexo, odeia Hipólito. O jovem que prefere a caça ao sexo demonstra, por seus atos, sua imensa desconsideração para com a deusa do amor, a quem considera “a pior entre os deuses”.

A conduta de Hipólito, que ignora os domínios de Afrodite – a vida sexual –, não passa despercebida aos olhos da deusa. O belo efebo terminou seus dias mutilado, ao tombar com a carruagem quando os cavalos que a conduziam se assustaram diante de um monstro enviado pelos deuses especificamente com esse propósito (Endsjør, 2014, p. 11).

Como se observa, é nítida a diferença entre a religião dos gregos da antiguidade em relação à religião cristã. O cristianismo, além de elevar a castidade a um nível superior ao casamento, interdita as relações amorosas entre pessoas do mesmo sexo. Ora, os cristãos acreditam que “Deus criou o homem à sua imagem; à imagem de Deus ele o criou; e os criou homem e mulher” (Gn 1, 27). O *Antigo Testamento*, além dessa concepção criacionista, traz ainda o seguinte interdito em um de seus versículos: “O homem que se deita com outro homem, como se fosse mulher, está cometendo uma abominação. Os dois serão réus de morte, e o sangue deles cairá sobre eles mesmos” (Lv 20, 13). Daí segue a transformação dos tabus sexuais em atos de ódio que são praticados há séculos pelas religiões judaica, cristã e islâmica contra os homossexuais. Segundo Endsjo (2014, p. 172), “O cristianismo se destaca como a mais agressiva delas. O começo dessa história sangrenta encontra-se, na Bíblia judaica, o Velho Testamento.”

A pena de morte prevista na Bíblia para o sexo com penetração entre homens, devido às leis de pureza religiosas ou a um controle mais amplo da sexualidade, é também o pondo de partida para a intensa condenação do sexo intragênero por grande parte dos judeus, cristãos e muçulmanos (Endsjo, 2014, p. 177).

Ademais, embora o Estado brasileiro seja laico desde o século XIX, o modelo de matrimônio cristão alcançou no Brasil uma legitimação constitucional que, em 1988, eximiu o Estado brasileiro de proteger os núcleos familiares formados por uniões homoafetivas. Assim, na *Constituição da República Federativa do Brasil*, em seu artigo 226, § 3º, ficou, em princípio, estabelecido que “Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento” (Brasil, 1988). Este dispositivo constitucional foi regulamentado pela *lei de nº 9.278, de 10 de maio de 1996* e, no artigo primeiro desta lei, há a seguinte redação: “É reconhecida como entidade familiar a convivência duradoura, pública e contínua, de um homem e uma mulher, estabelecida com objetivo de constituição de família” (Brasil, 1996). Porém, em um avanço

significativo das normas jurídicas brasileiras com o intuito de ampliar a proteção do Estado, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) modificou, em decisão unânime, esse entendimento constitucional no dia 05 de maio de 2011 e equiparou as relações entre pessoas do mesmo sexo às uniões estáveis entre homens e mulheres. Assim, com essa decisão, as uniões homoafetivas passaram a ser compreendidas, à luz do Estado brasileiro, como núcleos familiares. Conforme expresse, com os seguintes termos, na referida decisão:

O sexo das pessoas, salvo disposição constitucional expressa ou implícita em sentido contrário, não se presta como fator de desigualação jurídica. Proibição de preconceito, à luz do inciso IV do art. 3º da Constituição Federal, por colidir frontalmente com o objetivo constitucional de “promover o bem de todos”. Silêncio normativo da Carta Magna a respeito do concreto uso do sexo dos indivíduos como saque da kelseniana “norma geral negativa”, segundo a qual “o que não estiver juridicamente proibido, ou obrigado, está juridicamente permitido”. Reconhecimento do direito à preferência sexual como direta emanção do princípio da “dignidade da pessoa humana”: direito a auto-estima no mais elevado ponto da consciência do indivíduo. Direito à busca da felicidade. Salto normativo da proibição do preconceito para a proclamação do direito à liberdade sexual. O concreto uso da sexualidade faz parte da autonomia da vontade das pessoas naturais. Empírico uso da sexualidade nos planos da intimidade e da privacidade constitucionalmente tuteladas. Autonomia da vontade. Cláusula pétrea (Brasil, 2011).

No entanto, mesmo com esse “salto normativo da proibição do preconceito”, o não reconhecimento das uniões homoafetivas, para efeitos de proteção do Estado brasileiro, permanece cristalizado na letra da lei constitucional, no “silêncio normativo da Carta Magna” como lembrança das interdições impostas pela religião cristã, no caso do direito constitucional brasileiro. Em relação à Alemanha, Adorno (2015a p. 213) lembrou que, em seu país natal, “O abominável artigo jurídico contra os homossexuais foi mantido e assegurado na Alemanha libertada no pós-guerra.” Este artigo refere-se ao parágrafo 175, que fazia parte do Código Penal Alemão desde 1871. Embora criminalizasse as relações amorosas entre os homossexuais, suas punições, que previa penas de até seis meses de prisão, eram raramente aplicadas. Porém, durante o regime nazista, em 1935, o referido parágrafo recebeu uma emenda e a pena passou a ser de

até dez anos de prisão. Intensificou-se, assim, a perseguição aos homossexuais que eram levados para os campos de concentração e identificados com o triângulo rosa em seus uniformes.

A Alemanha Ocidental manteve o texto da lei como era na época nazista, sem modificações, enquanto a Alemanha Oriental retornou à versão antiga. Com grande zelo e com ajuda das chamadas "listas rosas" produzidas no período nazista, foram iniciados na Alemanha Ocidental cerca de 100 mil processos contra homossexuais, com excessivas sentenças de prisão (Pieper, 2019).

O parágrafo 175, utilizado para essas condenações, foi revogado, do Código Penal Alemão, em 1994, como consequência das pressões da Alemanha Oriental durante os processos de reunificação da Alemanha em 1990. Em reportagem publicada na *Deutsche Welle* (DW), em alusão aos “25 anos do fim do ‘parágrafo gay’ na Alemanha”, “O ex-promotor federal Bruns” afirmou que “tem certeza de que se não fosse a Reunificação da Alemanha a abolição do parágrafo 175 não teria sido possível” (Pieper, 2019). Assim, depois de 123 anos, a homossexualidade masculina deixou de ser crime em todo o território alemão. Contudo, os tabus sexuais, sacramentados pelo cristianismo, seguem como esqueletos normativos na legislação de diferentes países. A esse respeito, Adorno (2015a, p. 201), em seu ensaio *Tabus sexuais e direito hoje*, argumentou que

Perante tudo isso, sugestões de reforma da legislação sexual adquirem, *prima vista*, o caráter de algo respeitosa e sufragista. Os defensores da ordem, então, podem apontar para isso como uma ironia barata, que dificilmente fracassa. As pessoas certamente têm sua liberdade, fazem aquilo que elas já querem fazer, e somente crimes devem ser impedidos pela lei – para que reformas, afinal?

A resposta não é outra senão que a liberação do sexo na sociedade atual é uma mera aparência. Com ela ocorreu aquilo que é designado pela sociologia, em outras áreas, através de sua expressão favorita “integração”; tal como a sociedade burguesa se assenhorou da ameaça do proletariado ao cooptá-lo. A sociedade irracional – que se apoia na dominação da natureza interna e externa, e disciplina o princípio de prazer difuso e prejudicial à moral do trabalho e ao próprio princípio dominante – não carece mais do mandamento patriarcal da abstinência, da virgindade e da castidade. Em vez disso, o sexo

acendido e apagado, guiado e explorado em inúmeras formas da indústria material e cultural, é dominado, institucionalizado e engolido pela sociedade, em consonância com sua manipulação. Uma vez adestrado, é tolerado. Anteriormente, a sociedade soube lidar com ele em virtude do sacramento do matrimônio; hoje ela o toma // sob seu controle de forma imediata, sem instâncias intermediárias como a Igreja, muitas vezes sem sequer legitimação estatal.

E, o que é notório, nessa estrutura social patriarcal que ainda se mantém por meio de preceitos religiosos, é a hipocrisia, a moralidade ambígua. Pois como lembrou Horkheimer (2003, p. 114), “A Igreja interpôs-se entre a natureza e a civilização ao estabelecer o matrimônio como sacramento, embora tolerando as saturnais, os excessos eróticos menores e até mesmo a prostituição.” Segundo Adorno (2015a, p. 212),

A prostituição tem que pagar não apenas pelo rancor dos homens em relação à monogamia oficial, da qual sempre viveu, mas também, além disso, pelo rancor das mulheres que frequentemente entram em relações contra sua vontade – pelo fato de isso fazer parte de sua existência, sempre lamentando aquilo para o qual a sociedade burguesa as designou há séculos, e ainda secretamente alimentam a vontade nada incompreensível de obter segurança e reputação através do casamento. Na sobrevivência dos tabus sexuais, confirma-se que a perseguição não torna nada melhor; nem para as mulheres integradas às profissões burguesas, pois lhes são recusadas as vantagens na vida privada, nem para as que estão fora do mercado de trabalho.

Ora, o tabu, revestido dos sentidos de sagrado e, ao mesmo tempo de proibido, tornou-se um elemento que impôs o silêncio, isto é, sobre o que ele veda não se pode falar, conforme os costumes puritanos. Mas o que é silêncio para os ouvidos é grito que reverbera na psique. Porém, muitos tabus foram aos poucos sendo superados. Lembrando que os tabus fundamentais, por serem princípios fundantes da civilização, não podem ser superados ou abolidos. Mas, em relação, por exemplo, ao tabu dos mortos, cumpre considerar que a morte deixa de ser um tabu à medida que se fala abertamente dela. Assim, estabeleceu-se a compreensão da morte como parte essencial da existência dos seres vivos. Essa compreensão deu-se pela crença religiosa da morte como passagem, pelos esclarecimentos científicos acerca dos ciclos da vida e pelas

reflexões filosóficas acerca da existência, como a filosofia sartriana que compreendeu a morte como um absurdo que não confere sentido à vida, mas, sim, pelo contrário, nega-lhe um sentido. Logo, do ponto de vista sartriano, não se pode esperar da vida um fim com sentido. Porém, antes dessa concepção de Sartre, Freud (2022) compreendeu a morte como retorno de todo ser vivo ao estado inanimado que lhe preexistiu.

Se é lícito aceitarmos, como experiência que não tem exceção, que todo ser vivo morre por razões *internas*, retorna ao estado inorgânico, então só podemos dizer que *o objetivo de toda a vida é a morte*, e, retrospectivamente, que *o inanimado existia antes que o vivente* (Freud, 2022, p. 204).

Pois bem, com o mesmo destino do tabu dos mortos, o tabu dos soberanos diluiu à medida que se estabeleceu os sistemas republicanos. E se na Idade Média os reis europeus eram reis por vontade divina, como pressupunha o direito canônico, o oposto se estabeleceu a partir do período renascentista. Com efeito, esse fundamento sobrenatural do poder político perdeu sua base de sustentação com as transformações advindas do Renascimento. Um dos responsáveis por essas transformações foi Thomas Hobbes que fundamentou o poder soberano no consentimento dos homens ao pressupor a existência de uma liberdade natural e, embora fosse um filósofo absolutista, Hobbes abriu caminho para o desenvolvimento do pensamento liberal. Muitos soberanos foram então, a partir das revoluções liberais ou burguesas, depostos ou, ainda, tiveram suas cabeças cortadas em praças públicas. Os sistemas monárquicos que sobreviveram figuram, por um lado, como estâncias turísticas que geram lucro para o sistema capitalista, como é o caso da Inglaterra e, por outro lado, como elemento de coesão social fundado na tradição. Mas, mesmo assim, não se interditou, nos domínios soberanos da rainha, o sucesso da música *God Save the Queen*, mesmo nome do hino do Reino Unido, do grupo inglês Sex Pistols. Nos primeiros versos dessa música, o vocalista canta: “*God save the queen / The fascist regime* [Deus salve a rainha / o regime fascista].”

Contudo, se os tabus dos mortos e dos soberanos diluíram com o desenvolvimento histórico, os tabus sexuais permanecem sólidos e, com surgimento da indústria cultural, ampliaram e intensificaram suas formas de controle. As religiões puritanas ganharam, enfim, com a indústria cultural, uma aliada poderosa para os seus propósitos de regulação do sexo. Para Endsjø, (2014, p. 16), “quando as religiões regulam nossa vida sexual também controlam nossa vida, nossa identidade e até mesmo nossa compreensão do que é ser humano.”

Disso se pode concluir, entretanto – e as neuroses contemporâneas poderiam confirmar isso –, que os tabus sexuais, na verdade, não caíram. Alcançou-se apenas uma nova e mais profunda forma de recalque, com todo o seu potencial destrutivo. Enquanto o sexo foi integrado, permanece odiado pela sociedade o que nele não se deixa integrar, o aroma propriamente sexual. Se for verdadeiro que o sexual em sentido estrito é *eo ipso*, o proibido, então esta proibição sabe se afirmar também nas manifestações consentidas do sexo (Adorno, 2015a, p. 202).

Daí segue uma questão decisiva para a humanidade em relação ao seu progresso ou regressão, pois, ao serem internalizados, os tabus sexuais provocam feridas profundas nos indivíduos. “Perpetrar essas feridas é propriamente a forma pela qual a sociedade se impõe ao indivíduo [...]” (Adorno, 2015d, p. 48). E, como demonstrou a psicanálise, essas feridas começam a ser perpetradas na infância. Por essa razão, os *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* tornaram-se cruciais para se compreender essa dinâmica de repressão que dilacera os indivíduos. “O que propriamente motivou Freud a conceder especial peso aos processos individuais da infância é, embora de forma não explícita, o conceito de ferida [*Beschädigung*]” (Adorno, 2015d, p. 48). Para Adorno e Horkheimer (1985, p. 240), “no lugar onde o desejo foi atingido, fica uma cicatriz imperceptível, um pequeno enrijecimento, onde a superfície ficou insensível. Essas cicatrizes constituem deformações.” É, portanto, nesse “[...] sistema de cicatrizes, que somente poderiam ser integradas sob sofrimento [...]” (Adorno, 2015d, p. 48), que declina o processo formativo humano, pois, ao passo que *Eros* é um princípio formativo, uma força motriz do progresso humano, os tabus

sexuais se edificaram como princípios de deformação dos indivíduos ao serem cooptados pelo Eu e pelo Super-eu como mecanismos internos de resistência, ou como mecanismos de defesa, cuja consequência é a regressão. Em seu texto *O método psicanalítico de Freud* (1904), escrito pelo próprio fundador da psicanálise em terceira pessoa, Freud (2020b, p. 325-326) argumentou que “Quanto maior a resistência, mais ampla é a deformação. Nesta relação dos pensamentos não intencionais com o material psíquico reprimido é que reside o seu valor para a técnica terapêutica.” Contudo, segundo Adorno (2022, p. 58),

Nenhum estudo chega hoje ao inferno onde se forjam as deformações que, mais tarde, aparecem como jocosidade, franqueza, sociabilidade, como adaptação conseguida ao inevitável e como sentido prático isento de sinuosidades. Há motivos para admitir que elas têm lugar em fases do desenvolvimento infantil mais temporãs do que na origem das neuroses: se são os resultados de um conflito em que a pulsão foi vencida, o estado, que é tão normal como a sociedade mutilada a que ele se assemelha, provém de uma intervenção, por assim dizer pré-histórica, que anula já as forças antes de se chegar ao conflito, pelo que a ulterior ausência de conflitos reflete o previamente decidido, o triunfo apriorístico da instância colectiva, e não a cura por meio do conhecimento.

As religiões, ao sacralizarem os tabus sexuais, convergiram para ser essa instância coletiva, de *intervenção*, que triunfou ao buscar subjugar o sexo em seus domínios. Assim, as religiões reforçam, continuamente, o retorno do adulto a sua infância. “Quanto às necessidades religiosas, parece-me irrefutável a sua derivação do desamparo infantil e da nostalgia do pai despertada por ele [...]” (Freud, 2011d, p. 25). Ora, a crença em Deus revela essa necessidade constante de proteção e acalento diante dos desesperos da existência.

É dessa estrutura religiosa que surge a escola como herdeira desse processo de deformação dos indivíduos. É evidente, portanto, que a escola fracassou e fracassará enquanto ela insistir nos tabus que lhe deram origem. A escola é uma instituição de repressão como são as igrejas que, de forma dogmática, efetivam, para além de suas fronteiras arquitetônicas, os seus mecanismos repressivos. Assim, se na antiguidade

clássica, os gregos buscavam, com sua *paidéia*, forjar o homem, por intermédio da gramática, aritmética, retórica e outros temas, para atender as necessidades da *pólis*; os medievais, com suas duas vertentes curriculares, *trivium* e *quadrivium* que compunham as sete artes liberais, buscavam moldar o homem em conformidade com os ditames da igreja católica do período medieval. Com o declínio do papado e ascensão do capitalismo, as metas educacionais se modificaram. Por conseguinte, atender as demandas do mercado capitalista se tornou a prerrogativa dos sistemas educacionais.

A escola, desde sua gênese, atua para atender necessidades externas aos indivíduos e pouco contribuem para que eles possam compreender os seus conflitos internos, suas angústias, seus desesperos ante o princípio da realidade que busca sufocar as determinações do princípio do prazer. A própria escola se alimenta desses conflitos ao reforçar os tabus sexuais que se tornaram parte de sua estrutura educacional, cuja base, nos tempos atuais, está alicerçada em políticas educacionais que derivam seus princípios de uma moral religiosa *décadent* e da lógica capitalista vigente.

Quando os massacres que ocorrem nas escolas exigem um posicionamento da sociedade e do Estado para enfrentá-los, logo surgem propostas, em geral, inócuas, ante a magnitude do problema, para combater a violência escolar, pois são formuladas com base na observação dos efeitos e não das causas. Assim, referenciando-se em um lugar-comum, há as propostas estabelecidas no artigo 4º da Lei Federal de nº 13.185, de 6 de novembro de 2015, que instituiu o *Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying)*:

I - prevenir e combater a prática da intimidação sistemática (bullying) em toda a sociedade; II - capacitar docentes e equipes pedagógicas para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema; III - implementar e disseminar campanhas de educação, conscientização e informação; IV - instituir práticas de conduta e orientação de pais, familiares e responsáveis diante da identificação de vítimas e agressores; V - dar assistência psicológica, social e jurídica às vítimas e aos

agressores; VI - integrar os meios de comunicação de massa com as escolas e a sociedade, como forma de identificação e conscientização do problema e forma de preveni-lo e combatê-lo; VII - promover a cidadania, a capacidade empática e o respeito a terceiros, nos marcos de uma cultura de paz e tolerância mútua; VIII - evitar, tanto quanto possível, a punição dos agressores, privilegiando mecanismos e instrumentos alternativos que promovam a efetiva responsabilização e a mudança de comportamento hostil; IX - promover medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência, com ênfase nas práticas recorrentes de intimidação sistemática (bullying), ou constrangimento físico e psicológico, cometidas por alunos, professores e outros profissionais integrantes de escola e de comunidade escolar (Brasil, 2015).

Além do que é elencado acima, embora não esteja explicitado na lei supracitada, são recorrentes as propostas, também inócuas, de reforço da segurança da escola com policiamento ostensivo. Ora, as investigações de Freud acerca da origem da violência, apresentadas no primeiro capítulo desta tese, foram negligenciadas ou ignoradas pelos autores dessas propostas. Logo, torna-se crucial analisar as causas da violência dentro da perspectiva psicanalítica para que se possa encontrar fundamentos mais sólidos para subsidiar a elaboração de propostas mais efetivas para se prevenir, de um lado, a violência escolar e, do outro, mitigá-la. Em síntese, além das determinações supraindividuais, *Eros* é uma das causas da violência que subordina a pulsão de morte aos seus propósitos, isto é, além dos fatores sociais, deve-se analisar a relevância dos determinantes intrapsíquicos que mobilizam forças que geram violência. Portanto, a repressão é necessária para a existência da civilização. Contudo, a *mais-repressão*, como observou Marcuse (2018), potencializa a pulsão de morte que, ao se intensificar, subordina a pulsão eros em sua dinâmica de destruição.

Encontro a razão para o “antagonismo entre cultura e a sexualidade” nos instintos agressivos profundamente unidos à sexualidade: ameaçam repetidamente destruir a civilização e forçar a cultura a “mobilizar todos os esforços possíveis” contra eles. “Daí o seu sistema de métodos, pelos quais a humanidade tem de ser impelida para identificações e relações de amor privadas de finalidade; daí as restrições à vida sexual.” Mas Freud mostra-nos ainda que esse sistema repressivo não resolve, realmente, o conflito. A civilização mergulha numa dialética destrutiva: as restrições perpétuas sobre Eros enfraquecem, em última instância, os instintos vitais e, assim, fortalecem

e liberam as próprias forças contra as quais eles foram “mobilizados” – as de destruição (Marcuse, 2018, p. 33-34).

Evidencia-se, assim, que há pouco ou nenhum espaço para ser feliz nessa estrutura social repressiva. “O adolescente aprende que as renúncias aos impulsos instintivos que dele se espera não são adequadamente compensadas [...]” (Horkheimer, 2003, p. 114). Com efeito, muitos indivíduos tornam-se resignados, mas os atos de violência contra si, como os suicídios, e contra os outros, como os homicídios e os genocídios, são recorrentes, efeitos dessas restrições à sexualidade. Ademais, torna-se urgente, diante desses efeitos da repressão, que se reconheça que a escola, a família, a igreja e outras instituições sociais são fontes de sofrimento em função dos seus mecanismos repressivos. Segundo Freud (2011d), felicidade e civilização são incompatíveis.

[...] as instituições por nós mesmos criadas não trariam bem-estar e proteção para todos. Contudo, se lembrarmos como fracassamos justamente nessa parte da prevenção do sofrimento, nasce a suspeita de que aí se esconderia um quê da natureza indomável, desta vez da nossa própria constituição psíquica (Freud, 2011d, p. 44).

A escola, cujo nome, ironicamente, deriva da palavra grega *scholé*, tempo livre em português, tornou-se um tempo de encarceramento. Muitos alunos e professores aguardam o sinal sonoro, comum em fábricas, ou a marcação do tempo no relógio, com a indicação do término das aulas, para sentirem uma breve sensação de alívio. Além disso, ainda há a ambiguidade de sentimentos em relação ao professor que, às vezes ou quase sempre, é considerado um incapaz, seja por alunos, pais, autoridades públicas ou personalidades midiáticas. Theodor Adorno (2003a), em seu texto *Tabus acerca do magistério*, fruto de uma conferência radiofônica, expôs a sua concepção de tabu que se tornou uma luz para esclarecer essas questões, sobretudo as que envolvem as relações entre professores e alunos no ambiente escolar e para além desse espaço.

Tabus significam, a meu ver, representações inconscientes ou pré-conscientes dos eventuais candidatos ao magistério, mas também de outros, principalmente das próprias crianças, que vinculam esta profissão como que a uma interdição psíquica que a submete a dificuldades raramente esclarecidas. Portanto utilizo o conceito de tabu de um modo relativamente rigoroso, no sentido da sedimentação coletiva de representações que, de um modo semelhante àquelas referentes a economia, já mencionadas, em grande parte perderam sua base real, mais duradouramente até do que as econômicas, conservando-se porém com muita tenacidade como preconceitos psicológicos e sociais, que por sua vez retroagem sobre a realidade convertendo-se em forças reais (Adorno, 2003a, p. 98).

Essa concepção de Adorno se aproxima, por um lado, à noção de tabu dos soberanos, apresentada por Freud (2017) em seu livro *Totem e tabu* e, por outro, à noção de tabu sexual, apresentada pelo próprio Adorno em seu ensaio *Tabus sexuais e direito hoje*. Em relação a esta noção, Adorno (2015a) considerou que os tabus sexuais são responsáveis por dessexualizar o próprio sexo que é “pasteurizado como *sex*, por assim dizer, como uma variante do esporte; o que nele é diferente permanece um ponto alérgico” (Adorno, 2015a, p. 202). Assim, o sexo é padronizado, plastificado, enlatado, empacotado e vendido como outra mercadoria qualquer com o selo da “assim chamada *bealthy sex life* [vida sexual saudável]” (Adorno, 2015a, p. 202). Esse estilo de vida, considerado pela moral puritana como sexualmente saudável, foi importado para o Brasil, e para outros países industrializados, “por todos os ramos da economia, da indústria cosmética à psicoterapia” (Adorno, 2015a, p. 205). E, com base nessa “vida sexual saudável”, a educação sexual foi inserida nas escolas brasileiras, sobretudo por intermédio das aulas de ciências ou biologia, cujos manuais tratam muito mais da reprodução humana, da higienização do sexo e das doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e AIDS do que, propriamente, do sexo. “Quando a organização da vida já não deixa tempo para o prazer consciente de si mesmo e o substitui pelas práticas fisiológicas, o próprio sexo desinibido dessexualiza-se” (Adorno, 2022, p. 175). Para Adorno (2015a, p. 205), a

Dessexualização da sexualidade deveria ser compreendida psicodinamicamente como a forma do sexo genital, em que este mesmo se transforma em poder de impor tabus e inibe as pulsões parciais ou // as elimina.

Esse pressuposto da dessexualização do sexo se alinha, em certa medida, à concepção de Freud acerca do desenvolvimento da sexualidade em direção à meta sexual normal, isto é, ao sexo genital, destinado à reprodução, que subordina as pulsões parciais ligadas à perversão. “Não escapou a Freud que essa integração na sexualidade genital é de natureza precária, e ele, burguês completamente patriarcal, lamentou isso” (Adorno, 2015a, p. 205). Agora, em relação à noção de tabu dos soberanos, Freud (2017, p. 93) esclareceu que

Em muitos povos selvagens, o rigor das restrições do tabu para os reis-sacerdotes teve uma consequência que é historicamente significativa e especialmente interessante para nossos pontos de vistas. A dignidade de rei-sacerdote deixou de ser algo desejável; quem estivesse na iminência de assumi-la, muitas vezes empregava todos os meios para se esquivar dela. Assim, no Camboja, onde há um rei do fogo e outro da água, muitas vezes é necessário obrigar os sucessores a aceitar o título à força. Em Niue, ou Ilha Selvagem, uma ilha de coral no oceano Pacífico, a monarquia realmente acabou porque não se encontrou mais ninguém que estivesse disposto a assumir a responsável e perigosa tarefa. “Em algumas partes da África ocidental, um conselho secreto se reúne após a morte do rei para determinar o sucessor. O escolhido é capturado, amarrado e mantido sob custódia na casa dos fetiches até que tenha se declarado disposto a aceitar a coroa. Ocasionalmente, o provável sucessor ao trono encontra maneiras de esquivar da honra que lhe foi destinada; assim, conta-se de um chefe que costumava andar armado dia e noite para resistir com violência a qualquer tentativa de sentá-lo no trono.” Entre os negros de Serra Leoa, a resistência à aceitação da dignidade real era tão grande que a maioria das tribos era forçada a transformar estrangeiros em reis.

Com efeito, a partir da síntese desses dois tabus, os dos reis-sacerdotes e os sexuais, o professor é compreendido como um soberano sem soberania, um indivíduo dessexualizado que possui um cargo indesejável. Segundo Adorno (2003a, p. 102-103), “O professor é o herdeiro do monge; depois que este perde a maior parte de suas

funções, o ódio ou a ambiguidade que caracterizava o ofício do monge é transferido para o professor.”

Que este imaginário é exitoso em firmar a crença de que o professor não é um senhor, mas um fraco que castiga ou um monge sem cargo, isto pode ser comprovado de maneira drástica no plano erótico. Por um lado, ele não tem função erótica; por outro, desempenha um grande papel erótico, para adolescentes deslumbrados, por exemplo. Mas na maioria dos casos apenas como objeto inatingível; basta que se observem nele leves traços de simpatia, para difamá-lo como injusto. A característica de ser inatingível associa-se à imagem de um ser tendencialmente excluído da esfera erótica. Numa perspectiva psicanalítica, esse imaginário do professor relaciona-se à castração (Adorno, 2003a, p. 107-108).

O professor, “um fraco que castiga”, torna-se alvo de expiação. Um ser que pode ser sacrificado para salvar o sistema. Mas ele é apenas a ponta de lança de um sistema repressivo. É bem conhecida a música do Pink Floyd, *Another brick in the wall*. Em seu clipe, um aluno, oprimido pelo professor, imagina uma rebelião de estudantes que destroem a escola e lançam o professor tirano em uma fogueira, formada pelos entulhos do prédio destruído pelos amotinados. É mais fácil rebelar-se, mesmo que de forma ficcional, contra o professor, e a instituição que ele representa. Com efeito, passou a ser comum os episódios em que membros de uma determinada comunidade escolar, como pais e alunos, que também pertencem a uma determinada comunidade religiosa, se dispõem ao confronto com um professor em assuntos que, em tese, ele é um especialista. Mas, tais membros, não possuem a mesma disposição em relação ao padre ou ao pastor que os reprimem, sobretudo em questões relacionadas ao sexo. Na hierarquia que estrutura a sociedade, o professor não ocupa uma boa posição, sobretudo financeira. A profissão de professor, como é notório, não tem aquele prestígio social que muitos aspiram. E ainda, segundo Adorno (2003a, p. 115), “a deformação psicológica de muitos professores perdura [...]”.

Esta imagem do quase castrado, da pessoa neutralizada ao menos eroticamente, não livremente desenvolvida, esta imagem de pessoas

descartadas na concorrência erótica, corresponde à infantilidade real ou imaginária do professor. Remeto ao grande romance *Professor Unrat*, de Heinrich Mann, conhecido da maioria provavelmente apenas na versão *kitsch* do filme *O anjo azul*. O tirano da escola, cuja decadência forma o conteúdo da obra, não tem a imagem transfigurada pela fachada de humor, como ocorre no filme. Ele de fato se relaciona com a prostituta, respeitosamente tratada por ele como uma artista chamada *Fröhlich*, exatamente como o fazem seus alunos secundaristas. Identifica-se com eles, como Heinrich Mann destaca explicitamente no texto. Ele o faz com todo o seu horizonte intelectual e todas as suas formas de reação: ele mesmo é efetivamente uma criança. Nessa medida acrescenta-se ao desprezo pelo professor um aspecto suplementar: por mover-se num ambiente infantil que é o seu ou ao qual se adapta, ele não é considerado inteiramente como adulto, ao mesmo tempo em que de fato é um adulto que deriva suas exigências desta sua existência como tal. Sua dignidade desajeitada continua a ser experimentada como uma compensação insuficiente dessa discrepância (Adorno, 2003a, p. 108-109).

Esta imagem do professor, delineada por Adorno com ilustrações de Heinrich Mann, retrata, além de um indivíduo em decadência, uma sociedade que mandou às favas os seus escrúpulos. O romance *O Anjo Azul (Professor Unrat)*, cuja primeira publicação foi em 1905, evidencia a ambiguidade moral dos moradores de uma cidade portuária alemã, em um período que antecedeu à ascensão do nazismo. Unrat (em alemão), Lixo (na tradução literal para o português) ou Rato (tradução da edição brasileira de 1995 utilizada nesta tese), era o professor do ginásio local, um homem que havia se tornado um censor moral da escola e, por extensão, da cidade. “Como seu nome era Raat, a cidade inteira o chamava de Rato” (Mann, 1995, p. 5).

Nenhum banqueiro, nenhum monarca participava mais fortemente do poder e nenhum também estava mais interessado na manutenção do existente do que Rato. Exaltava-se por qualquer autoridade; no sigilo de seu quarto de estudos, enfurecia-se contra os trabalhadores, que, caso tivessem atingido seus objetivos, provavelmente teriam feito com que pagassem melhor a Rato. Prevenia, de modo sombrio, os jovens professores assistentes, mais tímidos que ele e com os quais ousava falar, contra a nociva mania do espírito moderno de abalar os princípios. Estes, ele queria sólidos: uma igreja influente, um sabre robusto, obediência restrita e costumes rígidos, embora fosse completamente incrédulo e, consigo próprio, capaz de um liberalismo sem limites. Mas, como tirano, sabia como se obtêm escravos e como era possível domar a plebe, o inimigo e os cinquenta mil alunos indisciplinados que o atormentavam (Mann, 1995, p. 37).

O prazer do professor Unrat era ver a ruína dos alunos e saber que contribuiu para ela. Ele era um sádico. Suas avaliações eram feitas para que seus alunos não conseguissem atingir a nota para a aprovação ou os objetivos da classe, como ele enfatizava. Unrat, como Lucien, era um “pequeno grande homem”. A artista Fröhlich, do cabaré Anjo Azul, que se tornou a sua esposa, pensava que “ele era uma criança velha [...]” (Mann, 1995, p. 155). O seu poder estava em sua cátedra, em seu título de “professor doutor” e em seu poder de reprovar os estudantes e, com isso, dificultar-lhes ou tornar impossível o desenvolvimento de suas carreiras acadêmicas ou profissionais. “Como ele havia passado a vida inteira em escolas, ficou-lhe negado enquadrar os meninos e suas coisas na perspectiva do homem experiente” (Mann, 1995, p. 11). E, assim, transformou Lohmann, um de seus alunos que frequentava o Anjo Azul, em um arqui-inimigo. Fröhlich, que “praticava o adultério com toda a circunspeção e a total cerimônia da mulher casada a sério [...]” (Mann, 1995, p. 185), poderia ter relações sexuais com qualquer homem, menos com Lohmann, assim decidiu o seu marido.

Unrat, a personificação da deformação do indivíduo, ao ser demitido da escola, por infringir a moralidade pietista de uma sociedade regida por tabus, perdera o seu instrumento, a sua cátedra, que há décadas utilizava para arruinar os seus alunos. Assim, procurou outro expediente para os seus propósitos. “A artista Fröhlich deveria contribuir para a ruína de todos eles” (Mann, 1995, p. 154). A sua casa foi então transformada em um cassino e, a senhora Unrat, a armadilha para atrair os clientes e arruiná-los nas mesas de jogos por meio das apostas que perdiam. “Sua casa era a mais luminosa da cidade, era a mais relevante, a mais prenhe de destinos” (Mann, 1995, p. 188). Lohmann, considerado por Fröhlich como o último da fila para relacionar-se sexualmente com ela, retorna à cidade portuária, depois de um período distante. Ao encontrá-la, disse-lhe:

O que a prezada senhora deve ter-se tornado para estes provincianos! Uma soberana da fortuna e do sangue, uma destruidora adorada. Uma Semíramis,

que sei eu? Todos se jogam no abismo espontaneamente, tomados pelo delírio, não é verdade? (Mann, 1995, p. 206).

E, percebendo o desfecho de suas escolhas, Unrat, certa vez, disse a sua esposa: “Uma coisa é certa entre todas as outras: aquele que consegue escalar os mais luminosos picos, este também se torna íntimo dos mais impenetráveis abismos” (Mann, 1995, p. 181). E com o girar da roda da fortuna (sorte) repete-se a sina agostiniana. “O meu amor é o meu peso. Para qualquer parte que vá, é ele quem me leva” (Santo Agostinho, 1999, p. 383). Unrat compreendia então que

Sua sensualidade tardia – esta sensualidade arrancada à força de um corpo ressequido, graças a uma lenta sedução subterrânea, que, chamejando de modo violento e nada natural, havia mudado sua vida, levado seu espírito a extremos, torturava-o agora com imagens (Mann, 1995, p. 146).

Embora fosse viúvo e pai de um jovem, Unrat vivenciava com a artista Fröhlich, que o surpreendeu ao revelar que já era mãe, as sensações de um primeiro amor e transformava o que sentia em atos extremos. Ele a amava, mas não era amado por ela. A estrela do cabaré Anjo Azul, como ela disse ao professor Unrat, se submetia a essa relação sem amor recíproco para conseguir recursos suficientes para que a sua filha, a Mimi, pudesse ter uma outra condição, bem diferente dos caminhos que escolheu.

Eu espero que você não esteja pensando que eu levo esta vida imbecil pra lhe agradar, e pra que você acabe com seus homenzinhos. Não senhor, se não fosse pela Mimi – mas pela Mimi eu preciso ganhar alguma coisa. Para que a Mimi um dia seja diferente de sua mãe (Mann, 1995, p. 193).

E, na balança das trocas mercantis, pesava-se de um lado a promessa de um apartamento feita por Unrat à Fröhlich, móveis, roupas e outras coisas que ele a presenteava e, no outro prato da balança, o corpo da bela artista. Um vinho, passeios negados, olhos que fugiam. Corpos quentes. Almofadas. Flores sobre a mesa. Vida seca. Copos vazios.

Imagem 1: Marlene Dietrich e Emil Jannings em O Anjo Azul.



Fonte: <https://www.dn.pt/cultura/professor-unrat-a-actualidade-de-um-classico-a-descobrir--16306385.html#media-4>

Segundo Adorno (2022, p. 28), “O casamento como comunidade de interesses significa irrecusavelmente a degradação dos interessados [...]”. O casal Unrat sentia as dores dessa degradação causada pelas feridas da “deformação burguesa do sexo, da sua turva mescla com todo o tipo de interesses materiais, do matrimónio como compromisso indigno [...]” (Adorno, 2022, p. 184). Situação distante daquela que Marx (1989b, p. 234) ponderou ao considerar que nas relações humanas, “o amor só poderá permutar-se com o amor [...]”. Ele ainda acrescentou: “se alguém através da manifestação vital enquanto homem que ama não se transforma em pessoa amada, é porque o seu amor é impotente e uma infelicidade” (Marx, 1989b, p. 235). Unrat sentia toda essa impotência e infelicidade. Ele sentia as dores de não ser amado e de ser menosprezado por seus alunos, pela artista Fröhlich, pelo seu próprio filho e tantas outras pessoas na cidade portuária. Como consequência, nutria em si, além do sadismo, o masoquismo.

Seu amor, que ele precisava ferir diariamente a fim de alimentar seu ódio, incitava este ódio a um ardor cada vez mais insano. Amor e ódio aturdiavam-se mutuamente, de maneira impetuosa e assustadora. Rato tinha a sedenta visão da humanidade espremida, implorando por misericórdia; da cidade se espatifando e ficando deserta; de um monte de ouro e sangue se dissipando no cinzento do acaso das coisas (Mann, 1995, p. 192).

Como se observa, a deformação do indivíduo, que se amplia com os tabus sexuais, tem uma relação intrínseca com o processo de reificação, conforme a terminologia marxista. A alienação, cuja causa, segundo Marx, é a exploração do trabalho, humaniza as coisas e desumaniza os indivíduos. Porém, enquanto o marxismo situa a alienação como causa da reificação, é lícito supor, com fundamento na psicanálise, que a deformação do indivíduo é a causa da alienação, isto é, os tabus sexuais, ao deformarem os indivíduos, desencadearam um processo de alienação e, por consequência, de reificação. Segundo Marcuse (2018, p. 194),

Num mundo alienado, os espécimes do gênero confrontam-se mutuamente: pai e filho, macho e fêmea, depois, amo e servo, patrão e empregado; estão inter-relacionados, primeiramente, em modos específicos da alienação universal. Se e quando deixam de o estar evoluindo para relações verdadeiramente pessoais, retêm ainda a repressividade universal que superam à medida que dominam e abrangem o negativo. Então, já não requerem tratamento.

Assim, conforme o supracitado, a incapacidade de ver o outro indivíduo como humano não é um fenômeno exclusivo do modo de produção capitalista. Ao se buscar as raízes desse fenômeno de alienação, encontra-se a repetição da refeição totêmica, a rememoração do assassinato do pai primordial que foi reificado ao ser transformado em alimento. Os filhos, que o mataram, se nutriram do seu corpo. Ora, a exploração do trabalho é um processo pelo qual um indivíduo se alimenta do outro, seja em uma antropofagia real ou figurada, na qual, em termos marxistas, o trabalho vivo é transformado em trabalho morto na forma de mercadoria. Para Adorno (2022, p. 240),

[...] a deformação não é nenhuma doença de que sofrem os homens, mas da sociedade, que gera os seus filhos, segundo a projeção que o biologismo faz em face da natureza: com "taras hereditárias". Só enquanto o processo, que se implanta com a transformação da força de trabalho em mercadoria, se impõe a todos os homens sem exceção, reifica e torna ao mesmo tempo comensurável *a priori* cada um dos seus movimentos num jogo de relações de troca, é possível que a vida se reproduza sob as relações de produção dominantes. A sua total organização exige a união dos mortos.

Ora, o professor Unrat só conseguia ver a artista Fröhlich como uma coisa, um troféu que ele achava ter sido o único a conquistar e, assim, se considerava superior aos demais, sobretudo em relação aos seus alunos. Mas ele, em seu abismo, vivia como uma coisa entre coisas, uma mesa, uma cadeira ou um livro, e se relacionava com pessoas que também viviam como coisas. O próprio Unrat dizia a si mesmo: “Eu sou um autêntico Rato” (Mann, 1995, p. 196), embora se enfurecesse quando era chamado de “Rato” pelos seus alunos, porém, aceitava de bom grado ser chamado de “ratinho” pela sua amada artista. E como bem compreendeu Ferreira Gullar (2008, p. 78), “O homem está na cidade como uma coisa está em outra [...] mas variados são os modos como uma coisa está em outra coisa [...]”

Cada uma dessas coisas é um todo de muitas propriedades e pode, portanto, ser útil, sob diversos aspectos. Descobrir esses diversos aspectos e, portanto, os múltiplos modos de usar as coisas é um ato histórico. Assim como também o é a descoberta de medidas sociais para a quantidade das coisas úteis (Marx, 1996, p. 165).

Ao investigar as propriedades da mercadoria, Marx (1996) compreendeu que ela é uma coisa que se apresenta como uma dupla forma, isto é, a mercadoria é uma coisa que tem valor de uso e valor de troca. O valor de uso refere-se a sua utilidade e o valor de troca, por conseguinte, o que se paga para obter essa utilidade. “A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie” (Marx, 1996, p. 165). Contudo, no desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista, há uma inversão desses dois valores que compõem a mercadoria, isto é, o valor de troca passou

a subordinar o valor de uso. Esse fenômeno, conceituado por Marx como fetichismo, transforma o valor real em não-real e o fetiche, não-real, ganha a aparência de real. O valor real, vinculado à quantidade de trabalho empregado para produzir utilidades ou coisas úteis, se dissipa ante esse fenômeno que transforma a mercadoria em fetiche.

Nessa maquinaria de desumanização dos seres humanos, os indivíduos, ao serem reificados, são transformados em meios, isto é, em instrumentos de trabalho destinados à produção de mercadorias e, ao viverem como coisas, produzem, em suas relações, outras coisas, animadas ou inanimadas. O professor, em seu ofício, produz o homem, conforme as determinações do sistema vigente, para atender as demandas de um determinado modo de produção. Ao se falar, por exemplo, de “mercado de trabalho” no modo de produção capitalista, fala-se de um mercado de compra e venda de trabalho humano alienado. Segundo Adorno (2022, p. 241), “Sob o *a priori* do mercantil, o vivo enquanto vivo transformou-se em coisa, em equipamento.” O salário que um trabalhador recebe, dentro dessa lógica de reificação, é o seu valor de troca. O seu valor de uso está em sua capacidade de produzir coisas úteis para atender as exigências do sistema. O professor Unrat, como já citado, ficava enfurecido com os trabalhadores, pois presumia que receberia um salário melhor, “caso tivessem atingido seus objetivos [...]” (Mann, 1995, p. 37). Porém, na condição de alienado, ele não percebia que, como professor, também era um trabalhador, um equipamento do sistema capitalista para atender as demandas do mercado.

A relação do professor Unrat com a artista Fröhlich exemplifica a reificação dentro das esferas mais íntimas da vida humana. Eles permutavam, com suas vidas, valores de uso e valores de troca. Segundo Zuin (2012, p. 93), “resta a promessa de que a dor reprimida possa ser diminuída por meio da identificação com os valores de fetiches cada vez mais sedutores e violentos.” Nessa promessa de mitigação das dores, a mercantilização do sexo expandiu e se diversificou mediada pela indústria cultural, com destaque para este primeiro quarto do século XXI, cujas transformações tecnológicas deram origem às plataformas de *streaming* e, com isso, impulsionaram o

surgimento das *camgirls*, uma das faces visíveis de uma cadeia produtiva que gera, globalmente, bilhões de dividendos com as produções de conteúdos eróticos classificados como adulto, mas que podem ser acessados, em sites de compartilhamento de conteúdo pornográfico, por qualquer pessoa e de qualquer parte do planeta com acesso à internet.

As novas tecnologias da informação flexibilizaram as produções em série da indústria pornográfica ao transformá-la em indústria pornográfica *on-line*. A pornografia da era fordista, com sua rigidez nos processos de acumulação de capital, é substituída, de forma acelerada, pela pornografia da acumulação flexível de capital que caracteriza o toyotismo. Adorno e Horkheimer (1985, p. 131) consideraram que “A produção em série do objeto sexual produz automaticamente seu recalçamento.” Ao atualizar essa consideração, conclui-se que a flexibilização da produção do objeto sexual intensificou esse recalçamento com o sexo remoto. Segundo Adorno e Horkheimer (1985, p. 131), “As obras de arte são ascéticas e sem pudor, a indústria cultural é pornográfica e puritana.” Refletindo acerca deste tema com base na terminologia nietzschiana, subsidia-se o supracitado com os seguintes termos: enquanto a arte é dionisíaca e apolínea, os produtos da indústria cultural expressam a *décadence*. E como já aludido, a indústria cultural, em seu processo de dessublimação, intensificou os mecanismos repressivos.

A violência da sociedade industrial instalou-se nos homens de uma vez por todas. Os produtos da indústria cultural podem ter a certeza de que até mesmo os distraídos vão consumi-los alertamente. Cada qual é um modelo da gigantesca maquinaria econômica que, desde início, não dá folga a ninguém, tanto no trabalho quanto no descanso, que tanto se assemelha ao trabalho (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 119).

A estética de justificação do assassinato do outro, por ser diferente, foi então instaurada quando a indústria cultural passou a ser utilizada como meio de propagação de falsas ideias supremacistas. E, se no século XIX, circulavam tais ideias nos círculos da pseudociência, representada pelo positivismo, houve, no século XX, a

ampliação desse círculo para além das fronteiras acadêmicas. O eurocentrismo se popularizou por meio das telas de cinema e, assim, o racismo foi estetizado em películas que justificavam, para os indivíduos massificados, as razões para o extermínio de um determinado grupo humano. “Goebbels foi um dos que percebeu a dimensão do sortilégio da indústria cultural cinematográfica e procurou adaptar sua lógica aos filmes que dirigiu durante o período da Alemanha nazista” (Zuin, 2012, p. 96).

Nesse transcurso, a estética da pulsão de morte ganhou seus contornos em filmes que exaltavam, por um lado, o partido nazista como no filme *Triumph des Willens* (*O Triunfo da Vontade*), de 1935, dirigido por Leni Riefenstahl e, por outro, em películas que associavam os judeus aos ambientes imundos e aos ratos como no filme *Der Ewige Jude* (*O eterno judeu*), de 1940, dirigido por Fritz Hippler. Nesse filme, *O eterno judeu*, exibe-se, em suas cenas finais, as práticas judaicas conhecidas como *Kosher* de abater os animais, como os bovinos, para o consumo da comunidade judaica. Essas cenas são exibidas com a advertência prévia de serem as cenas reais mais horróveis que já foram filmadas e, em seguida, aconselham as pessoas sensíveis a não assistirem. O narrador do filme explica que os judeus, por não comerem carne com sangue, deixam os animais, no abate *Kosher*, sangrarem até eliminar o máximo possível de sangue. As cenas são acompanhadas pela apresentação da oposição do partido nazista (nacional-socialismo) ao tipo de abate praticado pelos judeus, considerado, pelos nazistas, como cruel e desumano. “O Nacional-Socialismo, é verdade, gabava-se da sua proteção aos animais, mas só com o fito de humilhar ainda mais aquelas ‘raças inferiores’ que eram tratadas como simples animalidade” (Horkheimer, 2003, p. 108-109). Assim, após a exibição dessas cenas, o narrador afirma que o pensamento e o sangue dos judeus nunca mais poluirão a nação alemã sob a liderança de Hitler. Introduz-se aí, já nesse filme de 1940, a justificativa nazista para a utilização de câmaras de gás para o extermínio de judeus nos campos de concentração e extermínio. Do plano cinematográfico ao real, os nazistas não utilizaram uma tradição, como o abate *Kosher*, para o extermínio de judeus

em Auschwitz, mas, sim, a ciência, os avanços tecnológicos nos campos das engenharias, da indústria química, da medicina, da logística e de outras áreas da ciência. Essa é a máxima expressão do triunfo da razão subjetiva ou instrumental, cuja ascensão ocorreu enquanto declinava a razão objetiva. Horkheimer (2003, p. 29) argumentou que “Tendo cedido em sua autonomia, a razão tornou-se um instrumento. [...] Seu valor operacional, seu papel no domínio dos homens e da natureza tornou-se o único critério para avaliá-la.”

O poema de Baudelaire sobre a mártir do sexo, vítima do crime, celebra de modo alegórico a santidade do prazer na terrivelmente libertadora natureza morta do delito, mas a embriaguez à vista do corpo nu e decapitado é já semelhante à que impelia as futuras vítimas do regime de Hitler a comprar, ansiosas e paralisadas, os jornais em que apareciam as medidas que anunciavam o seu ocaso. O fascismo foi a sensação absoluta: numa declaração da época do primeiro *pogrom*, Goebbels gabava-se de que ao menos os nacional-socialistas não estavam aborrecidos. No III *Reich*, saboreava-se o terror abstrato da notícia e do boato como o único estímulo que bastava para incentivar momentaneamente o debilitado *sensorium* das massas. Sem a quase irresistível violência da ânsia de parangonas, que sufocantemente leva o coração a constranger-se no mundo pré-histórico, o indizível não teria sido suportado pelos espectadores, nem sequer pelos autores. No decurso da guerra, ofereceram-se, por fim, aos alemães notícias horríficas em grande e sem dissimulação do lento colapso militar. Conceitos como sadismo e masoquismo já não são suficientes. Na sociedade de massas de difusão técnica, ambos estão mediados pela sensação, pela novidade meteórica, teledirigida, extrema. Esta domina o público que, sob o efeito do choque, se vira e esquece quem sofre as atrocidades, se ele mesmo ou os outros (Adorno, 2022, p. 248-249).

Nesta era do entorpecimento das sensações, o choque, causado pelo terror, é dissipado pela estetização da morte em produtos venais. O indivíduo, convertido em espectador, na ânsia do próximo choque, torna-se verdugo de si e do outro. E é nesta insanidade sadomasoquista que a indústria cultural fixou a suas raízes e, assim, absorve e circula padrões fascistas que potencializam as pulsões destrutivas. É crucial que se investigue, diante do exposto, os mecanismos psíquicos de justificação do assassinato do outro por ser diferente. Convém então destacar que o alerta, desses indícios de justificação, já havia sido feito por Heinrich Mann (1995), pois o expediente

nazista de associar os judeus a algo imundo ou aos ratos, foi semelhante ao utilizado, anteriormente, pelos alunos do professor Raat e pelos moradores da cidade portuária alemã que o chamavam de Unrat (Lixo ou Rato) no romance *Professor Unrat*, de 1905, adaptado para o cinema, na produção alemã de 1930, com o nome de *Der Blaue Engel* (*O Anjo Azul*) e dirigido por Josef von Sternber. Essa película levou Marlene Dietrich ao estrelato e, ao mesmo tempo, expressou, nas telas de cinema, para além das letras literárias, os tabus acerca do professor, conforme assinalou Theodor Adorno (2003a).

Ao ser associado ao “lixo”, o professor Raat simbolizava a moralidade decadente da sociedade prussiana. Os professores eram os guardiões dessa moral ambígua, os monges sem cargos, como já disse Adorno (2003a). Porém, não é algo exclusivo de alunos oprimidos, ou de adeptos da extrema-direita, o fato de associar seus desafetos ou adversários políticos a condições imundas ou a determinados animais como os ratos.

A indignação pelas atrocidades cometidas torna-se tanto menor quanto mais dissemelhantes do leitor normal são os afetados, quanto mais obscuros, “sujos” e *dagos* [termo depreciativo utilizado nos Estados Unidos para designar pessoas de origem latina]. Isto diz tanto do crime em si como dos que o presenciam. Nos antissemitas, talvez o esquematismo social da percepção esteja configurado de tal modo que não conseguem ver os judeus como homens. A tão ouvida afirmação de que os selvagens, os negros ou os japoneses parecem animais, porventura macacos, contém já a chave do *pogrom*. A sua possibilidade fica já decidida no momento em que o olho de um animal mortalmente ferido dá com o homem. A obstinação com que este desvia de si esse olhar – “é apenas um animal” – repete-se sem exceção nas crueldades infligidas aos homens, nas quais os executores têm continuamente de se persuadir do “é só um animal”, porque já nisso não podiam acreditar nem sequer no animal. Na sociedade repressiva, o próprio conceito de homem é a paródia da semelhança humana. Deve-se ao mecanismo da “projeção pática” que os detentores do poder reconhecem como homens só a sua própria imagem refletida, em vez de refletirem o humano como o diferente. O assassinio é, então, o intento reiterado de dissimular na razão a insânia dessa falsa percepção, mediante uma insânia maior: o que não se viu como homem, mas todavia é homem, torna-se coisa para que já não possa contradizer, por meio de movimento algum, a maníaca visão (Adorno, 2022, p. 107).

Esse fenômeno, descrito acima por Adorno, se intensificou na história recente do Brasil. Neste país, algumas pessoas, consideradas de esquerda, classificam os grupos de extrema-direita, representados no Brasil pelos bolsonaristas, como “gado” por meio de memes que circulam nas mídias sociais. Paralelo a isso, a picanha, um corte de carne bovina muito apreciado pelos brasileiros, tornou-se um dos *slogans* da campanha política da coalizão de centro-esquerda liderada por Lula nas eleições presidenciais de 2022. Por sua vez, os bolsonaristas chamam os seus opositores de “petralhas” em alusão ao desenho da Disney, os *Irmãos Metralha*, uma quadrilha de ladrões formada por cães. Como se observa, a distinção entre *in-group* e *out-group* independe do posicionamento político, pois a deformação do indivíduo afeta pessoas dos diferentes espectros políticos, seja da esquerda, do centro, da direita ou dos extremos. Mas enquanto o rato é considerado um animal repugnante, exceto nos desenhos do *Mickey Mouse*, criado por Walt Disney em 1928 e transformado em um ícone mundial, e os cães, animais domésticos, embora na China ele seja uma iguaria, o gado é utilizado no Brasil, e em outros países, como alimento e, novamente, retoma-se, politicamente, os rituais antropofágicos que caracterizam a história da espécie humana. Essa associação entre um bolsonarista e um bovino converge para transformá-lo em um animal totêmico, consequentemente, em um animal sacrificial. A violência simbólica que aí se manifesta tem o potencial de se materializar no plano real.

Sabe que as palavras, como diz Brice-Parain, são “pistolas carregadas”. Quando fala, ele atira. Pode calar-se, mas uma vez que decidiu atirar é preciso que o faça como um homem, visando o alvo, e não como uma criança, ao acaso, fechando os olhos, só pelo prazer de ouvir os tiros. Tentaremos mais adiante determinar qual poderia ser o objetivo da literatura. Mas desde já podemos concluir que o escritor decidiu desvendar o mundo e especialmente o homem para os outros homens, a fim de que estes assumam em face do objeto, assim posto nu, a sua inteira responsabilidade. Ninguém pode alegar ignorância da lei, pois existe um código e a lei é a coisa escrita: a partir daí, você é livre para infringi-la, mas sabe os riscos que corre. Do mesmo modo, a função do escritor é fazer com que ninguém possa ignorar o mundo e considerar-se inocente diante dele. E uma vez engajado no universo da linguagem, não pode nunca mais fingir que não sabe falar: quem entra no universo dos significados, não consegue mais sair; deixemos as palavras se organizarem em liberdade, e elas

formarão frases, e cada frase contém a linguagem toda e remete todo o universo; o próprio silêncio se define em relação às palavras, assim como a pausa, em música, ganha o seu sentido a partir dos grupos de notas que a circundam. Esse silêncio é um momento da linguagem; calar-se não é ficar mudo, é recusar-se a falar – logo, ainda é falar. Portanto, se um escritor decidiu calar-se diante de um determinado aspecto do mundo, ou, como diz a locução corrente, particularmente expressiva, decidiu *deixar passar em silêncio*, é legítimo propor-lhe uma terceira questão: por que você falou disso e não daquilo, e já que você fala para mudar, por que deseja mudar isso e não aquilo? (Sartre, 2004, p. 21-22).

As palavras podem matar, como adverte Sartre. As palavras pronunciadas por Bolsonaro, o “pequeno grande homem” que se tornou presidente do Brasil (2019-2022), ao ser eleito, democraticamente, em 2018, foram decisivas para ampliação dos grupos antivacinas no território brasileiro e para os acontecimentos de 8 de janeiro de 2023, quando as sedes dos Três Poderes do Brasil, o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF), foram invadidas por bolsonaristas de extrema-direita ensandecidos por um extremismo religioso. Do plano da linguagem ao plano real, a história demonstra que, nas disputas políticas pelo poder, há a tendência de eliminação de opositores quando as instituições democráticas, como o poder judiciário, não atuam como contrapeso. Os assassinatos que ocorrem, catalisados por fatores políticos, foram justificados, anteriormente, com a desqualificação dos opositores em sua condição humana. Esse processo de desqualificação do outro, que deixa de ser percebido como humano, ocorre por intermédio de projeções que se tornam, como ressaltaram Adorno e Horkheimer (1985), em patológicas quando o indivíduo não distingue o que é produto de sua realidade psíquica, isto é, de seu interior, e o que é do mundo exterior ou realidade factual.

O anti-semitismo baseia-se numa falsa projeção. Ele é o reverso da mimese genuína, profundamente aparentada à mimese que foi recalcada, talvez o traço caracterial patológico em que está se sedimenta. Só a mimese se torna semelhante ao mundo ambiente, a falsa projeção torna o mundo ambiente semelhante a ela. Se o exterior se torna para a primeira o modelo ao qual o interior se ajusta, o estranho tornando-se familiar, a segunda transpõe o

interior prestes a saltar para o exterior e caracteriza o mais familiar como algo de hostil. Os impulsos que o sujeito não admite como seus e que, no entanto, lhe pertencem são atribuídos ao objeto: a vítima em potencial. Para o paranóico usual, sua escolha não é livre, mas obedece às leis de sua doença. No fascismo, esse comportamento é adotado pela política, o objeto da doença é determinado realisticamente, o sistema alucinatório torna-se racional no mundo, e o desvio a neurose. O mecanismo que a ordem totalitária põe a seu serviço é tão antigo quanto a civilização. Os mesmos impulsos sexuais que a raça humana reprimiu souberam se conservar e se impor num sistema diabólico, tanto dentro dos indivíduos, quanto dos povos, na metamorfose imaginária do mundo ambiente. O indivíduo obcecado pelo desejo de matar sempre viu na vítima o perseguidor que o forçava a uma desesperada e legítima defesa, e os mais poderosos impérios sempre consideraram o vizinho mais fraco como uma ameaça insuportável, antes de cair sobre eles. A racionalização era uma finta e, ao mesmo tempo, algo de compulsivo. Quem é escolhido para inimigo é percebido como inimigo. O distúrbio está na incapacidade de o sujeito discernir no material projetado entre o que provém dele e que lhe é alheio (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 174-175).

Assim, por meio de palavras e outros símbolos linguísticos, como os memes, o outro, escolhido para ser inimigo, passa a ser designado e percebido como “sujo” ou como “rato” ou outra espécie de animal. Segundo Adorno e Horkheimer (1985, p. 182), “A falsa projeção é o usurpador do reino da liberdade e da cultura; a paranóia é o sintoma do indivíduo semicultivado. Para ele, todas as palavras convertem-se num sistema alucinatório [...]”. Com efeito, em decorrência dessa falsa projeção ou “projeção pática”, a violência se acentua nos extremos políticos, isto é, extrema-direita ou extrema-esquerda, pois, na metáfora da curvatura da vara apresentada por Lênin, os extremos se aproximam em sua radicalidade. Seja nas revoluções burguesas, como a Revolução Francesa, ou nas revoluções proletárias, como a Revolução Russa, a violência, impulsionada por *Eros*, foi uma das genitoras dos regimes nascentes. Uma terceira via, que emergiu como saída ante esses extremos, foi a *New Left* (Nova Esquerda), cujas propostas foram referenciadas nas concepções do filósofo Herbert Marcuse. Contudo, foram os extremismos que ganharam força nas últimas décadas, sobretudo os extremismos de direita coadunados com religiosos que, além de corroerem os pilares da democracia, potencializaram as forças destrutivas inerentes à espécie humana.

Em se tratando de antropofagia, vários filmes rememoram o assassinato do pai primordial. Os sucessos de clássicos da Disney, que alcançaram públicos de diferentes idades, como o ministro da propaganda da Alemanha, durante o regime nazista, Joseph Goebbels, se deve à história oculta no enredo dessas produções cinematográficas. “Num documentário exibido pela British Broadcasting Corporation (BBC), Goebbels comentou que seus filmes prediletos eram *Branca de Neve* e *Ben Hur* [...]” (Zuin, 2012, p. 97). Em relação às produções cinematográficas da Disney, como *Branca de Neve*, *Cinderela* entre outras produções, há, com frequência, a morte do genitor ou da genitora, ou de ambos, como no caso de *Frozen* em que os pais das princesas, Anna e Elsa, morreram em um naufrágio.

O conto da “Branca de Neve” exprime melhor do que nenhum outro a melancolia. A sua imagem pura é a rainha que, através da janela, contempla a neve e deseja para a sua filha a beleza viva e inanimada dos flocos, a sombria tristeza do caixilho da janela, o sangue vermelho da sua picada; e, em seguida, morre no parto. O final feliz nada disso apaga. Como a concessão significa a morte, a salvação permanece aparência (Adorno, 2022, p. 124-125).

Um espectador atento, porém, sem fundamentos psicanalíticos, diria que a morte dos pais nessas produções infantis teria o objetivo de preparar os filhos para a perda de seus genitores. Mas, ao se analisar esses filmes por meio da óptica psicanalítica, observa-se a presença dos dois tabus fundamentais do totemismo: a proibição de matar o substituto do pai primordial e a proibição do incesto que coincidem com complexo de Édipo. Esses crimes, transformados em tabus, são rememorados, cotidianamente, pelos seres humanos, seja na eucaristia cristã ou em produções midiáticas. As religiões e a indústria cultural souberam canalizar esses horrores em devoção sacra e profana.

A substituição do sistema psíquico do complexo de Édipo por uma espécie de parricídio imagético também foi observada por Adorno no livro intitulado *Minima moralia*, ou seja, na sociedade cujas produção e reprodução da vida se tornaram profundamente lesadas, arrefece-se também a força da imagem da figura paterna [...] (Zuin, 2012, p. 118).

Essa mutilação psíquica do indivíduo é uma das consequências mais contundentes de sua deformação. O declínio da figura paterna e, por conseguinte, de sua substituição, enquanto ideal do Eu, por ídolos midiáticos da indústria cultural, solapam os alicerces que garantiria ao indivíduo uma higidez psíquica. Segundo Adorno (2022, p. 19), “As esquisitices e as deformações neuróticas dos adultos mais velhos representam ainda o carácter, o humanamente conseguido, em comparação com a saúde enfática e o infantilismo elevado a norma.” Consequentemente, em função desse infantilismo, a capacidade do indivíduo de autorreprimir-se tornou-se ínfima. A criança frente ao “pequeno grande homem” midiático perde a sua referência de como ser um adulto à medida que aumenta a sua idade cronológica. Para Zuin (2012, p. 116),

é na sociedade da indústria cultural hegemônica, cujos modelos de identidade são mercadorias incrivelmente intercambiáveis, que a criança como que se adultifica e precocemente se vê ‘emancipada’ da autoridade dos adultos, os quais por sua vez, se infantilizam cada vez mais.

Nesse estado permanente de infância, o indivíduo regrediu, justamente, para o estado das possíveis fixações de atos perversos, como no caso de Lucien. Ele se divertia, em sua infância, ao arrancar as patas dos gafanhotos. Segundo Freud (2020a, p. 81),

Os impulsos sexuais desses anos de infância seriam, por um lado, inutilizáveis, já que as funções reprodutivas estão adiadas (o que constitui a principal característica do período de latência); por outro lado, seriam perversos em si, partindo de zonas erógenas e sendo carregados por instintos que, dada a orientação do desenvolvimento individual, só poderiam provocar sensações desprazerosas. Despertam, por isso, forças psíquicas contrárias (impulsos reativos), que, para a supressão eficaz desse desprazer, edificam as represas psíquicas mencionadas: nojo, vergonha e moral.

Contudo, com a substituição das figuras paternas como ideal do Eu por figuras midiáticas, essas represas psíquicas ficam danificadas. A violência da vida cotidiana não causa mais tanto impacto. É sempre necessário amplificar a intensidade do sofrimento, caso contrário, ele deixará de ser percebido. O horror exibido, em telas de

alta definição, não é mais capaz de gerar aquele espanto que no passado foi a causa da filosofia. Diante desses espetáculos de horrores, Antônio Zuin (2012, p. 104-105) fez um questionamento crucial acerca da sociedade contemporânea:

o que dizer de uma sociedade que, em nome da busca de sensação de adrenalina, se curva diante da simulação do suicídio do *bungee jumping*, a ponto de identificá-lo como um brinquedo de um parque de diversões? Será que, na sociedade da atual indústria cultural, o indivíduo precisa quase tocar a morte para poder se sentir vivo?

O espanto gerado pelo estranhamento, diante da realidade, nos tempos atuais, deixa poucos vestígios de sua existência na mente humana, talvez nem um registro orgânico, no cérebro do indivíduo, restará dele e, quiçá, tenha alguma intensidade e não gere tédio! Se isso ocorrer, poderá, talvez, antes de dissipar por completo, ser registrado por alguma câmera de celular e ser armazenado em imagens de alta definição na *nuvem* formada pela rede mundial de computadores. Se o registro fotográfico desse espanto passar pelo crivo das imagens que geram mais engajamento, poderá ser compartilhado em alguma mídia social e ganhar algumas “curtidas” ou “ameis” ou alguns *emojis* de espanto, ou outros ícones. E assim são produzidos os indivíduos contemporâneos no *ciberespaço*. Nesse lugar, que habitam virtualmente, se sentem felizes com seus *avatares* dotados de poderes sobre-humanos. Desse modo, por meio dessa hiperconectividade, os indivíduos buscam fugas, cada vez mais constantes e necessárias, do lugar que de fato habitam em suas vidas concretas. Logo, por meio desses torpores que lhes são necessários, regridem em direção à barbárie. Os atos de violência, que se intensificaram na contemporaneidade, decorrem da recusa dos indivíduos em abandonar esse caminho de retorno ou regressão. Essa compulsão à repetição, que banalizou os atos de violência, leva os indivíduos ao ponto inicial de todos os sofrimentos humanos. Com efeito, de tanto habitar próximo à barbárie, de tanto olhá-la sempre de perto, ela se internalizou nos indivíduos. Fraturou-os por

dentro. Os deformou como o anjo barroco que expressa os conflitos internos de seu escultor.

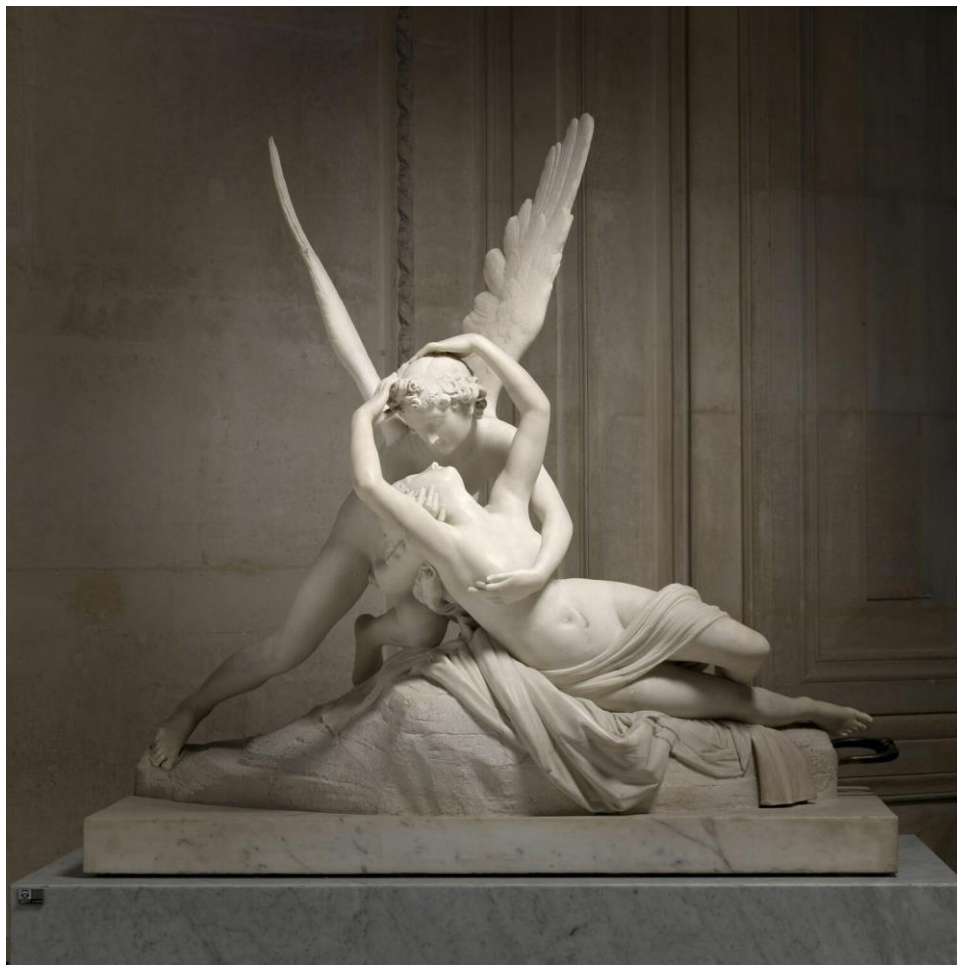
Imagem 2: O Anjo com o cálice da agonia. Aleijadinho (Antônio Francisco Lisboa).



Fonte: https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/252183/3/mg_horto_03.JPG

A psique humana se transfigurou nesse anjo barroco, a expressão do sofrimento, dos conflitos, das angústias, do desesperado que roga ao pai primordial o alívio de tanto sofrimento. “A alma, enquanto possibilidade de assumir um sentimento de culpa que não se esconda de si mesmo, se desfaz” (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 185).

Imagem 3: Psique reanimada pelo beijo do Amor (Eros). Antonio Canova.



Fonte: <https://collections.louvre.fr/en/ark:/53355/cl010091976>

A Psique, que outrora fora despertada por um beijo de *Eros*, tem agora o beijo da morte. A sua dor transborda o cálice da agonia. Cálice que Jesus suplicou para que fosse afastado dele: “Pai, se queres, afasta de mim este cálice [...]” (Lc 22, 42). Mas nenhuma súplica foi atendida. Nenhum bálsamo para mitigar a dor. Contudo, mesmo que o sofrimento seja dilacerante,

Não há morte que mata o ser que ama,
a finitude é apenas um intervalo temporal,
o amor liga os intervalos finitos,
faz da criatura finita um ser infinito.

Não há morte que mata o ser que ama,
a criatura que ama supera a finitude
e, como Psique despertada por um beijo de Eros,

alcança a imortalidade.

Não há morte que mata o ser que ama,
é como o ciclo das estações,
a primavera ressurgue,
perfuma e encanta.

Não há morte que mata o ser que ama,
e como o andrógino do mito de Platão,
procura, ao longo da eternidade,
a metade que lhe foi cortada.

(Poema do autor).

Nesta dialética poética, concebida com um fito de esperança, evidencia-se a infinitude de *Eros* que, embora subjugado pela pulsão de morte, permanece como princípio formativo, como força que move os indivíduos para metas distintas. Segundo Freud (2018a, p. 58), “[...] passado, presente, futuro se alinham como um cordão percorrido pelo desejo.” Assim, movido por *Eros*, Adorno declarou (2003a, p. 116-117),

A minha geração vivenciou o retrocesso da humanidade à barbárie, em seu sentido literal, indescritível e verdadeiro. Esta é uma situação em que se revela o fracasso de todas aquelas configurações para as quais vale a escola. Enquanto a sociedade gerar a barbárie a partir de si mesma, a escola tem apenas condições mínimas de resistir a isto. Mas se a barbárie, a terrível sombra sobre a nossa existência, é justamente o contrário da formação cultural, então a desbarbarização das pessoas individualmente é muito importante. A desbarbarização da humanidade é o pressuposto imediato da sobrevivência. Este deve ser o objetivo da escola, por mais restritos que sejam seu alcance e suas possibilidades. E para isto ela precisa libertar-se dos tabus, sob cuja pressão se reproduz a barbárie. O *pathos* da escola hoje, a sua seriedade moral, está em que, no âmbito do existente, somente ela pode apontar para a desbarbarização da humanidade, na medida em que se conscientiza disto.

Das palavras, supracitadas, que colocam em evidência os horrores da barbárie e a resistência a ela, é crucial destacar que a escola “precisa libertar-se dos tabus” para que ela possa ser aquele anjo torto que disse para Carlos Drummond de Andrade ser *gauche* na vida. “Vai, Carlos! ser *gauche* na vida” (Andrade, 2006, p. 21). Caminhe pela esquerda! Vai seguir um caminho divergente ao curso normatizado das coisas. Ser *gauche* é ser um estranho neste mundo coisificado. É opor-se aos tabus sexuais que

dessexualizam o próprio sexo que foi pasteurizado, higienizado e estandardizado pela indústria cultural. Ser *gauche* é então seguir por um caminho marginal em relação ao que leva à barbárie. É ser um opositor ao dado como norma que desumaniza. É expor “[...] o medo, que esteriliza os abraços [...]” (Andrade, 2008, p. 27). O professor precisa ser *gauche*, sair do padrão estabelecido, e mostrar aos alunos as dores do mundo, os cadáveres do avanço tecnológico para “que Auschwitz não se repita. Ela foi a barbárie contra a qual se dirige toda a educação [...]” (Adorno, 2003b, p. 119). Os professores não podem, apenas, anunciar o avanço tecnológico como progresso, pois ele carrega em si, o seu oposto, a regressão. Pois bem, como se observa, os versos de Drummond, potências de *Eros*, se opõem às forças que sacrificam o Amor que “no mesmo dia ora ele germina e vive, quando enriquece, ora morre e de novo ressuscita [...]” (Platão, 2005a, p. 148).

“A tarde talvez fosse azul, não houvesse tantos desejos” (Andrade, 2006, p. 21). E como antítese da vida, ou melhor, como veneno que transforma as tardes cinzas, melancólicas, encontram-se os tabus sexuais que deformam os indivíduos. Porém, como antídoto, há a potência da arte que não sucumbiu ao processo de deformação. “O *pathos* da arte assenta em que, graças à sua retirada para a imaginação, dá à prepotência da realidade o que é seu, mas sem se resignar à adaptação nem continuar a violência do externo na deformação do interno” (Adorno, 2022, p. 224).

A arte, cuja história iniciou com as pinturas rupestres, transformou a condição humana e, desde seus primórdios, realidade psíquica e factual se convergiram para sua produção. Deve-se então, perante a magnitude da arte, superar os juízos estéticos relacionados a ela que se fundamentam no ressentimento ou no puritanismo. Hitler, por exemplo, em seus juízos estéticos deformados, julgou que arte de seu tempo era degenerada. Mas o que havia nesse “pequeno grande homem” era uma ambiguidade de sentimentos. Pois ele primeiro desejou ser um artista, mas após ser reprovado, por duas vezes, no exame de admissão da Academia de Belas Artes de Viena e tornar-se um artista frustrado, ele passou a odiar as obras de arte de vanguarda. Nessa

irracionalidade do prezar e desprezar, ele exaltava a arte clássica do período grego e renascentista ao mesmo tempo que perseguia artistas de vanguarda e determinava o fechamento da Bauhaus, uma instituição que revolucionou a arte moderna e contemporânea. Esse ressentimento nazista acerca da arte foi revivido pela extrema-direita brasileira e, no dia 1º de janeiro de 2019, em um dos primeiros atos de seu governo, Bolsonaro extinguiu o Ministério da Cultura, o principal órgão responsável pelo fomento da arte e da cultura no Brasil. Esse ministério foi criado no dia 15 de março de 1985 pelo ex-presidente José Sarney e recriado no dia 1º de janeiro de 2023 com o retorno de Lula à presidência da República, após ser eleito, democraticamente, em 2022.

Enfim, embora a indústria cultural seja, atualmente, o principal meio de difusão da arte, o seu poder emancipatório ainda persiste. Talvez as críticas de Adorno e Horkheimer à indústria cultural, na *Dialética do esclarecimento*, foram severas demais, pois nem tudo que circula nas veias da indústria cultural carrega o licor da deformação. Assim, ao reconhecer, posteriormente, a severidade das críticas dessa obra, de 1947, em relação ao cinema, Adorno reconsiderou, nos anos de 1960, sua posição crítica. Desse modo, ele “propõe uma espécie de linha demarcatória entre o cinema como arte, por um lado, e como mero produto da indústria cultural, por outro [...]” (Duarte, 2010, p. 77).

No que tange às cogitações tardias de Adorno sobre o cinema, tais como se encontram em “Transparências do filme”, deve-se levar em conta que esse texto dos anos 1960, além de refletir seu pensamento mais amadurecido sobre o tema, é também enriquecido pelo conhecimento de formas alternativas de cinema, discrepantes do modelo hegemônico, hollywoodiano. Esses fatos teriam levado Adorno a uma reconsideração das ácidas críticas na *Dialética do esclarecimento* ao cinema em geral, tendo como pressuposto que seu potencial crítico como “filme de arte” se desse pela exploração de recursos que a habitual submissão do cinema aos ditames da indústria cultural não permitira até então, sem descuidar do desenvolvimento tecnológico do *métier* (Duarte, 2010, p. 76-77).

Evidencia-se, portanto, com base no supracitado, que a indústria cultural e os avanços tecnológicos são vias de mão dupla, com setas opostas, uma que aponta para o progresso e a outra para regressão. E assim, chega-se ao final deste capítulo que completou, nesta tese, o estudo acerca do tabu indicado por Adorno. O capítulo 4, que inicia na próxima página, analisará, à luz dos conceitos psicanalíticos, as consequências dos interditos sexuais no campo educacional e político.

CAPÍTULO 4

INTERDITOS SEXUAIS, EDUCAÇÃO E POLÍTICA

As cicatrizes de um corpo são visíveis aos olhos do próprio indivíduo ou aos olhos dos outros. Ao contemplá-las, refletidas diretamente na retina ou por intermédio de algum espelho, pode-se reconstituir a história de sua origem por meio da memória. Porém as cicatrizes da alma carecem dessa mesma visibilidade e se ocultam por meio do esquecimento que geram lacunas na história de cada indivíduo humano. Contudo, como expresso no verso da música *Negro Drama*, do grupo Racionais MC's (2002), “a alma guarda aquilo que a mente tenta esquecer”. Mas o que se busca ocultar, por meio dos mecanismos de defesa, encontra, com frequência, as suas formas de emergir à consciência. Assim, como considerou Freud (2020c, p. 355-356),

Se a defesa era bem-sucedida, a vivência intolerável e suas consequências afetivas eram expulsas da consciência e da lembrança do Eu. Em determinadas condições, porém, o que fora expulso desenvolvia sua atividade com algo então inconsciente, e retornava à consciência por meio dos sintomas e dos afetos a estes ligados, de modo que a doença correspondia a um fracasso da defesa.

Com efeito, o que emerge à superfície é o negado desejado que encontrou uma morada perene no inconsciente, mas, como supracitado, o que foi reprimido retorna à consciência na forma de sintomas, cuja compreensão, sobretudo de suas causas, tornou-se o objetivo primordial da psicanálise que foi transformada por Freud em “um procedimento específico que possibilita o acesso a seres até então inauditos, os seres inconscientes” (Laplanche, 2018, p. 251). Logo, para se ter acesso a esses “seres inauditos”, Freud (2011c, p. 192) estabeleceu como ponto de partida o sintoma que

“vem do reprimido [...], mas o reprimido é, para o Eu, terra estrangeira, terra estrangeira interior [...]” Ou, como assinalou Laplanche, (2018, p. 251), “O estranho, que pode também ser designado pelo termo bem conhecido de ‘corpo estranho interno’”. Ou, ainda, o “algo que pensa” como asseverou Nietzsche (2001b), cuja concepção tornou-se a precursora do conceito freudiano de Id.

Quando se fala de superstição dos lógicos nunca deixo de insistir num pequeno fato que as pessoas que padecem desse mal não confessam, senão através de imposição. É o fato de que um pensamento acontece apenas quando quer e não quando “eu” quero, de modo que é falsear os fatos dizer que o sujeito “eu” é determinante na conjugação do verbo “pensar”. Algo pensa, porém não é o mesmo que o antigo e ilustre “eu”, para dizê-lo em termos suaves, não é mais que uma hipótese, porém não com certeza, uma certeza imediata. Já é demasiado dizer que algo pensa, pois esse algo contém uma interpretação do próprio processo. Raciocina-se segundo a rotina gramatical: “Pensar é uma ação, toda ação pressupõe a existência de um sujeito e portanto...” (Nietzsche, 2001b, p. 36).

Assim, com fundamento na concepção nietzschiana, Freud (2023b, p. 30), compreendeu que “Um indivíduo é então, para nós, um Id [um algo] psíquico, irreconhecido e inconsciente, em cuja superfície se acha o Eu [...]”. Daí, como consequência, em busca desse “algo que pensa”, Freud (2011c) “nos levou ao inconsciente, à vida instintual, à sexualidade [...]” (Freud, 2011c, p. 192). Ao percorrer, portanto, a trajetória do sintoma ao inconsciente, Freud (2020c) demonstrou, em seu texto *Meus pontos de vista sobre o papel da sexualidade na etiologia das neuroses* (1906), a existência de um nexos causal entre repressão e neurose. “Desse modo, a importância incomparável das vivências sexuais na etiologia das psicose neuroses pareceu estabelecida indubitavelmente [...]” (Freud, 2020c, p. 352).

Sem uma discussão detalhada de minhas ideias sobre a repressão eu não poderei elucidar mais essa parte da teoria. Mas aqui deve bastar que eu remeta aos meus *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905), onde procurei lançar alguma luz, ainda que tênue, sobre os processos somáticos em que se deve buscar a essência da sexualidade. Ali mostrei que a disposição constitucional sexual das crianças é muito mais variada do que se podia esperar, que ela merece ser chamada de “polimorficamente perversa” e que dela provém,

mediante a repressão de determinados componentes, a assim chamada conduta normal da função sexual. Assinalando as características infantis da sexualidade, pude estabelecer uma conexão simples entre saúde, perversão e neurose. A norma resultava da repressão de determinados instintos parciais e componentes da disposição infantil e da subordinação dos demais à primazia das zonas genitais a serviço da função procriadora; as perversões correspondiam a distúrbios nesta síntese, pelo desenvolvimento forte, como que compulsivo, de alguns desses instintos parciais, e a neurose estava relacionada a uma repressão excessiva das tendências libidinais. Como quase todos os instintos perversos da constituição infantil podem ser evidenciados como forças formadores da neurose, mas nela se encontram no estado de repressão, pude designar a neurose como o “negativo” da perversão (Freud, 2020c, p. 357-358).

Desse modo, nesse processo de repressão, o indivíduo transforma o que lhe é próprio em algo estranho. O “corpo estranho interno”, ou melhor, o seu desejo reprimido, lançado às profundezas de sua alma, é em si, o que lhe é mais íntimo. “O reprimido é, para nós, o protótipo do que é inconsciente” (Freud, 2023b, p. 17). Com efeito, o sintoma é uma forma de se apegar ao que se deseja, pois o que foi esquecido ou ocultado, provê o indivíduo com as manifestações de sua doença. Logo, como supracitado, a neurose é “o ‘negativo’ da perversão” (Freud, 2020c, p. 358).

Devo ressaltar que, apesar de todas as mudanças, minhas concepções sobre a etiologia das psiconeuroses nunca rejeitaram ou abandonaram dois pontos de vista: a relevância da *sexualidade* e do *infantilismo*. De resto, influências acidentais foram substituídas por fatores constitucionais, e a “defesa”, entendida de modo puramente psicológico, pela “repressão sexual” orgânica. Se alguém perguntar onde se acha uma prova concludente da alegada importância etiológica dos fatores sexuais nas psiconeuroses, dado que se vê tais doenças irromperem após emoções banais e até por razões somáticas, e foi preciso abandonar uma etiologia específica, na forma de vivências infantis particulares, responderei que a pesquisa psicanalítica dos neuróticos é a fonte de onde vem essa controvertida convicção. Quando se emprega esse insubstituível método de investigação, descobre-se que *os sintomas representam a atividade sexual dos pacientes*, total ou parcial, oriunda das fontes de instintos parciais normais ou perversos da sexualidade (Freud, 2020c, p. 358).

Deve-se então destacar a relevância da resistência que mobiliza os mecanismos de defesa. Com efeito, é lícito supor que ela é a causa que desencadeia o processo de adoecimento neurótico, pois essa força de resistência antecede a repressão. Nesse

sentido, Freud (2023b, p. 17) assinalou “que durante o trabalho analítico sentimos como *resistência* a força que provocou e manteve a repressão.” Assim, para uma melhor compreensão do conceito de resistência, Freud (2018c) distinguiu, no final do seu livro *Inibição, sintoma e medo*, cinco espécies de resistência que são provenientes do Eu e do inconsciente.

Com um maior aprofundamento, percebemos, antes, que temos cinco espécies de resistência a combater, provenientes de três lados, a saber, do eu, do isso e do supereu, sendo que o eu se revela como fonte de três formas distintas em sua dinâmica. A primeira dessas três resistências do eu é anteriormente tratada resistência de *recalcamento*, o tipo sobre o qual há menos coisas novas a dizer. Distingue-se dela a resistência *transferencial*, de mesma natureza, mas que na análise produz fenômenos diferentes e muito mais nítidos, visto que consegue estabelecer uma relação com a situação analítica ou com a pessoa do analista e assim vivificar como se fosse novo um recalcamento que deveria ser meramente recordado. Também é uma resistência do eu, mas de natureza bem diferente, aquela que parte do *ganho da doença* e se baseia na inclusão do sintoma no eu. Ela corresponde à oposição a renunciar a uma satisfação ou um alívio. O quarto tipo de resistência – a do isso – foi o que acabamos de responsabilizar pela necessidade da elaboração. A quinta resistência, a do *supereu*, a última reconhecida, a mais obscura, mas nem sempre a mais fraca, parece provir da consciência de culpa ou da necessidade de punição; ela se opõe a qualquer sucesso e, assim, também à convalescença por meio da análise (Freud, 2018c, 164-165).

Inferre-se, por conseguinte, com base no supracitado, que os interditos sexuais estruturam a resistência do Super-eu, a instância da mente que se especializou enquanto contrapeso moral às pulsões. A obscuridade que o acompanha foi forjada por meio dos tabus. Fundamentando este entendimento, Freud (2023b, p. 48) argumentou que “Quanto ao Super-eu, achamos que derivou justamente daquelas vivências que conduziram ao totemismo.” Assim, por meio de um elo filogenético, o sentimento de culpa e o desejo de punição potencializaram a força de resistência do Super-eu e transformaram os seus interditos em barreiras civilizatórias.

Claramente, a repressão do complexo de Édipo não foi tarefa simples. Como os pais, em especial o pai, foram percebidos como obstáculos à realização dos desejos edípicos, o Eu infantil fortificou-se para essa obra de repressão,

estabelecendo o mesmo obstáculo dentro de si. Em certa medida tomou emprestada ao pai a força para isso, e esse empréstimo é um ato pleno de consequências. O Super-eu conservará o caráter do pai, e quanto mais forte foi o complexo de Édipo tanto mais rapidamente (sob influência de autoridade, ensino religioso, escola, leituras) ocorreu sua repressão, tanto mais severamente o Super-eu terá domínio sobre o Eu como consciência moral, talvez como inconsciente sentimento de culpa (Freud, 2023b, p. 43).

Desse modo, as investigações de Freud acerca da etiologia das neuroses demonstraram que a intensificação da força de resistência do Super-eu, e das demais espécies de resistência, levam ao adoecimento neurótico e, por conseguinte, ao enfraquecimento das barreiras civilizatórias em função dos processos regressivos. “Aliás, rechaçar a percepção perigosa é uma tarefa universal das neuroses. Vários mandamentos e proibições da neurose obsessiva servem ao mesmo propósito” (Freud, 2018c, 164-165). Com efeito, os tabus sexuais correspondem a esses interditos das neuroses obsessivas que se alimentam de um medo neurótico, como é o caso de um indivíduo homofóbico que transforma o seu desejo reprimido em um archi-inimigo. “Na paranoia persecutória o enfermo se defende de uma ligação homossexual muito forte a determinada pessoa de uma certa maneira, e o resultado é que essa pessoa tão amada se torna um perseguidor, contra o qual se dirige a agressão [...]” (Freud (2023b, p. 54).

O perigo neurótico precisa portanto ser primeiro buscado; a análise nos ensinou que ele é um perigo impulsional. Ao trazermos à consciência esse perigo desconhecido para o eu, apagamos a diferença entre o medo real e o neurótico; podemos tratar o último como tratamos o primeiro.

No perigo real desenvolvemos duas reações: a afetiva, o acesso de medo, e a ação protetora. Provavelmente ocorra a mesma coisa no caso do perigo impulsional. Conhecemos o caso da cooperação adequada das duas reações, em que uma dá o sinal para o início da outra, mas também o caso inadequado, o da paralisia de medo, em que uma se difunde às custas da outra.

Há casos em que as características do medo real e do medo neurótico se mostram misturadas. O perigo é conhecido e real, mas o medo dele é excessivamente grande, maior do que poderia ser segundo nosso juízo. Nesse excesso revela-se o elemento neurótico (Freud, 2018c, 174).

Chega-se assim à compreensão que os movimentos de extrema-direita, e os extremistas religiosos, se alimentam do medo neurótico. Desse modo, transformam perigos neuróticos em plataformas políticas que impulsionam as candidaturas de extremistas de direita nas eleições periódicas dos países democráticos, como ocorreu na história recente dos Estados Unidos e do Brasil que elegeram, respectivamente, aos cargos de presidente da república, Donald Trump e Jair Bolsonaro. As estratégias políticas utilizadas por esses extremistas foram semelhantes às utilizadas por Adolf Hitler e expostas em seu livro *Mein Kampf* (*Minha Luta*). Observa-se, com efeito, que a tônica dos discursos desses três “pequenos grandes homens” é o elemento sexual. Hitler, por exemplo, elegeu a sífilis como o principal inimigo da Alemanha, para tanto, asseverou que “seria necessário que todos se convencessem de que a atenção de todo o povo se deveria concentrar nesse terrível perigo, de modo que todos os indivíduos pudessem se compenetrar da importância dessa luta” (Hitler, 2003, p. 186).

Assim se deveria, pelo emprego de todos os meios de propaganda, ter convencido a nação de que o combate contra a sífilis era o problema máximo do povo e não um dos seus problemas. Para alcançar esse fim dever-se-ia convencer o povo de que todos os seus males resultaram dessa horrível infelicidade e, pelo emprego de todos os meios possíveis, martelar essa idéia na cabeça de todos, até que toda a nação chegasse a compreender que à solução desse problema tudo depende, o futuro da Pátria ou a sua ruína (Hitler, 2003, p. 187).

Daí segue a solução final que culminou no extermínio de seis milhões de judeus pelo regime nazista. Assim, além da eugenia, Hitler apresentou como soluções o combate ao marxismo, ao liberalismo, à democracia, à arte de vanguarda, à homossexualidade, à prostituição e “a criação de um ambiente de facilidades ao casamento dos jovens [...]” (Hitler, 2003, p. 187). Somando-se a esses pressupostos irracionais, Hitler (2003) apresentou ainda a proposta de um programa educacional de valorização da educação física em detrimento da educação intelectual com o objetivo de coibir a excitação sexual dos jovens. Ademais, para justificar essas plataformas do partido nazista, derivada do senso comum, Hitler (2003, p. 189-190), retoricamente,

utilizou-se das seguintes falácias para convencer os adeptos de sua política bélica e sectária:

O valor excessivo dado à cultura intelectual pura e a negligência em relação à formação física dão origem, antes do tempo, às solicitações sexuais. O jovem que se fortalece nos desportos e nos exercícios de ginástica está menos sujeito a capitular ante a insatisfação dos seus instintos do que aquele que vive, sedentariamente, no gabinete de estudo.

Uma educação racional terá que tomar em consideração esse aspecto do problema. Essa educação não deve perder de vista que se deve esperar da mulher um rebento mais sadio do que os que atualmente já nascem contaminados.

O conjunto da educação deveria ser organizado de maneira que todo o tempo disponível da mocidade fosse empregado na cultura física. Nos tempos que correm, a mocidade não tem o direito de errar pelas ruas e cinemas, fazendo distúrbios, cumpre-lhe, depois da faina diária, exercitar-se fisicamente para, quando entrar na vida, apresentar a resistência necessária. Prepará-la para isso deve ser o objetivo da educação e não simples aquisição da chamada cultura intelectual. Devemo-nos livrar da noção de que a cultura física compete ao próprio indivíduo.

Ninguém tem a liberdade de errar à custa da posteridade, isto é, da raça.

A luta contra o envenenamento da alma deve-se desenvolver ao lado da cultura física. Hoje toda a nossa vida em público é uma espécie de estufa para o cultivo de idéias e atrações sexuais. Olhem-se os programas de cinema, das casas de diversões, dos teatros de variedades e ver-se-á que aquelas idéias parecem ser vistas como o alimento apropriado, especialmente para a educação da mocidade. Casas e quiosques de propaganda coligam-se para atrair a atenção pública pelos mais baixos expedientes. Quem quer que não tenha perdido a capacidade de penetrar na alma dos jovens, logo compreenderá que essa educação só pode resultar em graves prejuízos para a mocidade.

Esse ambiente é a causa de imagens e excitações sexuais em um momento em que os jovens não têm nenhuma idéia de tais coisas. O resultado desse processo de educação não pode ser visto de maneira satisfatória na mocidade de hoje. Os jovens amadurecem antes do tempo. Nas salas das nossas cortes de justiça aparecem freqüentemente casos que permitem fazer-se uma idéia do horrível estado de espírito dos nossos jovens de quatorze e quinze anos. Quem se poderá admirar de que, já nessa idade, a sífilis faça suas vítimas? Não é uma lástima verem-se tantos jovens, fisicamente fracos e espiritualmente corrompidos, ingressarem na vida de casados, depois de um estágio na prostituição das grandes cidades?

Quem quiser combater a prostituição deve, em primeiro lugar, auxiliar a combater as razões espirituais em que ela se funda.

Deve, primeiro, livrar-se do lixo da intelectualidade das grandes cidades e isso sem vacilações ante a gritaria que, naturalmente, se verificará. Se não livrarmos a mocidade do charco que atualmente a ameaça, ela nele afundará. Quem não quiser se aperceber dessa situação, estará correndo para apoiá-la, transformando-se em co-autor da lenta prostituição das futuras gerações.

O teatro, a arte, a literatura, o cinema, a imprensa, os anúncios, as vitrines, devem ser empregados em limpar a nação da podridão existente e pôr-se a serviço da moral e da cultura oficiais.

E, em tudo isso, o objetivo único deve ser a conservação da saúde do povo, tanto do ponto de vista físico como do intelectual. A liberdade individual deve ceder o lugar à conservação da raça.

O perigo neurótico, ocultado por esse discurso racista e falacioso de proteção da juventude, é a excitação sexual, um perigo impulsional, sobretudo em relação aos desejos homossexuais, cuja preocupação foi exposta por Hitler (2003, p. 187) no seguinte trecho do seu livro *Mein Kampf*: “Como os homens de hoje, em parte se acham desviados, pode-se ver no fato de, freqüentemente, as mães, na chamada ‘melhor sociedade’, darem graças a Deus encontrarem no filho um homem que já se ‘iniciou’”. E, em outro trecho do referido livro, Hitler (2003, p. 207) elogiou o exército alemão pelo treinamento dos jovens durante o serviço militar ao afirmar que

No meio desse relaxamento e efeminação surgiam todos os anos 350.000 jovens sadios que, depois de dois anos de exercícios, perdiam a delicadeza da juventude e se tornavam fortes como aço. Pela maneira de andar reconhecia-se o soldado treinado.

Diante dessas preocupações e remetendo-se às tradições puritanas, Hitler (2003, p. 188) asseverou que “O casamento não deve ser uma finalidade em si, mas ao contrário, deve servir à multiplicação e conservação da espécie e da raça. Esse é o seu significado, essa é a sua finalidade.” Assim, ao se analisar as plataformas políticas dos partidos de extrema-direita existentes atualmente, percebe-se que essa falácia utilizada por Hitler (2003) permanece com vigor nos discursos e ações dos extremistas

contrários aos casamentos homoafetivos. Ao se transformar, portanto, o medo neurótico, o temor às excitações sexuais, em força política, o adepto a esses movimentos extremistas justifica para si, por meio dos seus desejos reprimidos, as atrocidades ora praticadas. Logo, em muitos casos, o medo maior é em relação à homossexualidade reprimida. E o outro, escolhido para ser inimigo e, conseqüentemente, um potencial alvo de extermínio, é um substituto do desejo transformado em inimigo interno que o indivíduo reprimido não consegue aniquilar.

Conhecemos esse traço como algo típico dos processos de investimento que há no Id. Ele se acha nos investimentos eróticos, em que se mostra particular indiferença quanto ao objeto, muito especialmente nas transferências durante a análise, que têm de se realizar, não importando em quais pessoas. Recentemente, Rank apresentou bons exemplos de reações neuróticas de vingança dirigidas contra pessoas erradas. Ante essa conduta do inconsciente é impossível não lembrar a divertida anedota em que um dos três alfaiates de uma aldeia tem de ser enforcado, porque o único ferreiro da aldeia cometeu um crime capital. É necessário haver castigo, ainda que não recaia sobre o culpado (Freud, 2023b, p. 56).

Deve-se então compreender que as lições do século XX não foram aprendidas para evitar a repetição dos horrores que marcaram a ascensão dos regimes fascistas ao poder. Ora, pelo contrário, o que se observa é que as lições desse século passado foram, de fato, aprendidas pelos estrategistas políticos da atual extrema-direita. Os expedientes da propaganda nazista encontram-se nas atuais formas de potencialização do medo neurótico, sobretudo por intermédio das novas mídias sociais. A diferença encontra-se na forma lacônica utilizada, por exemplo, nos pronunciamentos do ex-presidente Jair Bolsonaro que diferem, em extensão, dos longos discursos de Adolf Hitler (2003) que declarou, já no prefácio do seu livro *Mein Kampf*, que “as grandes causas devem seu desenvolvimento, não aos grandes escritores, mas aos grandes oradores.” A propósito, ciente desses discursos longos, O Jornal Correio da Manhã, do Rio de Janeiro, do dia 18 de abril de 1939, estampou em sua capa a seguinte manchete: “Deverá durar três horas o discurso de Hitler.” Logo, não é na extensão, muito menos

na capacidade de argumentar desses oradores, que se encontra a característica fundamental de um discurso fascista. Daí segue a extrema relevância do artigo *Antissemitismo e propaganda fascista*, de Theodor Adorno (2015e), para a análise em tela, cujas observações foram baseadas em estudos que analisaram “uma extensa amostra de propagandas antidemocráticas e antissemitas, [...] de alguns agitadores da Costa Oeste dos Estados Unidos [...]” (Adorno, 2015e, p. 137).

O próprio material estudado indica uma abordagem psicológica, pois está concebido em termos mais psicológicos do que objetivos. Almeja convencer as pessoas *manipulando seus mecanismos inconscientes*, e não apresentando ideias e argumentos. Não apenas a técnica oratória dos demagogos fascistas é de natureza astuciosamente ilógica e pseudoemocional; mais do que isso: programas políticos positivos, postulados, ou quaisquer ideias políticas concretas desempenham um papel menor quando comparados aos estímulos psicológicos direcionados à audiência. E através desses estímulos e de outras informações, e menos das plataformas confusas e vagas dos discursos, que podemos identificá-los como fascistas (Adorno, 2015e, p. 138).

Com efeito, as análises dos discursos fascistas demonstram que a repetição do elemento sexual atua, de forma estratégica, para excitar sexualmente os indivíduos que intensificam os seus medos neuróticos ao sentirem, em seus corpos, os arrepios do desejo reprimido. Ora, “Sabemos muito bem que a propaganda fascista, com toda a sua lógica enviesada e distorções fantásticas, é conscientemente planejada e organizada” Adorno (2015e, p. 143).

Nós compilamos uma lista de dispositivos psicológicos típicos empregados por praticamente todos os agitadores fascistas, que poderia ser condensada a não mais do que trinta fórmulas. Muitas delas já foram mencionadas, tal como o dispositivo do lobo solitário, a ideia de infatigabilidade, de inocência perseguida, do pequeno grande homem, o louvor do movimento como tal etc. Obviamente, a uniformidade desses dispositivos pode ser explicada em parte pela referência a uma fonte em comum, tal como o livro *Mein Kampf* [Minha luta], de Hitler, ou até mesmo por uma vinculação organizacional de todos os agitadores, como foi aparentemente o caso na Costa Oeste. Entretanto, a razão deve ser buscada em outro lugar se os agitadores, em diferentes partes do país, empregam as mesmas afirmações específicas, por exemplo, que sua vida foi ameaçada e seus ouvintes saberão quem é o responsável se a ameaça for cumprida – um incidente que nunca acontece. Estes modelos são

padronizados por razões psicológicas. O possível seguidor fascista demanda esta repetição rígida [...] Adorno (2015e, p. 147-148).

Pari passu, a partir desse estudo de Theodor Adorno (2015e), acerca das referências psicológicas da propaganda fascista norte-americana e dos rituais que envolviam os pronunciamentos desses extremistas da Costa Oeste dos Estados Unidos, tem-se um referencial teórico fundamental para a análise dos pronunciamentos do ex-presidente Jair Bolsonaro. Assim, para ter acesso aos discursos oficiais do ex-presidente do Brasil no período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2022, realizou-se uma pesquisa no acervo virtual da Biblioteca da Presidência da República. Encontrou-se então, disponíveis, vários discursos do ex-presidente Bolsonaro. Optou-se então pela escolha de dois discursos, em função do tempo histórico e circunstâncias de seus pronunciamentos. Os discursos escolhidos por este autor foram: *Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de Posse no Congresso Nacional, realizada no dia 1º de janeiro de 2019* e o *Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Solenidade de Posse e Despedida de Ministros de Estado, realizada no Palácio do Planalto, no dia 31 de março de 2022*, em função da exoneração de ministros de Estado do Governo Bolsonaro com o objetivo de cumprirem a exigência legal, conforme a legislação eleitoral brasileira, de desincompatibilização de seus respectivos cargos para que pudessem concorrer às eleições gerais brasileiras de outubro de 2022. Essa data, é importante lembrar, faz referência ao dia que os militares estabeleceram para marcar o golpe civil-militar de 1964 que ocorreu, de fato, no dia 1º de abril de 1964, mas, os que estavam à frente desse golpe, para evitar que ele fosse lembrado no Dia da Mentira, escolheram a data de 31 de março para comemorarem a ruptura democrática no Brasil que instaurou uma ditadura militar que perdurou por 21 anos. Logo, esse discurso, seis meses antes das eleições de outubro de 2022, cujas primeiras palavras foram para negar os atos golpistas de 64, teve um forte teor eleitoral. Portanto, além da análise das transcrições desses discursos disponíveis na Biblioteca da Presidência da República, realizou-se também uma análise das gravações disponíveis nos canais oficiais no YouTube da

Câmara dos Deputados Federais e do CanalGov da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), uma empresa pública federal responsável pela cobertura diária do Palácio do Planalto. Ressalta-se que as análises audiovisuais tiveram o objetivo de verificar a fidelidade das transcrições e analisar as performances de Bolsonaro e as reações do público presente ao seu discurso. Constatou-se, assim, que há um erro de transcrição no discurso do dia 31 de março de 2022 no seguinte trecho transcrito: “única vantagem de Paulo Freire, ministro da educação do governo de 2003 a 2015 aqui é que não podia piorar mais” (Bolsonaro, 2022a). O correto, conforme a gravação do pronunciamento de Bolsonaro disponível no CanalGov, em seu canal oficial no YouTube, é: “única vantagem de Paulo Freire e da educação do governo de 2003 a 2015 aqui é que não podia piorar mais” (Bolsonaro, 2022b). Observou-se, portanto, nesse vídeo, que Bolsonaro não pronunciou a palavra “ministro” como consta na transcrição disponível na Biblioteca da Presidência da República. Com este exame minucioso tem-se, nesta tese, a transcrição fidedigna dos trechos dos dois discursos de Bolsonaro escolhidos para análise. No primeiro discurso, do dia 1º de janeiro de 2019, Jair Bolsonaro (2019a) realizou o seguinte pronunciamento:

[...]

Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um País livre das amarras ideológicas.

Pretendo partilhar o poder, de forma progressiva, responsável e consciente, de Brasília para o Brasil; do Poder Central para Estados e Municípios.

Minha campanha eleitoral atendeu ao chamado das ruas e forjou o compromisso de colocar o Brasil acima de tudo e Deus acima de todos.

Por isso, quando os inimigos da Pátria, da ordem e da liberdade tentaram pôr fim à minha vida, milhões de brasileiros foram às ruas. Uma campanha eleitoral transformou-se em um movimento cívico, cobriu-se de verde e amarelo, tornou-se espontâneo, forte e indestrutível, e nos trouxe até aqui.

Nada aconteceria sem o esforço e o engajamento de cada um dos brasileiros que tomaram as ruas para preservar nossa liberdade e democracia.

Reafirmo meu compromisso de construir uma sociedade sem discriminação ou divisão.

Daqui em diante, nos pautaremos pela vontade soberana daqueles brasileiros: que querem boas escolas, capazes de preparar seus filhos para o mercado de trabalho e não para a militância política; que sonham com a liberdade de ir e vir, sem serem vitimados pelo crime; que desejam conquistar, pelo mérito, bons empregos e sustentar com dignidade suas famílias; que exigem saúde, educação, infraestrutura e saneamento básico, em respeito aos direitos e garantias fundamentais da nossa Constituição.

O Pavilhão Nacional nos remete à “Ordem e ao Progresso”.

Nenhuma sociedade se desenvolve sem respeitar esses preceitos.

O cidadão de bem merece dispor de meios para se defender, respeitando o referendo de 2005, quando optou, nas urnas, pelo direito à legítima defesa.

[...]

Ora, nas três primeiras linhas desse trecho do discurso já se encontra o elemento sexual na expressão “ideologia de gênero”. O medo neurótico de transformar as escolas brasileiras em centros de transformação de crianças e jovens em homossexuais impulsionaram a candidatura do então deputado federal e candidato Jair Bolsonaro que, durante as campanhas eleitorais de 2018, e em 2022, na sua tentativa de reeleição, explorou o tema da notícia falsa sobre o “kit gay” que, segundo Bolsonaro, era distribuído nas escolas. Assim, durante a sua entrevista ao Jornal Nacional, da TV Globo, em seu quadro de entrevistas dos candidatos à presidência da República, nas eleições presidenciais de 2018, Bolsonaro mostrou, em rede nacional, no dia 28 de agosto de 2018, o livro *Aparelho sexual e cia*, da editora Companhia das Letras, alegando ser o suposto “kit gay” distribuído pelo Ministério da Educação para as escolas.

Imagem 4: Jair Bolsonaro durante entrevista ao Jornal Nacional da TV Globo.



Fonte: <https://exame.com/brasil/bolsonaro-ressuscita-polemica-do-kit-gay-com-livro-juvenil-no-jn/>

Diante das sucessivas ações de difusão de notícias falsas acerca do suposto “Kit Gay”, o ministro Carlos Horbach, do Superior Tribunal Eleitoral (TSE), decidiu, no dia 15 de outubro de 2018, que

Nesse quadro, entendem comprovada a difusão de fato sabidamente inverídico, pelo candidato representado e por seus apoiadores, em diversas postagens efetuadas em redes sociais, requerendo liminarmente a remoção de conteúdo vinculado a 36 URLs, arroladas no item 42 (b) da exordial.

A controvérsia a ser dirimida em sede de cautelar se resume a determinar se o livro “Aparelho Sexual e Cia.” integrava, ou não, o conjunto de materiais didáticos associados ao projeto “Escola sem Homofobia”, tendo sido distribuído pelo Ministério da Educação às escolas públicas brasileiras.

Nesse particular aspecto, o próprio Ministério da Educação já registrou, em diferentes oportunidades, que a publicação em questão não integra a base de livros didáticos distribuídos ou recomendados pelo Governo federal. Mais recentemente, ante a permanente polêmica suscitada nas redes sociais, o Ministério, por meio de comunicado publicado em dezembro de 2017, assentou que “as informações equivocadas presentes no vídeo, inclusive, repetem questão que tinha sido esclarecida anos atrás. Em 2013, o Ministério da Educação já

havia respondido oficialmente à imprensa que ‘a informação sobre a suposta recomendação é equivocada e que o livro não consta no Programa Nacional do Livro Didático/PNLD e no Programa Nacional Biblioteca da Escola/PNBE’ [...]’.

Por outro lado, é igualmente notório o fato de que o projeto “Escola sem Homofobia” não chegou a ser executado pelo Ministério da Educação, do que se conclui que não ensejou, de fato, a distribuição do material didático a ele relacionado.

Assim, a difusão da informação equivocada de que o livro em questão teria sido distribuído pelo MEC, no referido projeto, no PNLD ou no PNBE, gera desinformação no período eleitoral, com prejuízo ao debate político, o que recomenda a remoção dos conteúdos com tal teor (Brasil, 2018).

Apesar de haver essa decisão, o ex-presidente Jair Bolsonaro, então candidato à reeleição, voltou a difundir notícias falsas, acerca desse tema, durante a sua campanha em 2022. Como consequência, ele foi multado, no dia 08 de agosto de 2023, em nova decisão do Superior Tribunal Eleitoral (TSE).

Na sessão plenária desta terça-feira (8), os ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por maioria, decidiram aplicar multa individual de R\$ 20 mil à coligação Pelo Bem do Brasil, a Jair Bolsonaro – então candidato à reeleição – e a Lucas Allex Pedro dos Santos por veiculação de propaganda eleitoral irregular na internet nas Eleições 2022. A decisão foi tomada na análise de representação na qual a coligação Brasil da Esperança apontava a divulgação de desinformação e de ofensas por meio do site LulaFlix e do respectivo canal no YouTube.

O relator do caso, ministro Floriano de Azevedo Marques, destacou que a multa é aplicável em razão da veiculação de *fake news*, ainda que o conteúdo do vídeo apontado pelos autores, denominado “19.05.2011 – Kit gay causa polêmica MP4”, tenha sido analisado anteriormente pelo Plenário do TSE no âmbito da mesma representação.

Segundo ele, apesar da remoção do conteúdo, após determinação do TSE, é possível inferir, por meio de capturas de telas constantes nos autos, que o vídeo alcançou 90.906 visualizações desde a estreia, em 17 de setembro de 2022, até a data do ajuizamento da ação, em 6 de outubro. Portanto, no entendimento do relator, o fato “justifica a aplicação de multa acima do mínimo previsto” (Superior Tribunal Eleitoral, 2023).

Embora decisões judiciais, como essas, tentassem coibir a difusão de notícias falsas, durante as eleições presidenciais de 2018 e 2022, elas se replicavam por meio

das mídias sociais de forma exponencial. Com efeito, o perigo neurótico levou os extremistas que apoiavam Bolsonaro a quadros graves de paranoia, cuja consequência foi a intensificação da beligerância da extrema-direita brasileira, sobretudo em função da política armamentista do governo Bolsonaro que flexibilizou, durante a sua gestão, as regras para compra e uso de armas de fogo no Brasil. E retomando a fórmula política dos amigos vs. os inimigos, evidenciada em seu discurso de posse, o medo neurótico de aniquilação somou-se ao medo real que marcaram os quatro anos desse governo extremista. Segundo Adorno (2015e, p. 140-141),

A glorificação da ação, de algo que está acontecendo, simultaneamente oblitera e substitui o propósito do assim chamado movimento. O fim é “que nós possamos demonstrar ao mundo que existem patriotas, homens e mulheres cristãos tementes a Deus, que ainda estão dispostos a dar suas vidas à causa de Deus, ao lar e à pátria.”

Dado que toda a ênfase dessa propaganda é promover os meios, ela mesma se torna o conteúdo último. Em outras palavras, ela funciona como um tipo de realização de desejo. Este é um de seus mais importantes padrões. As pessoas são convencidas a entrar, tal como se compartilhassem uma droga. Elas são recebidas com confiança, tratadas como se fossem da elite que merece conhecer os obscuros mistérios, ocultos a quem está fora. O prazer de bisbilhotar é tanto encorajado quanto satisfeito. Constantemente se contam histórias escandalosas, a maioria fictícias, particularmente de excessos sexuais e atrocidades; a indignação com a obscenidade e crueldade nada mais é, entretanto, do que uma fina racionalização, propositalmente transparente, do prazer que essas histórias proporcionam ao ouvinte. Ocasionalmente ocorre um desliz da língua, através do qual se pode identificar a difamação como um fim em si mesmo. Um demagogo da Costa Oeste, por exemplo, certa vez prometeu fornecer, em seu discurso seguinte, todos os detalhes sobre o decreto falso do governo soviético organizando a prostituição de mulheres russas. Ao anunciar essa história, o locutor disse que ninguém verdadeiramente homem ouviria tais fatos sem sentir um frio na espinha. A ambivalência implicada neste artifício do “frio na espinha” [“tingling backbone”] é evidente.

Cria-se, assim, um sistema de prazeres preliminares forjado com a mescla de elementos sexuais com elementos religiosos. Embora o sexo seja dessexualizado nesse sistema, a recompensa encontra-se nas estratégias que *Eros* desenvolve para satisfazer-se. Daí segue um afrouxamento das resistências psíquicas que permitem a fruição de

prazeres preliminares por meio dos sonhos diurnos ou fantasias. Nessa abertura, o medo neurótico potencializa o prazer obtido nas insinuações do discurso do orador e, como assinalou Adorno (2015e, p. 149), “Uma das características intrínsecas do ritual fascista é a *insinuação*, que apenas algumas vezes é seguida pela revelação concreta dos fatos aludidos.” Nesse círculo de fantasias e projeções, “o ouvinte da propaganda fascista: após obter prazer com ela, aceita a ideologia representada pelo locutor como forma de gratidão pelo show” (Adorno, 2015e, p. 144-145). Com efeito, ao realimentar esse sistema de prazeres preliminares, Jair Bolsonaro, em seu pronunciamento do dia 31 de março de 2022, replicou, em seu discurso, o padrão ritualístico das performances fascistas, conforme se pode observar no seguinte trecho:

[...]

É igual à Defesa, a defesa nasceu em 99 não por uma necessidade militar, nasceu por uma imposição política. Queriam tirar os militares da mesa ministerial, "como é chato conversar com militar e buscar uma maneira de se dar um jeitinho, então vamos tirar essas caras daqui", recuperamos isso. Trouxemos os militares para o centro do problema, juntamente com os civis. Quem podia esperar um Major da Polícia Militar, Ministro do Tribunal de Contas da União? Está lá. Quem poderia esperar um evangélico no Supremo Tribunal Federal? Está lá. Eles queriam era outra diversidade, para quem nasce menina pode botar azul, quem nasce menino pode botar rosa. Qual pai, qual mãe quer isso para o seu filho?

Como disse a ministra Damares aqui, não temos nada contra. Quem tem essa ou aquela opção, quer ter um prazer dessa forma ou de outra, mas emboscar criancinhas de 5 e 6 anos de idade dentro da escola, isso é um crime. Querem, Damares, como uma ministra que tinha, que te antecedeu na sua pasta aqui, relativizar ou até mesmo legalizar pedofilia, isso é inconcebível, tinha essa ministra, Damares, um site chamado "humaniza redes", onde estava contado uma história, que se você sair da tua casa encontrar um marmanjo introduzindo o pênis numa criança de 3 anos de idade, você tem que levar no hospital e não para delegacia. É esse o sentimento. Levaria para o hospital, se fosse para atender com Dr. Peixeira daí eu toparia. Quem porventura naquela época achava que eu estava errado é porque não era com o filho dele [...] (Bolsonaro, 2022).

As atrocidades descritas por Bolsonaro são, em si, atrocidades de seu próprio discurso que corresponde às aberrações sexuais de sua realidade psíquica. Ora, é horrível o fato de ocorrer no Brasil, e em outros países, crimes de estupros de vulneráveis.

Logo, todas as denúncias de abuso sexual infantil ou ofensas sexuais devem ser investigadas detalhadamente e os autores desses crimes bárbaros devem ser punidos com todo o rigor da lei. A propósito, se fossem verídicas, as descrições apresentadas por Bolsonaro em seu discurso do dia 31 de março de 2022, ele deveria, na condição de cidadão e de chefe de Governo e de Estado, além de denunciar às autoridades competentes, determinar às autoridades policiais uma ampla investigação para apurar as denúncias presentes em seu pronunciamento. Se não o fez, cometeu, em tese, os crimes de omissão e prevaricação, conforme tipificados pelo *Código Penal Brasileiro* em seus artigos 13 e 319. Contudo, o seu discurso, com suas acusações, como recorrente, além de ter difundido notícias falsas que impulsionaram a sua campanha, e a de seus aliados, seis meses antes das eleições gerais de outubro de 2022, corresponde a projeções de desejos do próprio Bolsonaro e de seus seguidores. A esse respeito, Adorno (2015e, p. 150-151) considerou que

Se é correta a hipótese de que a esmagadora maioria de acusações e histórias de atrocidades que abundam nos discursos de propaganda fascista são projeções dos desejos dos oradores e seus seguidores, então todo o ato simbólico de revelação celebrado em cada discurso de propaganda exprime, por mais que oculte, o assassinato sacramental do inimigo escolhido. No cerne do ritual de propaganda fascista e antisemita reside o desejo por assassinato ritualístico. Isso pode ser corroborado por uma evidência fornecida pela psicopatologia cotidiana da propaganda fascista.

Ademais, deve-se ainda salientar que as repetições do elemento sexual nos discursos de Bolsonaro correspondem aos sintomas de uma neurose obsessiva. Segundo Adorno (2015e, p. 150), “A psicanálise mostrou a vinculação do comportamento ritualístico à neurose obsessiva, e é óbvio que o típico ritual fascista de revelação é um substituto para a gratificação sexual.”

Ainda que seja verdade, entretanto, que a mentalidade do agitador fascista reflita em alguma medida a confusão mental de seus possíveis seguidores, e também que seus líderes sejam eles próprios “de tipo histérico ou mesmo paranoico”, eles aprenderam, a partir de vasta experiência e do exemplo

enfático de Hitler, como utilizar suas próprias disposições neuróticas ou psicóticas para fins totalmente adaptados ao princípio da realidade (*realitätsgerecht*). As condições prevalecentes em nossa sociedade tendem a transformar a neurose e até mesmo a loucura moderada em uma mercadoria, que o doente pode facilmente vender, bastando que ele descubra que muitos outros têm uma afinidade // com sua própria doença. O agitador fascista é usualmente um exímio vendedor de seus próprios defeitos psicológicos. Isso somente é possível devido a uma similaridade estrutural geral entre seguidores e líder, e o objetivo da propaganda é estabelecer um acordo entre eles, em vez de dirigir à audiência quaisquer ideias ou emoções que não fossem dos próprios seguidores desde o começo (Adorno, 2015e, p. 144).

Além do mais, os agitadores fascistas transformaram termos como esquerda, comunismo ou marxismo em uma forma única de atrocidades sexuais ou liberação sexual. Com esse expediente, eles criaram fantasmas que alimentam os seus discursos e, assim, para esses extremistas, basta pronunciarem uma dessas palavras para desencadear um estado de paranoia persecutória em seus seguidores. Desse modo, projetam suas aberrações sexuais nos escolhidos para serem inimigos. Segundo Adorno (2015e, p. 143),

A propaganda fascista ataca fantasmas [*bogies*], e não oponentes reais, ou seja, ela constrói um *imaginário* do judeu ou do comunista, separa-o em pedaços sem prestar muita atenção como este imaginário se relaciona com a realidade.

Assim, percorrendo o roteiro dos agitadores fascistas, Bolsonaro encarnou o tolo e, além de ter sido eleito presidente do Brasil, tornou-se a maior expressão do fascismo brasileiro contemporâneo. E como asseverou Adorno (2015e, p. 145), “Os agitadores fascistas são tomados a sério porque arriscam a se passar por tolos.” É importante que se entenda que o fascismo não cresceu em silêncio no Brasil, a questão é que parte significativa da intelectualidade brasileira subestimou o poder de convencimento da propaganda fascista adotada por Jair Bolsonaro que, habilmente, se tornou um exímio agitador fascista. Na Alemanha, como observou Adorno (2015e, p. 145-146), ocorreu algo semelhante.

Pessoas educadas em geral têm dificuldade em compreender o // efeito dos discursos de Hitler, porque eles soavam por demais insinceros, não genuínos ou, como diz a palavra alemã, *verlogen*. É uma ideia enganosa, porém, que as assim chamadas pessoas comuns tenham uma propensão firme pelo que é genuíno e sincero, e desprezam o que é falso. Hitler foi aceito, não apesar de suas bizarrices baratas, mas precisamente por causa delas, de sua entoação falsa e suas palhaçadas. Tudo isso foi observado como tal e apreciado. [...] Encontramos frequentemente manifestações semelhantes em bêbados que perderam suas inibições. A sentimentalidade das pessoas comuns não é de forma alguma uma emoção primitiva e irrefletida. Pelo contrário, constitui um fingimento, uma imitação fingida e barata de sentimentos reais, frequentemente autoconsciente e com certa autocomplacência. Este caráter fictício é o elemento vital das *performances* da propaganda fascista.

Deve-se então compreender que, além do elemento sexual, o elemento religioso, com seu ritualismo simbólico, assimilado das estruturas do totemismo, é um dos fortes componentes da propaganda fascista. Com efeito, o poder de convencimento dos agitadores fascistas consiste em não negar os fatores instintuais humanos, pelo contrário, os gratificam em suas performances ritualísticas. Assim, se posições éticas, como a aristotélica, buscam normatizar o comportamento humano para que o indivíduo, em sua ação, aspire o bem comum, o fascismo alimenta as pulsões humanas que tendem ao sectarismo e à destruição.

O importante papel desempenhado pelo elemento religioso da propaganda fascista e antisemita nos Estados Unidos já foi mencionado. Um dos padres fascistas das rádios da Costa Oeste disse em uma transmissão:

“Vocês não conseguem ver que, a não ser que exaltemos a santidade de nosso Deus, a não ser que proclamemos a justiça de Deus neste nosso mundo, a não ser que proclamemos a existência de um paraíso e de um inferno, a não ser que proclamemos o fato de que sem a remissão, *sem derramamento de sangue*, não há remissão do pecado? Vocês não conseguem ver que somente Cristo e Deus dominam e que a revolução vai tomar esta nação de nós?”

A transformação da doutrina cristã // em *slogans* de violência política não poderia ser mais crua do que nessa passagem. A ideia de um sacramento, o “derramamento de sangue” de Cristo, é direta e linearmente interpretada em termos de “derramamento de sangue” em geral, tendo em vista uma insurgência política. O derramamento real de sangue é defendido como necessário porque o mundo foi supostamente redimido pelo derramamento de sangue de Cristo. O assassinato é investido com um halo de sacramento. Assim, a derradeira lembrança do Cristo sacrificado, na propaganda fascista,

é “*Judenblut muß fließen*” [“O sangue judeu deve jorrar”]. A crucificação é transformada em um símbolo do holocausto. Psicologicamente, toda a propaganda fascista é simplesmente um sistema de tais símbolos (Adorno, 2015e, p. 151-152).

A questão, a saber, é se foi o movimento político de extrema-direita que capitulou o puritanismo religioso ou se foi o contrário. Certo é que as atrocidades religiosas, como a inquisição católica da Idade Média, antecedem as atrocidades da extrema-direita. Segundo Adorno (2015e, p. 143), “A despeito desses padrões regressivos, entretanto, a propaganda antissemita não é de forma alguma irracional em seu todo.” O que há, como ele bem considerou, “é uma irracionalidade aplicada, mais do que uma espontânea, um tipo de psicotécnica remanescente do efeito calculado [...]” (Adorno, 2015e, p. 143). Lida-se, portanto, com forças pulsionais poderosas que provém do Id e que são canalizadas por forças políticas e religiosas. Portanto, “O termo ‘irracionalidade’ é vago demais para descrever suficientemente um fenômeno tão complexo” (Adorno, 2015e, p. 143). E, como se observa na história humana, as religiões souberam se adaptar às forças pulsionais destrutivas. Isso explica o porquê de muitos cristãos brasileiros, principalmente evangélicos, aderirem à política armamentista do governo Bolsonaro. O símbolo da morte, isto é, a ritualística sacrificial, é o elemento estruturante do cristianismo, sobretudo em relação à força que ele exerce para regular a vida sexual dos indivíduos. Nesse combate perene entre as forças pulsionais e seus contrapesos, o assassinato do outro por fatores sexuais tornou-se recorrente. Segundo Endsjø (2014, p. 15),

[...] um bom número de pessoas é morta em decorrência da reação de terceiros a sua própria vida sexual. Sexo é um fator de combustão muito mais plausível que qualquer outro nesse contexto. A Igreja católica da Espanha, que se manteve silente por quase quarenta anos da pressão sistemática de Franco contra os mais fundamentais direitos humanos, é a mesma que tratou de organizar manifestações com centenas de milhares de fiéis tão logo o governo democrático propôs um referendo para permitir a união homossexual.

Ante o exposto, torna-se premente encontrar um antídoto para essa brutalidade encarnada nos agitadores fascistas e em seus seguidores. A promessa de salvação anunciada em cada ritual de sacrifício precisa ser dizimada pela realidade concreta. Não há salvação com a morte do outro. Essa é uma promessa que não se cumpre. Nesse sistema brutal, todos são vítimas. Logo, o algoz é vítima de si mesmo. E o antídoto encontra-se nesta constatação: não há salvação nem para a vítima e nem para o algoz. É necessário, portanto, como ponderou Adorno (2015e), demonstrar a prevalência da destruição. E, como assinalou Freud (2018c), o medo neurótico pode ser tratado como se trata o medo real.

Neste ponto, deve-se prestar atenção à destrutividade como o fundamento psicológico do espírito fascista. Os programas são abstratos e vagos, as satisfações são espúrias e ilusórias, porque a promessa expressa pela oratória fascista nada mais é do que a própria destruição. Não é acidental que todos os agitadores fascistas insistam na iminência de catástrofes de alguma espécie. Enquanto advertem de perigos iminentes, eles e seus seguidores se excitam com a ideia de ruína inevitável, sem sequer diferenciar claramente entre a destruição de seus inimigos e de si mesmos. Este comportamento mental, aliás, pôde ser claramente observado durante os primeiros anos do hitlerianismo na Alemanha, e possui uma base arcaica profunda. Um dos demagogos da Costa Oeste disse certa vez: “Eu quero dizer para vocês, homens e mulheres, que vocês e eu estamos vivendo na mais terrível era da história mundial. Estamos vivendo, portanto, na era mais agraciada e maravilhosa”. Este é o sonho do agitador: uma união do horrível e do maravilhoso, um delírio de aniquilação mascarado como salvação. A esperança mais forte de efetivamente contrariar todo este tipo de propaganda reside em ressaltar suas implicações autodestrutivas. O desejo psicológico inconsciente de autoaniquilação reproduz fielmente a estrutura de um movimento político que, em última instância, transforma seus seguidores em vítimas (Adorno, 2015e, p. 152).

Compreende-se, ao se analisar essas evidências, que as potências existentes na interioridade de cada indivíduo humano nunca foram, de fato, dominadas. Nesse antagonismo entre natureza e cultura prevalecem as forças naturais. Com efeito, ao se analisar os processos de formação cultural (*Bildung*) tem-se a reprodução desse antagonismo com a derrocada frequente das estruturas civilizatórias. Ora, segundo Adorno (2015f, p. 78), “A energia pulsional do *homo oeconomicus*, que comanda o *homo*

psychologicus, é o amor, compulsivo e inculcado nas pessoas, por aquilo que outrora se odiou.” Desse modo, nesse jogo de potências, *Eros* prevalece. Seja na forma de amor que deseja a realização do desejo ou na forma de amor que deseja a repressão.

Com boa dose de razão pode-se afirmar que Platão foi o primeiro a fracassar nas tentativas de disciplinar, por meio da educação, as forças naturais, ou pulsionais, que movimentam a história humana. No livro *Alcibíades I ou Conhece-te a ti mesmo*, cuja autoria é atribuída a Platão, embora não haja consenso entre os especialistas que ele seja o autor desse livro, encontram-se as tentativas de uma tradição filosófica em construir um modelo ético, político e educacional de disciplinação do corpo e, por conseguinte, de controle das pulsões. Na obra *Sócrates afastando Alcibíades do vício* (1861), do pintor brasileiro Pedro Américo, há a ilustração primorosa dessas interdições, cujas consequências são notórias na biografia de Alcibíades que é conhecido como um dos homens mais vaidosos e sem escrúpulos da história.

Imagem 5: Sócrates afastando Alcibiades do vício (1861), de Pedro Américo.



Fonte: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Pedro_Am%C3%A9rico_-_S%C3%B3crates_afastando_Alcebasdo_v%C3%ADcio,_1861.JPG

Ao se analisar esta pintura, tem-se, na perspectiva do observador, à esquerda um cão, que representa a filosofia cínica de menosprezo aos valores estabelecidos, e à direita uma taça de vinho caída no chão, uma representação da razão, a força apolínea, em sua tentativa recorrente de triunfar sobre Dionísio, o deus grego dos prazeres corpóreos. Ao fundo, três mulheres, uma delas, com os seios expostos, lamentando, em seu olhar, a partida de Alcibiades. O olhar ativo de Sócrates indica, do ponto de vista

de uma análise freudiana, o ideal do Eu que precisa ser erguido como obstáculo na psique de Alcibíades que teve uma vida sexual ativa com amantes de ambos os sexos, incluindo a esposa de um rei espartano, fato que pode ter sido, provavelmente, a causa do seu assassinato. Porém Alcibíades foi interditado sexualmente pela força externa de seu amante Sócrates, o homem que ele mais admirava, e reverenciava, por ter salvado a sua vida no campo de batalha; mas, como se sabe, Sócrates não aceitou trocar ouro por cobre. O olhar oblíquo de Alcibíades, em direção aos caminhos do cão, indica qual força irá triunfar. Daí, retomando-se a análise do diálogo *Alcibiades I*, considerado nesta tese como platônico, pois, afinal, há mais de dois mil anos ele é uma referência para a introdução à filosofia platônica, encontra-se um Sócrates aflito ao saber que Alcibíades pretende ingressar na carreira política e ensinar, na assembleia dos atenienses, o que ele não sabe. Sócrates então o adverte: “apenas com loucura na mente terias um tal objetivo, excelente amigo; ensinar o que não sabes sem ter cuidado de aprender” (Platão, 2022, 102).

Balbucias, Alcibíades! Eu me recuso a nomear a condição que te condiciona. Porém, como estamos a sós, me permitirei falar. Excelente amigo, encontras-te casado com a mais extrema ignorância. O raciocínio te acusa e também tu acusas a ti mesmo. Por isso, lanças-te à política sem sequer ter sido educado. Tampouco te encontras sozinho nessa condição, a comunidade dos que atuam na política te acompanha, com exceção de uns poucos e, talvez, de Péricles, o teu guardião (Platão, 2022, 114-115).

Ora, diante dessas evidências, é lícito supor que um indivíduo interditado sexualmente tenda a se interditar intelectualmente em função do nexo causal entre desenvolvimento sexual e desenvolvimento cultural. Reside, com efeito, nessas interdições, o princípio da semiformação (*Halbbildung*), cuja consequência mais grave ocorre quando esse indivíduo, interditado duplamente, tornando-se neurótico ou psicótico, se lança à carreira política, como ocorreu com Alcibíades, Hitler, Trump e Bolsonaro. Assim, fundamentando-se no conceito freudiano de compulsão à repetição, este autor compreendeu ser pertinente criar, nesta tese, o conceito de complexo de

Alcibíades para uma melhor compreensão desse fenômeno que caracteriza a repetição de um padrão de comportamento que remete a Alcibíades. Por este prisma conceitual, ao ter como referência o complexo de Édipo e os tabus sexuais, o complexo de Alcibíades reflete as consequências dos interditos sexuais no campo educacional e político. Ao repetirem o comportamento do amante de Sócrates, os neuróticos obsessivos ou psicóticos, sobretudo os que buscam fugir da realidade ou remodelá-la por meio da política, não obedecem, como muitos indivíduos, “ao ditado em Delfos, conhece-te a ti mesmo!” (Platão, 2022, 123). Isto é, conheça a sua medida no mundo e se situe. Não queira, por exemplo, ser professor sem condição de sê-lo. Ou ser médico, engenheiro, pedreiro, advogado, ou qualquer outra profissão, sem o devido conhecimento para o exercício dessas atividades profissionais. Porém o receio de Sócrates acerca do destino de Alcibíades e, ao seu próprio, cumpriu-se: “Contudo, mesmo sem desconfiar da tua natureza, eu tenho receio de que a força da cidade predomine sobre ti e sobre mim” (Platão, 2022, 156). Porém, por outro ângulo de observação, não possível à filosofia socrática, cumpre considerar que não foram as forças da cidade que predominaram sobre esses dois atenienses, mas, sim, as pulsionais. Embora Sócrates presumisse que entre os bens materiais e os espirituais, Alcibíades escolheria os últimos, a história demonstrou que ele preferiu os primeiros. Mas, em sua esperança, Sócrates, ao amar a alma de Alcibíades, não seu corpo, em função de seu amor inibido na meta, conforme a terminologia freudiana, disse ao seu amante:

Dizer, eu devo! Ou deveria, é difícil para o apaixonado se apresentar a um homem que não sucumbe aos apaixonados. Mesmo assim, devo ousar expor o que trago em mente. Alcibíades, eu teria, desde muito tempo, renunciado ao meu amor caso te visse apegado a essas coisas que listei, julgando-as suficientes para levar a vida. No entanto, estou convencido que tu tens outras coisas em mente. Vou declará-las agora, cara a cara. Entenderás, enfim, por que continuo a ocupar a minha mente contigo. Na minha opinião, se algum dos deuses te dissesse: Alcibíades, o que preferes, viver tendo tudo que agora tens ou morrer neste instante caso não possas alcançar algo maior? Acredito que escolherias cair morto (Platão, 2022, 82-83).

Com efeito, a esperança de Sócrates se fortaleceu quando Alcibíades, cujas opiniões foram refutadas pelo método socrático, reconheceu a sua própria ignorância. Assim, antecedendo a fala final de Sócrates, no diálogo *Alcibíades I*, o aspirante à política disse-lhe: “A partir de agora, cuidarei de me dedicar à justiça” (Platão, 2022, 156). Mas entre a esperança e a realidade concreta, prevaleceu esta última. E a fama de Alcibíades reafirmou-se por meio do conto *Uma visita de Alcibíades*, de Machado de Assis, publicado originalmente em 1882, que trouxe, renascido em carne e osso, o amante de Sócrates, da Grécia Antiga, para o século XIX. E, assim, Alcibíades retornava à vida “tão gamenho como outr’ora; olhava de soslaio para o espelho, como fazem as nossas e outras damas d’este século, mirava os borzeguins, compunha o manto, não saía de certas attitudes esculpturaes” (Machado de Assis, 1882, p. 264). Enfim, se Sócrates acreditou que Alcibíades preferiria cair morto caso não alcançasse algo maior, ele morre pela segunda vez, simplesmente caiu morto, tendo como causa, no conto machadiano, a vaidade.

Como se evidencia, a história demonstrou o fracasso do modelo educacional platônico, porém ele se replica, enquanto tradição, na contemporaneidade, como se replicou em séculos anteriores. Logo, o tensionamento entre corpo e espírito gera, inevitavelmente, deformações, ou cicatrizes, e, como já citado, “Quanto maior a resistência, mais ampla é a deformação” (Freud, 2020b, p. 325-326). Tem-se assim um paradoxo, pois a formação pressupõe também deformação, isto é, todo processo formativo, em razão do conflito entre natureza e cultura, gera cicatrizes e, por mais que elas sejam imperceptíveis, elas estão lá, como considerou Adorno e Horkheimer (1985), onde o desejo foi atingido. Em seu texto, *Teoria da semiformação*, Adorno (2010, p. 39) argumentou que “Se os homens desenvolveram o espírito para se conservarem vivos, as imagens espirituais, que antes não existiriam, negam completamente sua qualidade como meio vital.” Assim, essas interdições, provenientes das forças do espírito, que nega ao corpo o que lhe é próprio, desencadeia uma revolta da própria natureza que, ao afirmar incondicionalmente a vida, termina por destruir os

obstáculos que a impedem de fluir. Segundo Adorno (2010, p. 12), “a natureza volta sempre a triunfar sobre seu dominador, que não se assemelhou a ela por simples acaso, primeiramente pela magia e, por fim, pela rigorosa objetividade científica.”

Além disso, nos casos em que a formação foi entendida como conformar-se à vida real, ela destacou unilateralmente o momento da adaptação, e impediu assim que os homens se educassem uns aos outros. Isso se fez necessário para reforçar a unidade sempre precária da socialização e para colocar fim àquelas explosões desorganizadoras que, é óbvio, se produzem às vezes justamente onde já está estabelecida uma tradição de cultura espiritual autônoma. E a ideia filosófica de formação que a ela corresponderia se dispôs a formar de maneira protetora a existência. Havia um duplo propósito: obter a domesticação do animal homem mediante sua adaptação inter pares e resguardar o que lhe vinha da natureza, que se submete à pressão da decrepita ordem criada pelo homem. A filosofia de Schiller, dos kantianos e de seus críticos foi a expressão mais prenhe da tensão entre esses dois momentos, ao passo que na teoria hegeliana da formação – e na do Goethe tardio – triunfou, dentro do mesmo humanismo, com o nome de desprendimento, o *desideratum* da acomodação. Mas, se essa tensão se desfaz, instala-se uma hegemonia unilateral e seu âmbito impede elevar-se, por decisão individual acima do dado, do positivo, e, pela pressão que exerce sobre os homens, neles perpetua a deformidade que se pensava dominada, a agressão. Tal é, conforme Freud o vê, a razão do mal-estar que a cultura carrega em si. A sociedade inteiramente adaptada é o que na história do espírito demonstra esse conceito: mera história natural darwinista, que premia a *survival of the fittest*. Quando o campo de forças a que chamamos formação se congela em categorias fixas – sejam elas do espírito ou da natureza, de transcendência ou de acomodação –, cada uma delas, isolada, se coloca em contradição com seu sentido, fortalece a ideologia e promove uma formação regressiva (Adorno, 2010, p. 11).

Não há, portanto, em decorrência desse curso histórico, muita esperança; a não ser aquela, como já foi dito, que reside em ressaltar o caráter destrutivo, sobretudo dos discursos fascistas, que decorre da intensificação dos processos repressivos. Logo, é importante que se esclareça que a formação cultural demonstrou ser insuficiente para, por si só, reverter esse fluxo regressivo. “Contudo, a única possibilidade de sobrevivência que resta à cultura é a autorreflexão crítica sobre a semiformação, em que, necessariamente se converteu” (Adorno, 2010, p. 39). Logo, é premente que se compreenda que a semiformação constitui o espírito de um sistema social paranoico criado pela sociedade contemporânea.

Associa-se a paranoia ao delírio de perseguição. A chocante afinidade de um estado de consciência como o da semicultura com os processos psicóticos, inconscientes, seria uma enigmática harmonia preestabelecida se os sistemas delirantes não tivessem também, ao lado de seu valor e lugar na economia psicológica da pessoa individual, uma função social objetiva. A intuição essencial fica obstruída pela semiformação. Quem dispensa a continuidade do juízo e da experiência se vê provido, por tais sistemas, apenas com esquemas para subjugar a realidade. De fato, não alcançam a realidade, mas contentam-se em compensar o medo diante do incompreendido. Os consumidores de pré-fabricados psicóticos sentem-se resguardados, assim, por todos aqueles igualmente isolados que, em seu isolamento numa alienação social radical, acabam unidos por um sistema comum. A satisfação narcisista de ser em segredo um dos escolhidos entre os demais escolhidos dispensa – enquanto sobrepassa e transcende os interesses mais próximos – o confronto com a realidade, em que o antigo Ego, segundo Freud, tinha sua tarefa mais nobre. Os delirantes sistemas da semiformação dão um curto-circuito na permanência. [...] A semiformação é defensiva: exclui os contatos que poderiam trazer à luz algo de seu caráter suspeito. E o que dá origem às formas psicóticas de reação ao social não é a complexidade, e sim a alienação, a psicose em si é a alienação objetiva de que o sujeito se apropriou até o mais íntimo (Adorno, 2010, p. 34-35).

Embora a semiformação universalizada seja um fenômeno contemporâneo, encontra-se no século XVIII, ao se analisar alguns representantes do Iluminismo, os seus antecedentes. E o destaque é Immanuel Kant, o filósofo da autonomia e do esclarecimento que, ao propor a emancipação intelectual, não conseguiu emancipar a si próprio e tornou-se, assim, um dos filósofos racistas, como David Hume, que fundamentaram as concepções da pseudociência do século XIX que retroalimenta, na contemporaneidade, o racismo sistêmico. A propósito, em sua tentativa pseudoantropológica de compreender os diferentes povos, Kant (2017, p. 85-86), ao expressar de forma contundente a sua concepção racista, afirmou, em seu texto *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime*, que

Os negros da África carecem por natureza de uma sensibilidade que se eleva acima do trivial. O senhor Hume desafia quem lhe apresente um único exemplo de um negro que tenha revelado talentos, e afirma que entre os centos de milhar de negros levados para terras estranhas, apesar de muitos terem obtido a liberdade, não se encontrou um único que tenha criado alguma coisa grande, seja na arte, nas ciências, ou em qualquer outra actividade honrosa, enquanto entre os brancos é frequente isso suceder, e muitos são os que tendo saído da

plebe mais modesta, pela sua condição superior, ascendem a uma boa reputação. Tão fundamental é a diferença entre estas duas raças humanas, que parece ser tão grande a respeito das faculdades intelectuais como a respeito da cor. A religião do fetiche, difundida entre eles, é uma espécie de culto idólatra que cai no ridículo. Uma pena de pássaro, um corno de boi, uma concha de molusco ou qualquer outra coisa vulgar, uma vez consagrada por algumas palavras, converte-se em objecto de veneração e é invocada nos conjuros. Os negros são muito vaidosos, mas à sua maneira, e tão faladores que até chega ser preciso dispersá-los à paulada.

Ora, como se evidencia nesta concepção etnocêntrica, expressa neste texto kantiano, há semiformados, racistas, até entre os filósofos. Enfim, ante a esse declínio da formação, cuja “relação com uma práxis ulterior apresentou-se como degradação a algo heterônomo, como percepção de vantagens de uma irresolvida *bellum omnium contra omnes*” (Adorno, 2010, p. 13), chega-se à compreensão que, talvez, Hobbes (1999) estivesse certo ao afirmar que o medo seria a única força capaz de controlar a natureza humana. Se essa proposição hobbesiana estiver, de fato, correta, o medo real, ante a possibilidade de aniquilação total da espécie humana, será o fator preponderante para a inflexão desse curso paranoico de autodestruição. Contudo, encontra-se também na arte essa possibilidade de inflexão. Ao se analisar o curso civilizatório, ela sempre esteve ali, como esperança de uma realidade a ser alcançada. Logo, como ponderou Marcuse (2018, p. 191-192),

Freud tinha razão; a vida é má, repressiva, destrutiva – mas não é *assim tão* má, repressiva, destrutiva. Há também os aspectos construtivos, produtivos. A sociedade não é só isto, mas também aquilo; o homem não é somente contra si mesmo, mas também por si mesmo.

Essas distinções são desprovidas de significado – como tentaremos demonstrar – e até errôneas, a menos que se realize a tarefa que Freud chamou a si: demonstrar como, sob o impacto da civilização, os dois “aspectos” estão inter-relacionados na própria dinâmica instintiva e como, em virtude dessa dinâmica, um deles se converte inevitavelmente no outro.

Deve-se, assim, compreender que *Eros*, embora subordine a pulsão de morte aos seus propósitos, sempre teve ao seu lado, como aliados incondicionais, desde os

primórdios da humanidade, o medo e a arte. E foi assim, com medo de inimigos reais ou ficcionais, que os homens, por meio da arte, criaram outra realidade. Com efeito, se o homem se fez a si, desse modo, enquanto humano, um ser de cultura, que se acomoda no mundo, em sua criação, ele pode se fazer de outro modo, enquanto ser que se emancipa e produz outro mundo, ou outra ordem humana, que efetive a conciliação, tensa, entre natureza e cultura. Embora sem a possibilidade de abolir a repressão, necessária a existência civilizatória, mas, de todo modo, com a exigência, *a priori*, de abolir a *mais-repressão*. Logo, como se evidencia, é possível, ao ressaltar a destrutividade humana, abrir espaço nesse cenário de horror para a efetivação de utopias, um mundo novo projetado pela arte que ressalte a estética de *Eros* em detrimento da estética da pulsão de morte.

Desse modo, como supradito, se Kant propôs a emancipação intelectual, que ele próprio não realizou em si; houve, por sua vez, as revoluções burguesas que realizaram a emancipação política, pelo menos nos Estados nacionais que levaram a cabo as propostas liberais dos burgueses revolucionários, cujas conquistas efetivaram a laicização do Estado que se emancipou da tutela religiosa, mantendo-o, todavia, tutelado aos interesses dessa classe burguesa. Como consequência lista-se, ainda, a cisão entre sociedade civil e sociedade política, conforme os pressupostos do liberalismo político de John Locke. Assim, segundo Marx (1989c, p. 63), “a emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade civil, indivíduo independente e egoísta e, por outro, a cidadão, a pessoa moral”. Portanto, diante dessas duas modalidades de emancipação, a saber, a intelectual e a política, surgiu, como exigência para a sobrevivência da espécie humana, uma terceira modalidade compreendida por Marx (1989c) como emancipação humana. No entanto, ela existe, por ora, enquanto utopia; mas, em função de sua *práxis* revolucionária, a emancipação humana se apresenta como horizonte que, se alcançado, possibilitará a efetivação de uma formação cultural (*Bildung*) que se contraponha, de fato, aos

sistemas delirantes da semiformação que se manifestam no racismo, sexismo, machismo, homofobia e outras formas de preconceito e atrocidades.

Ante o exposto, não se deve cair no engano “de não examinar a relação entre emancipação política e emancipação humana” (Marx, 1989c, p. 40), sobretudo para evitar o uso retórico do termo emancipação que se encontra esvaziado em muitas propostas educacionais. Logo, é necessário que se compreenda o conceito de emancipação em sua concretude, pois “toda emancipação constitui uma restituição do mundo humano e das relações humanas ao próprio homem” (Marx, 1989c, p. 63). Porém a emancipação política é, em função de sua dimensão restritiva, a manifestação do individualismo e do egoísmo possessivo humano. Consequentemente, ela não liberta os indivíduos de sua degradação. Por outro lado, como argumentou Marx (1989c, p. 63),

A emancipação humana só será plena quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstracto; quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tomado um ser genérico; e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças (forces propres) como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política (Marx, 1989c, p. 63).

Assim, ao se alcançar a emancipação humana, o tensionamento entre corpo e espírito existirá enquanto tensão dialética entre natureza e cultura, sem, portanto, irromper em uma unilateralidade que subordine um ao outro, evitando-se, assim, uma ditadura do corpo ou do espírito. Ademais, com a abolição da dicotomia entre sociedade civil e sociedade política, o poder político que existe, por exemplo, nas democracias liberais, como poder verticalizado, será demolido em seus fundamentos para, em seu lugar, construir os fundamentos de um poder horizontal, próprio de uma democracia que seja, de fato, social, ampla e com o poder de abolir a *mais-repressão*. É utopia? Sim, é utopia! Mas há outra forma de se evitar a aniquilação total da espécie humana? A história demonstrou que as diferentes formas de verticalização do poder político, a saber, teocracias, democracias liberais, ditaduras, regimes absolutistas,

totalitários, entre outros, culminaram, com frequência, em atrocidades. As duas grandes guerras mundiais, que marcaram o século XX, envolveram países que adotavam o poder verticalizado. As guerras entre países permanecem no século XXI com o temor, recorrente, desses conflitos, escalarem para o nível regional. E há sempre o risco de algum conflito nuclear entre os países que dominam essa tecnologia bélica com consequências catastróficas para todo o planeta. Logo, a horizontalidade do poder político, como resultante da emancipação humana, apresenta-se como melhor caminho. O “homem real” tendo “em si o cidadão abstracto”. Esta fusão do universal com o “homem individual” pressupõe a transformação do desejo, expresso no campo onírico, sublimado, em arte que instala outro mundo. “A força para isso, porém, só pode surgir ao espírito pelo que se constituiu anteriormente como formação” (Adorno, 2010, p. 39), cujo princípio, apresentado nesta tese, é *Eros*.

E, além do mais, a formação (*Bildung*) precisa ser, primeiramente, artística, afinal, “Se alguém deseja saborear a arte, terá de tornar-se uma pessoa artisticamente educada” (Marx, 1989b, p. 234). Aliás, se horror foi transformado em espetáculo, a força contrária a esse dado encontra-se na estetização da *práxis* para que o horror seja percebido como horror e não como entretenimento. Daí segue a necessidade urgente de se reeducar, artisticamente, a sensibilidade, enquanto faculdade cognitiva para se contrapor à semiformação que se vale do entorpecimento das sensações para a sua universalização. Logo, como aprendeu Nietzsche (2001c, p. 15), é necessário “*ver a ciência com a óptica dos artistas, mas a arte, com a da vida.*” Chega-se, assim, à compreensão que a formação cultural se aproxima da proposta marxista de educação omnilateral, uma *práxis* revolucionária germinal que pressupõe formar o homem em sua integralidade, isto é, uma formação que possibilita a integração da arte, da estética, da ciência, da filosofia, da ética, da política, da tecnologia e de outras dimensões do espírito humano em um todo destinado à emancipação humana.

O modelo da semiformação, todavia, caracteriza hoje a camada dos empregados médios, ficando claro que seria tão impossível especificar

univocamente tanto seus mecanismos nas camadas propriamente baixas quanto a consciência nivelada tomada de modo global. Medida na situação aqui e agora, a asserção da universalidade da semiformação é indiferenciada e exagerada. Não poderia subsumir, em absoluto, todos os homens e todas as camadas indiscriminadamente sob aquele conceito, mas delineia uma tendência, esboça a fisionomia de um espírito que também determinaria a marca da época se tivéssemos de restringir quantitativa e qualitativamente o âmbito de sua validade. É possível que inúmeros trabalhadores, pequenos empregados e outros grupos, graças à sua consciência de classe ainda viva, embora debilitada, não caiam nas malhas da semiformação. Porém, estas são tão fortes com base na produção, seu estabelecimento está tão de acordo com os interesses decisivos e acomodam-se tanto às manifestações culturais atuais, que sua representatividade se impõe, mesmo sem chancela da estatística. No entanto, é ainda a formação cultural tradicional, mesmo que questionável, o único conceito que serve de antítese à semiformação socializada, o que expressa a gravidade de uma situação que não conta com outro critério, pois se descuidou de suas possibilidades. Não se quer a volta do passado nem se abrande a crítica a ele. Nada sucede hoje ao espírito objetivo que não estivesse já inscrito nele desde os tempos mais liberais ou que, pelo menos, não exija o cumprimento de velhas promessas. O que agora se denuncia no domínio da formação cultural não se pode ler em nenhum outro lugar a não ser em sua antiga figura, que, como sempre, também é ideológica. Potencialmente foram cortados os petrificados recursos com que o espírito podia escapar da formação cultural tradicional e ultrapassá-la (Adorno, 2010, p. 18-19).

A semiformação, como delineada por Adorno, corresponde ao espírito do modelo educacional pragmático que se tornou hegemônico, cuja meta primordial é a acomodação dos homens no mundo. Com efeito, o pragmatismo, que expandiu o domínio da razão instrumental sobre a natureza, é um dos responsáveis por cortar os recursos que possibilitariam ao espírito uma alternativa real de formação. Ora, com o predomínio de uma educação pragmática, a imaginação e a crítica, recursos essenciais para a formação cultural, são tolhidas por meio de reformas curriculares que menosprezam, por exemplo, a formação filosófica e artística. Contudo, uma utopia formativa já se tem, o que falta é viabilizar os recursos para realizá-la. E, apesar de tudo, os recursos existem, pois, “a vontade ávida sempre encontra um meio, através de uma ilusão distendida sobre as coisas, de prender à vida as suas criaturas, e de obrigá-las a prosseguir vivendo” (Nietzsche, 2001c, p. 108). Ora, e como já se expressou nos versos deste autor, não há morte que mata o ser que ama.

Assim, vergam-se os obstáculos que impedem a vida de fluir e, mesmo com destruição, ela segue perpetuamente em seu conflito estruturante. Talvez a espécie humana seja extinta por um processo de autoaniquilação, “dado que a condição do homem [...] é uma condição de guerra de todos contra todos” (Hobbes, 1999, p. 113). Mas os últimos indivíduos não poderão alegar que faltaram, à humanidade, alternativas, caso ocorra a prevalência dessa distopia.

O OLHAR

As primeiras reflexões filosóficas foram no sentido de compreender a magnitude do Cosmos, conceituado como algo objetivo, universal e externo. Não havia tantos espelhos, como existem agora. Assim, as imagens da exterioridade, alheias ao Eu, refletidas na mente humana, eram o recorrente. O olhar para si, enquanto singularidade, era um caso raro. Os que o faziam, afogavam em si, como conta a história do mito de Narciso que “acha feio o que não é espelho” como cantou Caetano Veloso. Sócrates foi um dos primeiros a olhar, filosoficamente, para si, instigado, como se sabe, pela inscrição “conhece-te a ti mesmo”. O espelho era a retina dos olhos, por analogia, o olho da alma, “tal qual em um espelho? E ainda que chamamos de pupila aquela parte que reflete uma imagem em miniatura de quem se olha?” (Platão, 2022, p. 147). Logo, “uma alma que almeja conhecer a si mesma, ela deve olhar para uma alma como ela” (Platão, 2022, p. 148). E o que se via era o Eu objetivo, não havia na concepção filosófica platônica o Eu enquanto subjetividade. “Portanto, olho contemplando olho, a mirar dentro daquilo que é a sua melhor parte – aquilo com o que vê –, vai se ver a si mesmo” (Platão, 2022, p. 148). Esse em si, distante, pressupõe a ideia de Bem, o absoluto, o Deus de Platão. “Logo, nos serviremos do mais belo reflexo ao olhar para o divino e, no âmbito humano, para a excelência da alma. Desse modo, veríamos mais e conheceríamos a nós mesmos” (Platão, 2022, p. 149).

A filosofia reflete, por conseguinte, o espírito de cada época histórica. Ela é, por excelência, o espelho da humanidade. No entanto, os espelhos da natureza, como a superfície da água, trouxeram as primeiras respostas à pergunta: o que eu sou? Logo, Narciso, ao ver de fato a si, foi tomado pelo espanto ao ver pela primeira vez a si próprio. Como vocês sabem, ele se apaixonou pelo seu reflexo e o castigo foi a morte

por afogamento. Talvez o temor de Platão, em afogar-se em si, o levou a mirar naquela direção transcendente. Mas a natureza reflete a si mesma e devolve a quem a olha o reflexo, quase sempre intraduzível, de sua existência. Ao se olhar a história do espelho, se verá que as imagens nem sempre foram nítidas. Os espelhos da antiguidade, que no Egito Antigo eram fabricados com metal polido, bronze ou cobre, não devolvia a quem os olhava uma imagem nítida. Contudo, os espelhos fabricados a partir do século XIX melhoraram a nitidez do que se via e, sua popularidade, realizou, de fato, uma revolução na forma como os indivíduos se percebem. Logo, com o desenvolvimento da técnica, outras lentes passaram a refletir o humano. O surgimento e o desenvolvimento da fotografia popularizaram os retratos e autorretratos. Assim, não se é mais necessário, com a revolução técnica, ter a habilidade de um pintor ou escultor para representar a natureza e a si próprio. O cinema, ao colocar a fotografia em movimento, expressou, sem dúvidas, a melhor *mímesis* da natureza, a ponto de tornar-se um modelo para a sua transformação. A propaganda nazista percebeu este poder do cinema e, por meio da imagem em movimento, buscou plasmar a realidade. A revolução da indústria cultural exige, com efeito, “a discussão sobre o que seja o real, ou jamais saberemos quem é a projeção: se a imagem refletida no espelho ou se ou eu que a contempla” (Nascimento, 2006, p. 69).

Sendo assim, o que é real? Essa pergunta que acompanha a filosofia desde sua gênese se faz atual e necessária, sobretudo neste tempo presente em que se mesclam o medo real e o medo neurótico nas telas de alta definição, cujos fantasmas alimentam o sistema paranoico da semi formação. O que se evidencia, a partir dessa pergunta, é que nunca se teve tanto medo do desejo como se tem agora nos tempos atuais. Ora, a realidade é feita de desejo. Esta sentença, irrefutável, deve ser evidenciada. O real é um produto de *Eros*. A questão é que a natureza, embora com todo avanço científico e tecnológico, permanece desconhecida. Santo Agostinho foi um dos primeiros a confessar o seu medo em relação ao amor. Platão, por sua vez, compreendeu a força revolucionária de *Eros*. Reside aí, a causa que levou Freud a aproximar-se “do *Eros* do divino

Platão” (Freud, 2020a, p. 18), uma força imanente que direciona o olhar humano às bordas do Cosmos e para dentro de si mesmo. Mas “ao compreender a alma como uma entidade tripartida – alma concupiscente, alma irascível e alma racional –, Platão atribuiu à racional o poder de controlar as demais partes da alma” (Nascimento, 2019, p. 32).

A alma pode ser comparada com uma força natural e ativa, constituída de um carro puxado por uma parelha alada e conduzido por um cocheiro.

Os cavalos e os cocheiros das almas divinas são bons e de boa raça, mas os dos outros são mestiços. O cocheiro que nos governa rege uma parelha na qual um dos cavalos é belo e bom, de boa raça, enquanto o outro é de raça ruim e de natureza arrevesada. Assim, conduzir nosso carro é ofício difícil e penoso.

Cabe ainda explicar a razão pela qual, entre os seres animados, uns são mortais e outros imortais.

A alma universal rege a matéria inanimada e manifesta-se no universo de múltiplas formas. Quando é perfeita e alada, paira nas esferas e governa a ordem do cosmos (Platão, 2005b, p. 82-83).

“Neste mito platônico, o cavalo belo e bom é a alma irascível e, o outro, ‘de raça ruim e de natureza arrevesada’, a alma concupiscente. O cocheiro é a razão, a alma racional” (Nascimento, 2019, p. 33). Porém, como demonstrou Freud, a razão é uma força incipiente ante a potência de *Eros* que subordina, com frequência, o Eu.

Pode-se comparar a relação do Eu com o Id àquela do cavaleiro com o cavalo. O cavalo fornece a energia para a locomoção, o cavaleiro tem a prerrogativa de determinar a meta, de dirigir o movimento do forte animal. Mas entre Eu e Id ocorre, frequentemente, a situação nada ideal de o cavaleiro ter de levar o animal aonde este quer mesmo ir (Freud, 2011c, p. 220).

Logo, com a ascensão da razão instrumental, ou subjetiva, em detrimento da razão objetiva, o cocheiro ou cavaleiro perderam a prerrogativa, que já era difícil e penosa, de conduzir os destinos humanos. O olhar, que já teve a potência de revelar

(*alétheia*) parte dos enigmas da natureza e alguns fragmentos intraduzíveis do inconsciente, perdeu, em geral, sobretudo entre os semiformados, a capacidade de ver o outro como humano. Assim, como um dos primeiros a se aprisionar nessa paranoia da semiformação, Kant (2017, p. 87), em sua obtusidade ao desqualificar a resposta de um homem negro acerca de um questionamento sobre as mulheres, declarou: “Talvez haja nesta resposta algo que mereça reflexão, mas para poupar palavras parece que este rapaz era negro dos pés à cabeça, o que justifica que não soubesse o que dizia.” Ora, como se evidencia, nessa opinião (*doxa*) ignóbil de Kant, o homem, ao ser desumanizado, reificou, sobretudo, o seu olhar e o que o olho vê. Consequentemente, no tempo presente, miram-se as necessidades de autopreservação e as virtualidades da indústria cultural. “Hoje, o progresso em relação à utopia é bloqueado antes de tudo pela completa desproporção entre o peso do mecanismo esmagador do poder social e o das massas atomizadas” (Horkheimer, 2003, p. 186).

Evidencia-se, com efeito, que esse olhar racista, reificado, de segregação, que banhou o Oceano Atlântico de sangue e fertilizou as terras das Américas com sangue e suor de homens livres, que foram escravizados para alimentar essa maquinaria brutal de destruição, permanece enquanto estética da pulsão de morte que materializa esse olhar inumano em assassinatos brutais, como os genocídios de diferentes grupos étnicos.

A formalização da razão conduz a uma situação cultural paradoxal. Por um lado, o antagonismo destrutivo do ego e da natureza, que resume a história da nossa civilização, atinge o seu ponto culminante nesta época. Vimos como a tentativa totalitária de subjugar a natureza reduziu o ego, o sujeito humano, a um mero instrumento de repressão. Todas as outras funções do eu, expressas em idéias e conceitos gerais, foram desacreditadas. Por outro lado, o pensamento filosófico, cuja tarefa é tentar uma conciliação entre ego e natureza, chegou a negar ou esquecer a própria existência do antagonismo. O que é chamado de filosofia, juntamente com todos os outros ramos da cultura, transpôs superficialmente o abismo e contribuiu assim para aumentar os riscos atuais. Uma presunção subjacente a esta discussão aqui é a de que a consciência filosófica desses processos poderia ajudar a invertê-los (Horkheimer, 2003, p. 163).

Logo, tende ao fracasso qualquer forma de esclarecimento que não seja prescindida de uma emancipação, de fato, de toda a humanidade. O ousar conhecer e o ousar ser livre são imbricados em sua origem. Não há um sem o outro. Esta dialética emancipatória encontra ressonância na *práxis* revolucionária que se contrapõe ao pragmatismo dominante. Assim, ante o antagonismo fundante da dialética, há, como considerou Horkheimer (2003), a possibilidade de inverter esse processo que culmina no declínio civilizatório. Enfim, nesse jogo antagônico de forças destrutivas, os cavalos que conduzem a alma humana deveriam saber que, ao atravessarem o deserto da existência, se mirassem apenas na direção oposta ao poço de água morreriam de sede. E, como advertência, *Eros* diz ao Eu: olhe para a fonte que te manterá vivo! Mas a água que mantém a vida humana não é apenas a água física. Há água do esquecimento, do rio *lethe*. Existe, ainda, a imprescindível água da *alétheia* filosófica e de tantas outras fontes, sobretudo da arte, que mantém um indivíduo vivo. E como disse Nietzsche (2008b, p. 7-8):

Nós, homens do conhecimento, não nos conhecemos; de nós mesmos somos desconhecidos – e não sem motivo. Nunca nos procuramos: como poderia acontecer que um dia nos encontrássemos? Com razão alguém disse: “onde estiver teu tesouro, estará também teu coração”. Nosso tesouro está onde estão as colméias do nosso conhecimento. Estamos sempre a caminho delas, sendo por natureza criaturas aladas e coletoras do mel do espírito, tendo no coração apenas um propósito – levar algo “para casa”. Quanto ao mais da vida, as chamadas “vivências”, qual de nós pode levá-las a sério? Ou ter tempo para elas? Nas experiências presentes, receio, estamos sempre “ausentes”: nelas não temos nosso coração – para elas não temos ouvidos. Antes, como alguém divinamente disperso e imerso em si, a quem os sinos acabam de estrondear no ouvido as doze batidas do meio-dia, e súbito acorda e se pergunta “o que foi que soou?”, também nós por vezes abrimos *depois* os ouvidos e perguntamos, surpresos e perplexos inteiramente, “o que foi que vivemos?”, e também “quem somos realmente?”, e em seguida contamos, depois, como disse, as dozes vibrantes batidas da nossa vivência, da nossa vida, nosso *ser* – ah! e contamos errado... Pois continuamos necessariamente estranhos a nós mesmos, não nos compreendemos, *temos* que nos mal-entender, a nós se aplicará para sempre a frase: “Cada qual é mais distante de si mesmo” – para nós mesmos somos “homens do desconhecimento”...

Assim, como grãos de areia imersos na ampulheta de Cronos, os indivíduos humanos declinam em direção ao seu termo sem sequer saborear os instantes preciosos de sua existência. Estão distantes demais de si. Nesse *full time* vivem no presente sem perceberem o presente. São partes de uma maquinaria brutal de destruição. A consciência, por sua vez, em suas fugas constantes do presente, impede que o indivíduo, submerso em sua alienação, compreenda a sua própria condição. Mas se você olhar, neste instante, no olho de uma pessoa e se ver lá, refletido, uma miniatura na pupila do outro, se olhar ainda mais, de forma profunda, e se a pessoa não desviar o olhar, você não verá uma forma divina objetiva, como acreditou Platão (2022), mas, sim, o reflexo de sua repressão nos olhos do outro que lhe devolverá, refletido em sua pupila, o mesmo reflexo da repressão que mutila ambos. É um humano. Nesta vivência, do “olho contemplando olho”, em que o Eu está, de fato, presente, se poderá ver, nesses olhos de angústia, manifesto no sofrimento, as cicatrizes de uma alma. É nesta estética do olhar que nasce o anseio de liberdade.

REFERÊNCIAS

ADORNO. Theodor W. **Dialética negativa**. Tradução de Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

_____. **Minima moralia**. Tradução de Artur Morão. Coimbra: Edições 70, 2022.

_____. Tabus sexuais e direito hoje. In: _____. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. Tradução de Verlaine Freitas. São Paulo: Editora Unesp, 2015a.

_____. Observações sobre política e neurose. In: _____. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. Tradução de Verlaine Freitas. São Paulo: Editora Unesp, 2015b.

_____. Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista. In: _____. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. Tradução de Verlaine Freitas. São Paulo: Editora Unesp, 2015c.

_____. A psicanálise revisada. In: _____. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. Tradução de Verlaine Freitas. São Paulo: Editora Unesp, 2015d.

_____. Antissemitismo e propaganda fascista. In: _____. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. Tradução de Verlaine Freitas. São Paulo: Editora Unesp, 2015e.

_____. Sobre a relação entre sociologia e psicologia. In: _____. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. Tradução de Verlaine Freitas. São Paulo: Editora Unesp, 2015f.

_____. Tabus acerca do magistério. In: _____. **Educação e Emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 2003a.

_____. Educação após Auschwitz. In: _____. **Educação e Emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 2003b.

_____. Teoria da semiformação. In: PUCCL, Bruno; ZUIN, Antônio A. S.; LASTÓIRA, Calmon Nabuco. **Teoria Crítica e inconformismo: novas perspectivas de pesquisa**. Tradução de Newton Ramos-de-Oliveira. Campinas: Autores Associados, 2010.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Antologia poética**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. **Sentimento do mundo**. Rio de Janeiro: MEDIAfashion, 2008.

ANDREAS-SALOMÉ, Lou. A mulher. In: _____. **Reflexões sobre o problema do amor e O erotismo**. Tradução de Antonio Daniel Abreu. São Paulo: Landy Editora, 2005.

ARISTÓFANES. **Lisístrata: a greve do sexo**. Tradução de Millôr Fernandes. Porto Alegre: L&PM, 2005.

ARISTÓTELES. **Organon**. Tradução de Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimarães Editores, 1985.

BOLSONARO, Jair. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de Posse no Congresso Nacional**. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 2019a. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-posse-no-congresso-nacional>. Acesso em: 09 de out. 2023.

BOLSONARO, Jair. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de Posse no Congresso Nacional. In: **Sessão solene de posse do presidente e vice-presidente da República**. Brasília: Câmara dos Deputados-TV Câmara, 2019b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=17NWLcKRY-Y>. Acesso em: 16 de out. 2023.

BOLSONARO, Jair. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Solenidade de Posse e Despedida de Ministros de Estado - Palácio do Planalto**. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 2022a. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-solenidade-de-posse-e-despedida-de-ministros-de-estado-palacio-do-planalto>. Acesso em: 09 de out. 2023.

BOLSONARO, Jair. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Solenidade de Posse e Despedida de Ministros de Estado - Palácio do Planalto. In: **Solenidade de posse e despedida de Ministros de Estado**. Brasília: CanalGov, 2022b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UAXpUTHVeXk>. Acesso em: 16 de out. 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 nov. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm. Acesso em: 13 abr. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1988.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 9.278, de 10 de maio de 1996. Regula o § 3º do art. 226 da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 mai. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9278.htm. Acesso em: 18 mai. 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm. Acesso em: 16 jul. 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 13.058, de 22 de dezembro de 2014. Altera os arts. 1.583, 1.584, 1.585 e 1.634 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estabelecer o significado da expressão “guarda compartilhada” e dispor sobre sua aplicação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 2014. Acesso em: 16 jul. 2023.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 dez. 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 18 out. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.277. Requerente: Procuradora-Geral da República. Relator: Min. Ayres Britto, 05 de maio de 2011. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628635>. Acesso em: 18 mai. 2023.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Representação nº 0601699-41.2018.6.00.0000 – classe 11541 – Brasília – Distrito Federal. Representantes: Coligação O Povo Feliz de Novo (PT/PCdoB/PROS) e Fernando Haddad. Representados: Coligação Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos (PSL/PRTB) e Jair Messias Bolsonaro; Flávio Nantes Bolsonaro e Carlos Nantes Bolsonaro; Twitter Brasil Rede de Informação Ltda.; Facebook Serviços Online do Brasil Ltda.; Google Brasil Internet Ltda. Relator: Ministro Carlos Horbach, 15 de outubro de 2018. Disponível em: <https://consultaunificadapje.tse.jus.br/consulta-publica->

unificada/documento?extensaoArquivo=text/html&path=tse/2018/10/15/23/72b5638b2a6bf098b2d52001a1357280de412623. Acesso em: 10 out. 2023.

CALLIGARIS, Contardo. Homofobia e homossexualidade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 de nov. 2011. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1011201119.htm>. Acesso em: 29 de mai. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA-CNJ. Alienação parental: Ações crescem 85% na Justiça mineira em 2017. **Conselho Nacional de Justiça-CNJ**, Brasília, 25 de abr. 2018. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/alienacao-parental-acoes-crescem-85-na-justica-mineira-em-2017/>. Acesso em: 16 de jul. 2023.

DER BLAUE ENGEL (O ANJO AZUL). Direção de Josef von Sternber. Alemanha, 1930. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pxilhHkZgYk>. Acesso em: 15 de abr. 2023.

DER EWIGE JUDE (O ETERNO JUDEU). Direção de Fritz Hippler. Alemanha, 1940. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=udfJCM6Khvc&feature=youtu.be>. Acesso em: 20 de abr. 2023.

DESCARTES, René. Meditações. In: _____. **Discurso do Método, As paixões da alma, Meditações**. Tradução de Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

Deverá durar três horas o discurso de Hitler. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 18 de abr. de 1939. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1939_13633.pdf. Acesso em: 05 de out. 2023.

ENDSJØ, Dag Øistein. **Sexo e religião: do baile das virgens ao sexo sagrado homossexual**. Tradução de Leonardo Pinto Silva. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

EVANGELHO SEGUNDO SÃO LUCAS. In: **Bíblia Sagrada - Edição Pastoral**. Tradução de Ivo Storniolo; Euclides Martins Balancin. São Paulo: Paulus, 1990. Disponível em: http://www.paulus.com.br/biblia-pastoral/_INDEX.HTM. Acesso em: 18 mai. 2023.

FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer (1920). In: _____. **História de uma neurose infantil ("O homem dos lobos")**, Além do princípio do prazer e outros textos

(1917-1920). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

_____. Angústia e instintos. In: _____. **O Mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011a.

_____. Acerca de uma visão de mundo. In: _____. **O Mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011b.

_____. A dissecção da personalidade psíquica. In: _____. **O Mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011c.

_____. O Mal-estar na civilização. In: _____. **O Mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011d.

_____. A perda da realidade na neurose e na psicose (1924). In: _____. **O Eu e o Id, "Autobiografia" e outros textos (1923-1925)**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2023a.

_____. O Eu e o Id (1923). In: _____. **O Eu e o Id, "Autobiografia" e outros textos (1923-1925)**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2023b.

_____. O poeta e o fantasiar (1908). In: _____. **Arte, literatura e os artistas**. Tradução de Ernani Chaves. Belo Horizonte: Autêntica, 2018a.

_____. Transitoriedade (1916). In: _____. **Arte, literatura e os artistas**. Tradução de Ernani Chaves. Belo Horizonte: Autêntica, 2018b.

_____. **Inibição, sintoma e medo**. Tradução de Renato Zwick. Porto Alegre: L&PM, 2018c.

_____. **Psicologia das massas e análise do eu**. Tradução de Renato Zwick. Porto Alegre: L&PM, 2019a.

_____. **As pulsões e seus destinos**. Tradução de Pedro Heliodoro Tavares. Belo Horizonte: Autêntica, 2019b.

_____. **Totem e tabu**. Tradução de Renato Zwick. Porto Alegre: L&PM, 2017.

_____. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). In: _____. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”) e outros textos (1901-1905)**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2020a.

_____. O método psicanalítico de Freud (1904). In: _____. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”) e outros textos (1901-1905)**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2020b.

_____. Meus pontos de vista sobre o papel da sexualidade na etiologia das neuroses (1906). In: _____. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”) e outros textos (1901-1905)**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2020c.

GÊNESIS. In: **Bíblia Sagrada - Edição Pastoral**. Tradução de Ivo Storniolo; Euclides Martins Balancin. São Paulo: Paulus, 1990. Disponível em: http://www.paulus.com.br/biblia-pastoral/_INDEX.HTM. Acesso em: 18 mai. 2023.

GULLAR, Ferreira. **Poema Sujo**. Rio de Janeiro: MEDIAfashion, 2008.

HESÍODO. **Teogonia: a origem dos deuses**. Tradução de Jaa Torrano. São Paulo: Iluminaras, 1995.

HITLER, Adolf. **Minha luta**. Tradução de Klaus Von Puschen. São Paulo: Centauro, 2003.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. Tradução de João Paulo Monteiro; Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão**. Tradução de Sebastião Uchoa Leite. São Paulo: Centauro, 2003.

KANT, Immanuel. Observações sobre o sentimento do belo e do sublime. In: _____. **Observações sobre o sentimento do belo e do sublime e Ensaio sobre as doenças mentais**. Tradução de Pedro Panarra. Lisboa: Edições 70, 2017.

LAPLANCHE, Jean. **Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano - 2000-2006**. Tradução de Vanise Dresch; Marcelo Marques. Porto Alegre: Dublinense, 2018.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LEVÍTICO. In: **Bíblia Sagrada - Edição Pastoral**. Tradução de Ivo Storniolo; Euclides Martins Balancin. São Paulo: Paulus, 1990. Disponível em: http://www.paulus.com.br/biblia-pastoral/_INDEX.HTM. Acesso em: 18 mai. 2023.

MACHADO DE ASSIS. Uma visita de Alcibíades. In: _____. **Papeis avulsos**. Rio de Janeiro: Lombaerts & c., 1882. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4774>. Acesso em: 17 mai. 2023.

MANN, Heinrich. **O Anjo Azul**. Tradução de Milton Camargo Mota. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

MARCUSE, Herbert. **Cultura e Psicanálise**. Tradução de Wolfgang Leo Maar; Robespierre de Oliveira; Isabel Loureiro. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. **Eros e Civilização: Uma Interpretação Filosófica do Pensamento de Freud**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: LTC, 2018.

MARX, Karl. **Contribuições à crítica da economia política**. Tradução de Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **O Capital: crítica da economia política. Livro 1, vol. 1. O processo de produção do capital**. Tradução de Regis Barbosa; Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996. t. 1.

_____. Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel. In: _____. **Manuscritos Económicos-Filosóficos**. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1989a.

_____. **Manuscritos Económicos-Filosóficos**. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1989b.

_____. A Questão Judaica. In: _____. **Manuscritos Económicos-Filosóficos**. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1989c.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

NASCIMENTO, Mauro Antônio do. **Filosofia em Atos e as contribuições da teoria crítica para a fundamentação de um currículo emancipatório**. São Carlos: Repositório

Institucional UFSCar, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12189>. Acesso em: 13 nov. 2022.

_____. **Ser e declínio**. São Paulo: Scortecci, 2006.

NIETZSCHE, Friedrich W. **Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém**. Tradução de Mário da Silva. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Ecce homo**. Tradução de Artur Morão. Covilhã: LusoSofia, 2008a. Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/nietzsche_friedrich_ecce_homo.pdf. Acesso em: 06 jun. 2023.

_____. **Genealogia da moral: uma polêmica**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2008b.

_____. **Humano, demasiado humano: um livro para espíritos livres**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2001a.

_____. **Além do Bem e do Mal: prelúdio de uma filosofia do futuro**. Tradução de Armando Amado Júnior. São Paulo: WVC Editora, 2001b.

_____. **O nascimento da tragédia ou helenismo e pessimismo**. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Companhia das Letras, 2001c.

NOSSOS CORPOS. In: **Fundamentos do prazer**. Criação de Niharika Desai. Direção de Niharika Desai. Estados Unidos: Netflix, 2022. 55 min., color. Temporada 1, episódio 1. Série exibida pela Netflix. Acesso em: 12 de nov. 2022.

PIEPER, Oliver. Os 25 anos do fim do "parágrafo gay" na Alemanha. **Deutsche Welle - DW**, Bonn, 11 de jun. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/os-25-anos-do-fim-do-par%C3%A1grafo-gay-na-alemanha/a-49140326>. Acesso em: 16 de jul. 2023.

PLATÃO. **Alcibíades I ou Conhece-te a ti mesmo**. Tradução de Celso Vieira. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras, 2022.

_____. Apologia de Sócrates. In: _____. **Diálogos: Eutífron, Apologia de Sócrates, Críton, Fédon**. Tradução de Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

_____. Fédon. In: _____. **Diálogos: Eutífron, Apologia de Sócrates, Críton, Fédon**. Tradução de Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

_____. **O Banquete ou do Amor**. Tradução de J. Cavalcante de Souza. Rio de Janeiro: DIFEL, 2005a.

_____. **Fedro**. São Paulo: Martin Claret, 2005b.

PLITT, Laura. Como realmente é o clitóris - e suas semelhanças com o pênis. **BBC News Mundo**, Londres, 10 de set. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-58496415>. Acesso em: 13 de nov. 2022.

RACIONAIS MC's. Negro Drama. In: **Nada como um dia após o outro dia**. São Paulo: Cosa Nostra Fonográfica, 2002. 2 CDs (Chora agora e Ri depois). Faixa 5, CD 1: Chora agora.

DUARTE, Rodrigo. **Indústria cultural: uma introdução**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ROUSSEAU. Jean-Jacques. Discurso sobre a origem e dos fundamentos da desigualdade entre os homens. In: _____. **Discurso sobre a origem e dos fundamentos da desigualdade entre os homens; Discurso sobre as ciências e as artes**. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1999. 2 v.

SANTO AGOSTINHO. **Confissões**. Tradução de J. Oliveira Santos; S.J.; A. Ambrósio de Pina; S.J. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

SARTRE, Jean-Paul. A infância de um chefe. In: _____. **O muro**. Tradução H. Alcântara Silveira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2022.

_____. O existencialismo é um humanismo. In: _____. **O existencialismo é um humanismo; A imaginação; Questão de método**. Tradução de Rita Correia Guedes. São Paulo: Nova Cultural, 1987a.

_____. Questão de método. In: _____. **O existencialismo é um humanismo; A imaginação; Questão de método**. Tradução de Rita Correia Guedes. São Paulo: Nova Cultural, 1987b.

_____. **Que é a literatura?** Tradução de Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Ática, 2004.

SHAKESPEARE, William. **A Tempestade**. Tradução de Beatriz Viégas-Faria. Porto Alegre: L&PM, 2006.

_____. **Hamlet**. Tradução de Millôr Fernandes. Porto Alegre: L&PM, 2003.

_____. **Romeu e Julieta**. Tradução de María José Martins. Santiago: Sociedade Comercial y Editorial Santiago, 1988.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL-TSE. TSE multa Bolsonaro por veiculação de desinformação nas Eleições de 2022. **Tribunal Superior Eleitoral-TSE**, Brasília, 08 de ago. de 2023. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Agosto/tse-multa-bolsonaro-por-veiculacao-de-desinformacao-nas-eleicoes-de-2022>. Acesso em: 10 de out. 2023.

TRIUMPH DES WILLENS (O TRIUNFO DA VONTADE). Direção de Leni Riefenstahl. Alemanha, 1935. Disponível em: <https://archive.org/details/TriumphOfTheWillgermanTriumphDesWillens>. Acesso em: 14 de mai. 2023.

TÜRCKE, Christoph. **Sociedade excitada: filosofia da sensação**. Tradução de Antonio A. S. Zuin; Fabio A. Durão; Francisco C. Fontanella; Mario Frungillo. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. Tradução de M. Irene de Q. F. Szmrecsányi; Tomás J. M. K. Szmrecsányi. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1983.

ZUIN, Antônio A. S. **Violência e tabu entre professores e alunos: a internet e a reconfiguração do elo pedagógico**. São Paulo: Cortez, 2012.

Obras consultadas

GOBRY, Ivan. **Vocabulário grego da filosofia**. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

LAPLANCHE; PONTALIS. **Vocabulário da Psicanálise**. Tradução de Pedro Tamem. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de psicanálise**. Tradução de Vera Ribeiro; Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.